

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

FRANCIELI MARTINS BATISTA

**CRISE DO CAPITAL E REORDENAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO:
O FIM DE BRETTON WOODS E O ESGOTAMENTO DO “MILAGRE”
BRASILEIRO.**

Marília
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

FRANCIELI MARTINS BATISTA

**CRISE DO CAPITAL E REORDENAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO:
O FIM DE BRETTON WOODS E O ESGOTAMENTO DO “MILAGRE”
BRASILEIRO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade da Estadual Paulista – UNESP – Campus Marília, para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Deo.

Marília
2018

Batista, Francieli Martins.

B333c Crise do capital e reordenamento político-econômico: o fim de Bretton Woods e o esgotamento do “milagre” brasileiro / Francieli Martins Batista. – Marília, 2018.
145 f. ; 30 cm.

Orientador: Anderson Deo.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.

Bibliografia: f. 139-145

1. Economia - Brasil. 2. Finanças internacionais - História.
3. Brasil – História – 1965-1985. I. Título.

CDD 330.981

Elaboração: André Sávio Craveiro Bueno

CRB 8/8211

Unesp – Faculdade de Filosofia e Ciências

FRANCIELI MARTINS BATISTA

CRISE DO CAPITAL E REORDENAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO:
O fim de Bretton Woods e o esgotamento do “milagre” brasileiro.

Dissertação para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus Marília, na Linha de Pesquisa Determinações do Mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Prof. Dr. Anderson Deo
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus Marília

2º Examinador: _____

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus Marília

3º Examinador: _____

Prof. Dr. Fábio Antonio de Campos
Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia

Marília, 31 de agosto de 2018

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer às Instituições que concederam o suporte necessário a realização dessa pesquisa. Ao Programa de Pós-graduação em Ciências sociais da Unesp: Campus de Marília – Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) que possibilitou o acesso a ricos debates que direta ou indiretamente, contribuiu para as reflexões e enriquecimento de nosso trabalho. Aos funcionários da Seção Técnica da Pós-graduação e da Biblioteca Unesp: Marília/FFC pela atenção dispensada a mim, sendo sempre solícitos em oferecer inúmeras orientações. Do mesmo modo, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES pela disponibilização de auxílio financeiro. A todos muito obrigada.

Os caminhos enfrentados no curso do mestrado são atravessados por inúmeros desafios e dificuldades. Embora, a elaboração de uma pesquisa demande momentos de solidão, não seria possível enfrentar as angústias que envolvem esse processo, sem àquelas e aqueles que dedicaram um tempo de suas vidas para discussões teóricas acerca do meu estudo, bem como não hesitaram em me amparar com o cuidado e o afeto tão necessários nos momentos de inseguranças, frustrações e sofrimentos. Talvez não consiga nomear todas e todos que, de alguma forma contribuíram para a conclusão dessa dissertação, mas deixo abaixo algumas palavras singelas da minha enorme gratidão e respeito às pessoas que puderam tornar o ciclo do mestrado mais humano, atenuando o cotidiano solitário do trabalho intelectual.

O arco de relações construídas ao longo da vida é constituído pelas amizades que há tempos cultivamos, como pelo encontro de novas pessoas que também se tornam imprescindíveis, por isso agradeço aos velhos e novos amigos e amigas da “comuna”, tendo valor inestimável para o meu desenvolvimento pessoal e à realização dessa pesquisa. Meu carinho à Rodrigo Belli, João Vicente, Eduardo Vasconcellos, Jeff, Rodrigo Alcântara, Luís André, João Pires, Leandro Modolo e Gustavo Corral.

Agradeço à Rodolfo Sanches pela amizade e carinho, que desde a graduação e no início dessa caminhada, pacientemente me apoiou nos momentos de inseguranças, medos e frustrações. Sou grata por todas as experiências que compartilhamos ao longo desses anos, nossa convivência foi essencial para o meu amadurecimento pessoal e acadêmico.

Impossível mensurar minha gratidão a tantas mulheres que cruzaram meu caminho, se tornaram companheiras da vida e da luta, e me ensinaram a ser resistência numa sociedade

ainda tão machista e opressiva. Todas vocês, de alguma forma, se tornaram inspiração e me fortaleceram nos momentos difíceis para seguir em frente e superar os desafios e os sofrimentos diante de tantas violências que nos acometem cotidianamente. Meu afeto e respeito à Thais Pimentel, Deborah Lemes, Flávia Foresto, Nicolle Montalvão, Meire Mathias, Yvana Snege, Janaine Braga, Raquel Fagundes, Maiara Esteves, Alexandra Gomes e Melina Paludeto. Que continuemos juntas compartilhando os sonhos de uma vida emancipada às mulheres!

Agradeço à Alexandre Pinto pelo companheirismo e cuidado, que me amparou em tantos momentos nesse processo. Me acompanhou, sempre disposto a contribuir para o desenvolvimento do meu trabalho, a ouvir minhas lamentações e acolher as minhas lágrimas. Obrigada por respeitar e compreender a minha autonomia, sem deixar jamais, de fazer as críticas necessárias, me incentivado a alçar voos cada vez mais desafiadores.

Gostaria de agradecer aos professores que gentilmente aceitaram participar da minha banca de qualificação e de defesa. Aos professores Marcos Del Roio, Francisco Corsi e Fábio Campos que fizeram uma leitura atenta do meu texto e apresentaram contribuições fundamentais à minha pesquisa e à estudos futuros. As críticas, reflexões e apontamentos de mudanças enriqueceu enormemente o meu trabalho e a minha perspectiva de pesquisadora. Não poderia deixar de registrar meu agradecimento à professora Meire Mathias que ainda na graduação, orientou meus primeiros passos e incursões teóricas, sendo fundamental para o meu desenvolvimento acadêmico.

Agradeço especialmente ao meu orientador, professor Anderson Deo que em meio às agruras da escrita, sempre confiou no meu trabalho e me acompanhou atentamente oferecendo críticas decisivas para enriquecimento da minha dissertação. Agradeço a todas as reflexões, aos ensinamentos de uma postura teórico-crítica, e a paciência e generosidade em compreender os meus momentos de dificuldades. Poder compartilhar dessa orientação foi imprescindível para chegar até aqui.

À minha família que mesmo à distância foi suporte essencial durante estes anos. Ao meu irmão Geverson e minha cunhada Daniela pelo carinho e por trazer o mundo a nossa Vitória. Ao meu pai Renan por me apoiar e respeitar minhas escolhas. E principalmente, à minha mãe Rosilda que sempre esteve ao meu lado com afeto, respeitando minha autonomia e dedicando todo o cuidado, sempre compreendendo meus anseios. Dentre tantas mulheres que

me são inspiração, você é a figura mais forte que poderia ter como exemplo. A você todo meu amor, respeito e gratidão.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a crise do “milagre” no Brasil e a relação estabelecida no contexto internacional marcada pela crise de *Bretton Woods*. O período discutido diz respeito à trajetória da ditadura militar brasileira, entre os anos 1964 e meados da década de 1980. Observamos que as transformações ocorridas a partir da ascensão dos militares ao poder representaram um ponto de inflexão na organização política e econômica do país. As relações entre Estado e sociedade se redefiniram e foram marcadas pelo aprofundamento da autocracia burguesa dado, a destituição da institucionalidade liberal-democrática. Nesse bojo, o projeto de desenvolvimento encetado neste momento esteve amparado sob uma significativa reestruturação do sistema financeiro do país voltada para a entrada de capitais externos e, sobretudo, por medidas que ensejavam facilitar a tomada de empréstimos no mercado internacional, evidenciando novas facetas do padrão de financiamento do Brasil. O arranjo econômico encetado, acomodava-se às vicissitudes da economia internacional uma vez que, a reprodução ampliada do capital deslocava-se, cada vez mais, para a esfera financeira. Esse processo resultou em um crescimento extraordinário do país alcançado no limiar dos anos de 1960, o chamado “milagre” econômico. Entendemos, deste modo, que o bloco histórico capitaneado pelo regime militar se deu em razão do capital monopolista, cuja a fração financeira assumiu a preponderância na reprodução capitalista no Brasil. O fenômeno delineado nos permite alcançar as razões que levaram à crise do “milagre” e o intrínseco vínculo com as transformações postas à nível internacional, sucedidas pela crise de *Bretton Woods* e o avanço da dominação do capital financeiro. Do mesmo modo, é possível observar a notável agudização da dependência do país, subordinado à lógica de acumulação financeira.

Palavras-chaves: Crise do “Milagre”. Crise de *Bretton Woods*. Ditadura Militar. Capital Financeiro.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the crisis of the "miracle" in Brazil and its established the relation in the international context marked by the Bretton Woods crisis. The period under discussion concerns the trajectory of the Brazilian military dictatorship between 1964 and the mid-1980s. We observed that the transformations that occurred from the rise of the military to power represented a turning point in the political and economic organization of the country. The relations between State and society were redefined and marked by the deepening of bourgeois autocracy given the destruction of liberal-democratic institutionalism. In this context, the development project launched at that moment was supported by a significant restructuring of the country's financial system aimed at the inflow of foreign capital and, above all, by measures that facilitated the loans in the international market, showing evidences of new facets of Brazil's financing patterns. The economic arrangement initiated was getting accommodated to the international economy vicissitudes once the enlarged reproduction of the capital was being deslocated, more and more, to the financial sphere. This process resulted in an extraordinary growth for the country that was reached at the threshold of the 1960s, which was called and referred to as an economic "miracle". We understand, thus, that the historical block captained by the military regime was due to monopoly capital, and its financial fraction became preponderant on the capitalist reproduction in Brazil. The outlined phenomenon allows us to reach the reasons that led to the crisis of the "miracle" and the intrinsic link with the transformations set at the international level, succeeded by the Bretton Woods crisis and the advance of the domination of financial capital. In the same way, it is possible to observe the remarkable sharpening of the country's dependence, subordinated to the logic of financial accumulation.

Key words: crisis of the "miracle". Bretton Woods crisis. military dictatorship. financial capital.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESP	Associação Comercial do Estado de São Paulo
AI	Ato Institucional
BACEN	Banco Central do Brasil
BIS	Banco de Compensações Internacionais
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH	Banco Nacional de Habitação
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CACEX	Carteira de Comercio Exterior do Banco do Brasil
CDC	Crédito Direto ao Consumir
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CIP	Comissão Interministerial de Preços
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMA	<i>Cash Management Account</i>
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNI	Conselho Nacional da Indústria
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
CPC	Centro Popular de Cultura
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DES	Direitos Especiais de Saque
DIDE	Departamento de Investimento Direto no Exterior
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
FED	<i>Federal Reserve System</i>
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IED	Investimento Estrangeiro Direto
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LIBOR	<i>London InterBank Offered Rate</i>
LTN	Letras do Tesouro Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NPE	Nova Política Econômica
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ORTNs	Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PVRCE	Programa Voluntário de Restrição de Crédito no Exterior
PUA	Pacto de Unidade e Ação
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 BRASIL: A PARTICULARIDADE DO CAPITALISMO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL NOS ANOS 1950	15
2.1 A entificação do capitalismo brasileiro	17
2.2 A industrialização e internacionalização da economia brasileira	30
2.2.1 A fase clássica do Imperialismo	31
2.2.2 O capitalismo no pós-II Guerra Mundial	35
2.2.3 A internacionalização da economia brasileira	43
3 A DITADURA BRASILEIRA E O “MILAGRE” ECONÔMICO	49
3.1 Os antecedentes do golpe	49
3.2 O golpe e o PAEG	57
3.3 Política econômica do “Milagre”	64
4 A CRISE DOS ANOS 1970 E O REORDENAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO ..	72
4.1 O limiar da crise do capital e o rompimento do Acordo de <i>Bretton Woods</i>	72
4.2 Do fim de <i>Bretton Woods</i> ao avanço da acumulação financeira	84
4.3 Brasil: entre as contradições do “Milagre” e o endividamento externo	101
4.3.1 O “Milagre” e o endividamento Externo	101
4.3.2 O padrão de financiamento do II PND e a estatização da dívida externa	115
4.3.3 II PND e os conflitos políticos do regime autocrático	125
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

É impossível compreender a lógica do capitalismo atual abstendo-se de considerar as dinâmicas decisivas que emanam da economia capitalista financeirizada. Cada vez mais tais dinâmicas são consideradas não apenas decisivas, mas fundamentais para as análises e posicionamentos políticos, econômicos e sociais que perpassam nossos conflitos sociais. A política econômica de qualquer governo – seja ele social-democrata, neoconservador ou até de extrema esquerda – cai em um vazio abstrato caso não se depare com o relacionamento a ser estabelecido com a “banca” financeira. Tal centralização das finanças, como veremos, não se limita apenas aos principais países centrais na movimentação de capital, mas também tem um papel crucial na estruturação das economias dos países periféricos, como o Brasil, o que coloca uma necessidade candente: de que o processo através do qual a economia brasileira passa a ser parte dessa dinâmica seja analisado com mais cuidado.

Esse é o principal objetivo do presente trabalho, este último se tomado como parte integrante de um conjunto de estudos daquele processo como um todo. Na perspectiva aqui adotada, a crise do capital dos anos 1970 não teve apenas consequências vitais para os rumos da economia mundial, como também, e consonante a isso, colocou na ordem do dia a necessidade do rearranjo do *bloco histórico* burguês no interior do capitalismo contemporâneo. Isso significou uma intensa disputa em torno da conformação de um novo projeto econômico, o qual pudesse constituir uma nova plataforma de acumulação de capital a nível mundial. O resultado destas mudanças, que contaram com disputas intra-burguesas, terminou por ficar evidente nos vinte anos subsequentes, com o posterior desenvolvimento de uma política liberalizante baseada na desregulamentação do mercado internacional e dos movimentos de capitais, processo amplo que veio a ser conhecido como as *reformas neoliberais*, caracterizado pela considerável expansão do setor financeiro e do mercado de capitais.

O desenvolvimento desse processo proporcionou uma importância ainda maior ao setor financeiro na estruturação do ciclo de acumulação de capital, gerando àquele setor lucros cada vez mais substantivos, aumentando a discrepância entre o volume movimentado na esfera especulativa e o montante realmente existente - *lastro real do capital*. Para o que nos interessa aqui, é preciso ver esse movimento não apenas do ponto de vista da lógica financeira que se forja como novo padrão de acumulação capitalista, mas também do ponto de vista político-estratégico do efetivo reordenamento das forças políticas e econômicas mundiais.

Tendo isso em vista, a hipótese que este trabalho procura verificar é a de que o constructo desta nova base capitalista tem como ponto nodal, para se considerar a inserção brasileira nesse processo, o esgotamento do ciclo de acumulação e a eclosão da crise do capital nos anos 1970. Nesse bojo, dois fenômenos articulados à esse processo são desencadeados, o rompimento com o acordo de *Bretton Woods* e a irrupção da crise do chamado “milagre” brasileiro. Para isso, procuramos compreender o papel ativo que a política econômica da Ditadura Militar Brasileira assumiu no avanço da incorporação das dinâmicas do capital financeiro no interior do país. Veremos que o Estado brasileiro, na figura da Ditadura, favoreceu abertamente a fração do setor financeiro com a implementação de políticas de orientação monetarista e anti-inflacionária, além, é claro, da própria reestruturação do sistema financeiro. Os resultados concretos dessa reestruturação foi uma maior centralização e a concentração bancária associada à maior internacionalização da economia brasileira tanto na presença de capital externo no país, como enquanto fonte de recursos para empréstimos.

Desse ponto de vista, analisando a dinâmica brasileira interna, é preciso levar em conta que o contexto no qual tal projeto é levado adiante é também um contexto de instabilidade política, econômica e social, muito grande, através da qual a Ditadura Militar ascende como solução política e econômica para a reestruturação da hegemonia burguesa interna sob bases que acabaram por conformar uma nova ordem econômica, marcada, como dissemos, pela reestruturação do sistema financeiro. Demonstraremos que, embora não tenham se modificado determinadas bases que sustentavam o capitalismo no Brasil, como a dependência de financiamento externo - essa, ao contrário, foi reafirmada e aprofundada no interior da relação dependente do país frente ao capital externo - abriu-se um novo ciclo de expansão econômica que se adequava à lógica de acumulação monopolista em consonância à edificação da hegemonia do capital financeiro posto em prática à nível internacional.

O desencadeamento desse processo resultou na crise do “milagre” explicitando as frágeis bases nas quais se sustentava o crescimento econômico do país. Diante dos primeiros sinais da crise que se delineava em âmbito mundial, interrompeu-se ciclo expansivo do país. O eixo dinâmico da economia brasileira dependia, em grande medida, das importações, e com a retração do comércio internacional conjugada com o aumento dos preços dos produtos importados, o crescimento nacional viu-se prejudicado e o declínio se fez inevitável. É nessa conjuntura que se lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) buscando reverter os desequilíbrios econômicos através de um robusto projeto de industrialização com base na produção de bens de capitais. Contudo, a execução do II PND exacerbou a dívida externa do

país, uma vez que o padrão de financiamento era preservado ao passo que, a captação de recursos externo a passou a ser feito por intermédio do Estado e com altas taxas de juros. Esse cenário, tornou-se claramente instável a partir do esgotamento do Acordo de *Bretton Woods*, mas o quadro da economia brasileira sofreria um impacto mais perverso nos anos seguintes, disparada das taxas de juros comandada pelo *Federal Reserve*.

Veremos que a partir dessa articulação, o Brasil, assim como uma parcela significativa da periferia, ficou à beira do colapso com o endividamento galopante. O reordenamento econômico se deu pela adoção de um projeto de austeridade e pela capitulação do país ao Fundo Monetário Internacional (FMI), reafirmando, por um lado, a hegemonia do capital financeiro e, por outro, a subordinação do país perante o mercado internacional.

Para atingir tais objetivos nosso trabalho se move em duas frentes que são, no entanto, simultâneas e interdependentes. Por um lado, consideramos o processo político através do qual o “poder burguês” entra em crise no pré-1964 e se reestrutura através do Golpe Militar, além de explorar os dinamismos políticos internos que perpassam o período ditatorial. E, por outro, analisaremos o processo econômico através do qual tal “poder burguês” assenta as bases para o surgimento de um novo padrão de desenvolvimento subordinado, marcado, desta vez, pela hegemonia do capital financeiro.

No primeiro capítulo apresentaremos, de maneira introdutória e não exaustiva, a forma particular de entificação do capitalismo no Brasil, marcado por sua herança colonial e pela relação de subordinação ao centro capitalista hegemônico. A análise deste processo está amparada em três fundamentos gerais: as formulações de Trotsky com relação ao desenvolvimento *desigual e combinado*; a caracterização de Caio Prado Jr acerca do *sentido da colonização*; e a teorização de Florestan Fernandes a respeito da “dupla articulação” que sustenta os vínculos dependentes, e a dominação burguesa autocrática que decorre dessa articulação. À luz desse arcabouço teórico, buscamos elucidar que a constituição do capitalismo no Brasil se forjou no interior de uma hierarquização da divisão internacional do trabalho, na qual a periferia é incorporada de forma subordinada aos dinamismos econômicos do centro capitalista, forjando um arranjo econômico característico e fundado principalmente na articulação entre setores atrasados e modernos. Para nós, é importante apontar esse quadro dado que, ele repõe ao longo do desenvolvimento histórico do país sob novas bases.

Ainda no primeiro capítulo, procuramos apresentar o processo de internacionalização da economia brasileira a partir do século XX com a ascensão do Imperialismo e a posterior reestruturação do capitalismo no pós-II Guerra. Deste modo, apresentaremos notas introdutórias acerca do debate sobre o Imperialismo e posteriormente, de forma mais detida,

nosso enfoque se direcionará a análise da constituição do acordo de *Bretton Woods* e a relação estabelecida com economia nacional através da massiva entrada de capitais externos.

No segundo capítulo apresentaremos a formação do bloco histórico processado sob a ditadura militar e a instauração do programa político que deu origem ao “milagre” econômico. Nesse sentido, retomamos os antecedentes do golpe e da crise que se instalou no Brasil a partir de 1963, que acabaram por resultar em fissuras entre as frações da burguesia. O resultado desta disputa se deu a partir da reestruturação das forças conservadoras e da imposição da hegemonia do capital monopolista a partir da instauração do golpe militar. Além de apontarmos para o aprofundamento da autocracia burguesa, esse capítulo pretende também esboçar os principais traços do projeto econômico forjado pelo regime militar abordando o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), sobretudo, a reestruturação do sistema financeiro que reforçou a hegemonia do capital monopolista no Brasil. Ainda nesse capítulo, o último ponto a ser destacado é a ascensão do “milagre” e às mudanças substanciais que se deram no âmbito econômico. Tais transformações proporcionaram o crescimento acelerado do Brasil amparado sob o financiamento externo.

O terceiro capítulo, trata-se de uma análise mais detalhada das contradições do “milagre” à luz do seu esgotamento e da crise de *Bretton Woods* buscando estabelecer as conexões com a crise do capital que já se gestada no curso dos anos 1960. Buscaremos discutir as consequências da política econômica estabelecida nos anos anteriores e a vulnerabilidade do país frente ao capital internacional. Deste modo, o texto se direcionará ao debate sobre o II PND e o consecutivo avanço da dívida externa aliada às mudanças que se davam em âmbito internacional, sobretudo, o esgotamento do arcabouço constituído em *Bretton Woods* bem como, a intensificação da crise do capitalismo nos anos 1970. Nossa pesquisa, tem como enfoque analisar as contradições do padrão de financiamento encetado pelo regime militar e deste modo, não apresentaremos uma análise mais detida do último governo militar, indicando apenas algumas consequências da crise da dívida externa frente a capitulação do governo Figueiredo ao FMI. Por fim, buscamos analisar o início da transição da ditadura e as tensões estabelecidas no interior do bloco histórico conformado pelo regime militar orientando nosso enfoque a conjunção do Projeto Distencionista que resultou na reposição da autocracia burguesa sob novos marcos institucionais e a ascensão de um novo bloco forjado sob hegemonia neoliberal.

2 BRASIL: A PARTICULARIDADE DO CAPITALISMO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL NOS ANOS 1950

O estudo e apreensão de um fenômeno não pode ser envolto em uma base isolada a partir do elemento tomado para análise em si mesmo, pois que a dinâmica as relações sociais e os processos históricos forjam complexos que determinam e constituem estes fenômenos. Trata-se de conceber a realidade enquanto uma totalidade, composta por diferentes mediações sociais e históricas que a estruturam e que engendram diferentes fenômenos. Temos na totalidade o aporte histórico e social em que se sustenta nosso estudo. Este fundamento nos possibilita adentrar à natureza histórica e complexa dos fenômenos e não apenas em suas manifestações efêmeras e isoladas. Significa captar suas particularidades, por um lado, e, por outro, o sentido que tais particularidades adquirem quando inseridas no interior do desenvolvimento histórico, ou seja, na medida em que são partes constituintes e constitutivas de um processo mais amplo.

Nesse sentido, entendemos que a transformação capitalista e a constituição do poder burguês se estruturam a partir de condições históricas concretas de cada realidade social. Por isso, não é possível estabelecer um padrão único por meio do qual se forja o capitalismo, visto que a própria expansão capitalista se deu de forma bastante diferenciada ao longo história. Alguns países e regiões só vão experienciar e incorporar internamente a dinâmica das relações sociais de produção em um tempo histórico distinto dos chamados “casos clássicos” de Revolução Burguesa. É aí que nos deparamos com a realidade particular das periferias do sistema que estabeleceram condições e características próprias de transformação capitalista e da natureza da dominação burguesa.

As formulações elaboradas por Leon Trotsky na teoria do *desenvolvimento desigual e combinado* nos ajudam a refletir sobre estas questões e oferecem bases para uma análise que compreenda as especificidades de cada formação social do ponto de vista da totalidade¹. Na referida teoria o autor se contrapôs diretamente às formulações da II e III Internacional, cuja concepção da teoria marxista aponta para um “evolucionismo histórico” e para uma concepção mecânica da relação entre esfera econômica e outras esferas sociais. Esse evolucionismo histórico, dominado que estava por um marxismo vulgar muitas vezes próximo

¹ Há uma discussão em torno da reivindicação da autoria da teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Alguns autores tendem a supervalorizar a originalidade de Trotsky em sua formulação, outros tendem a subestimar seu papel, afirmando que em Lenin e em Marx já havia tal desenvolvimento. Em nossa perspectiva, Trotsky dá o último acabamento e elabora a teoria do desenvolvimento desigual e combinado em termos de “lei histórica”, mas certamente não poderia fazer isso se não fossem as contribuições de Lênin e de Marx. Portanto, mesmo que aqui estejamos nos referindo principalmente ao escrito de Trotsky, por certo levamos em conta as contribuições e os avanços realizados por Marx e por Lênin.

do positivismo, acarretou diferentes consequências no campo teórico, político e social. Para nós, destacam-se as implicações que tiveram sobre o entendimento do desenvolvimento capitalista nos países periféricos. A fundamentação positivista compreende o desenvolvimento do modo de produção capitalista enquanto um modelo a ser seguido nos diferentes países, nos quais os casos “clássicos”² seriam um padrão a ser seguido, leia-se Revolução Francesa e Revolução Industrial na Inglaterra. Para essa forma de pensamento, no interior de um processo evolutivo de desenvolvimento social, chegaríamos inevitavelmente à uma sociedade comunista, passando do feudalismo ao capitalismo (Revolução democrático-burguesa) e, posteriormente, ao socialismo e ao comunismo.

Trotsky, ao se voltar para a realidade russa apontou os limites dessa análise pautada em um determinado modelo de desenvolvimento e, forjou uma compreensão do processo de entificação das formações sociais capitalistas bastante distinta. Compreendendo as contradições postas aos países da periferia, o autor se orienta por uma concepção de totalidade do sistema capitalista e pela forma como este é posto para os diversos países que ocupam posições políticas e econômicas diferenciadas. Nesse sentido, se estabelece uma relação bastante particular entre centro e periferia a partir de cada caso concreto, da especificidade de cada país e de sua inserção nas relações mundiais. Para a periferia, a imposição de relações capitalistas vindas do centro pode combinar um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais e de produção ainda bastante atrasadas. Ou seja, os países periféricos absorvem alguns avanços, mas também conservam traços arcaicos, forjando uma condição própria de cada país e, conseqüentemente, uma forma própria de inserção na divisão internacional do trabalho.

O desenvolvimento de uma nação atrasada historicamente induz, forçosamente, que se confundam nela, de uma maneira característica as distintas fases do processo histórico. Aqui o ciclo apresenta, visto em sua totalidade, um caráter confuso, complexo, combinado. (TROTSKY, 2007, p. 21).

Nesta concepção de totalidade, o desenvolvimento econômico de qualquer formação social deve ser compreendido como parte de todo o sistema capitalista, ao passo que guarda diferenças e particularidades que determinam uma forma própria de desenvolvimento. A partir das regiões periféricas, o que se compreende é que estes países não necessariamente

² Entende-se como forma clássica a formação do capitalismo em países como França e Inglaterra, que vivenciaram o processo de Revolução Democrático-Burguesa, na qual as estruturas econômicas, sociais e políticas do antigo regime, são transformadas radicalmente por meio da ação revolucionária.

seguirão as “vias clássicas”, mas, ao contrário, irão trilhar caminhos bastante diferentes do que ocorreu nos países do centro.

O capitalismo prepara e, até certo ponto, realiza a universalidade e permanência na evolução da humanidade. Com isso se exclui já a possibilidade de que se repitam as formas evolutivas nas distintas nações. Obrigado a seguir os países avançados, o país atrasado não ajusta em seu desenvolvimento a concatenação das etapas sucessivas. (TROTSKY, 2007, p. 20).

Dentre as particularidades que se colocam às formações sociais na periferia, podemos elencar aquelas que se referem à sua composição interna, características e feições que são próprias de sua natividade. E de outro lado, temos a forma particular de como estas formações em suas concretudes próprias irão se relacionar com a totalidade do sistema. No caso da periferia, sobretudo, ainda se soma o fator essencial do relacionamento que estabelece com as economias dos países centrais. O caráter desigual do desenvolvimento histórico estabelece posições hierárquicas na medida em que os países com um elevado avanço das forças produtivas estabelecem uma relação de subordinação com os países economicamente atrasados. A partir da funcionalidade do sistema capitalista, os países periféricos serão impelidos a absorver as relações sociais e as relações de produção próprias deste sistema. Contudo, é patente que não conseguirão seguir o mesmo caminho dos “casos clássicos”, pois não passarão por determinadas etapas de desenvolvimento, até se chegar à um alto nível de incorporação das forças produtivas propriamente capitalistas. Estes países irão se ajustar ao nível desenvolvimento econômico estabelecido pelo centro, se relacionando com ele de forma subordinada³.

2.1 A entificação do capitalismo brasileiro

Como já dissemos, a expansão do modo de produção capitalista se fez mediante a conformação de diferentes realidades edificadas hierarquicamente entre centro e periferia. Em geral, podemos dizer que estes dois polos se encontram em momentos históricos diferentes de suas formações, mesmo que ainda direcionados pelo mesmo sistema econômico, a

³ “O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do *desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão das distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas.” (TROTSKY, 2007, p. 21).

implementação das relações capitalistas se realizam de forma desigual. Essa dinâmica se repete em diferentes momentos do processo histórico, como veremos. Enquanto os países da periferia se encontravam em condição colonial, os países do centro já estruturavam suas bases para forjar o processo de industrialização e do capitalismo competitivo. Em outro momento, enquanto a periferia dava os primeiros passos no sentido da consolidação de uma indústria interna, o centro já entrava na fase imperialista e pautava esse desenvolvimento industrial periférico de acordo com suas necessidades expansionistas. Ou seja, as diferentes configurações econômicas não se restringem a uma mera questão formal, que segue um modelo de desenvolvimento a ser cumprido pela história de todos os países. Pelo contrário, tais diferenças são operacionalizadas para que o sistema se desenvolva como um todo, desenvolvendo, na mesma medida, as relações desiguais entre seus membros.

Portanto, no caso brasileiro é razoável afirmar que não é possível compreender sua particularidade a partir de uma comparação mecânica com o desenvolvimento dos casos clássicos de formação do capitalismo. Nossa formação social apresenta elementos próprios que, marcados pelo *desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo a nível mundial, que condicionaram a continuidade do vínculo colonial no desenvolvimento econômico e social do país⁴. A posição sempre subordinada no interior da divisão internacional do trabalho, fez com que a economia brasileira dependesse, ao longo de seu desenvolvimento, da conservação dos seus traços arcaicos, mesmo quando adquiria e desenvolvia formas “modernas” de organização social.

As formulações acerca do sistema capitalista já postularam que a sua gênese esteve atrelada à expansão mercantilista que se deu no século XVI. O aperfeiçoamento e domínio sobre a navegação possibilitou aos países europeus uma projeção a regiões mais longínquas e a constituição de novas rotas comerciais para além da via terrestre. Sob a tutela das monarquias, estes países, sobretudo os que se encontravam na costa marítima, lançaram-se na atividade ultramarina na busca de novos territórios e na expansão de novos comércios. A atividade econômica que impulsiona a emergência do capitalismo foi o comércio. A partir dele tornou-se viável a constituição de uma acumulação de capital substantiva que posteriormente desemboca na montagem da maquinofatura e da grande indústria, momento

⁴ A tese sobre a continuidade do vínculo colonial ao longo da história da sociedade brasileira, ainda que sem a forma política da colônia propriamente dita se encontra nos trabalhos de Caio Prado Jr e Florestan Fernandes. Caio Prado sintetiza tal compreensão no debate em torno do *Sentido da Colonização* (como falaremos adiante), enquanto que Florestan, apoiando-se fartamente na formulação de Caio Prado – explora diferentes momentos da organização social brasileira que funcionam como reposições do vínculo colonial, como o *neocolonialismo*, a *dúpla articulação*, etc. (FERNANDES, 1973; PRADO JÚNIOR, 2004).

em que o eixo do sistema se desloca para a produção industrial propriamente dita.⁵ Para nós é fundamental mencionar esse processo pois é no bojo dele que se situa a formação social brasileira, emergindo na condição de colônia dos países europeus. Caio Prado Jr sintetiza isso, afirmando que “[...] todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos ‘descobrimientos’, articulam-se num conjunto que não é se não um capítulo da história do comércio europeu.” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 22).

A colonização que se desenvolveu no Brasil assumiu o caráter, propriamente, de exploração. Ou seja, os portugueses que aqui chegaram não buscavam ocupar o território para se estabelecerem na região e constituir alguma forma de organização social. Foram norteados pelo objetivo mercantil da produção e apropriação dos recursos que aqui fossem mais rentáveis. Contudo, ao aqui chegarem os portugueses se depararam com uma população nativa rarefeita e com um território sem uma dinâmica econômica, do ponto de vista das necessidades europeias modernizantes, o que impossibilitou o estabelecimento de mecanismos de trocas apenas com a instalação de feitorias. Foi necessário que alguns colonos se fixassem na região para organizar uma produção direcionada ao objetivo comercial da metrópole. Assumiram, assim, a posição de donos dos meios de produção, de grandes proprietários de terras que administravam a vida colonial e as relações econômicas com a metrópole: “Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de por-lhe a serviço, nesse meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente de produção de gêneros de grande valor continental, como empresário de um negócio rendoso; [...]” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 28-29).

Embora não seja nosso objetivo nos debruçar sobre os meandros da colonização em si, é preciso salientar que este processo determinou formas essenciais à nossa formação e estruturou as relações internas e externas do país, relações essas que – conforme defendemos aqui – são constituídas por traços que se reproduziram ao longo de todo o seu desenvolvimento. As formulações de Caio Prado Jr nos fornecem um arsenal teórico importante para entender esse processo. O autor dedicou grande parte da sua obra à compreensão da constituição social brasileira e da relação entre o processo iniciado com a colonização e as continuidades e discontinuidades com o Brasil contemporâneo. Mais do que apontar aspectos isolados com relação a períodos restritos, o autor nos legou elementos para

⁵ A expansão do comércio a partir do século XVI está na base do amplo processo histórico que possibilita o início da acumulação capitalista propriamente dita, e é uma determinação importante para se pensar o processo de colonização e a nova divisão internacional do trabalho que se desenha. Mas é importante enfatizar aqui que o fundamento do novo sistema está calcado na consolidação do “trabalho livre” e da extração de “mais-valia relativa”, o que supõe a separação do trabalhador dos meios de produção e a instituição da exploração força de trabalho (MARX, 2013, Cap. 11,12,13 e 24).

uma teoria bastante original da totalidade do processo de modernização da sociedade brasileira.

Uma grande aquisição de Caio Prado, nesse sentido, foi a de buscar captar o *sentido* do desenvolvimento histórico do Brasil e os aspectos fundamentais que esse *sentido* imprimiu para nossa formação. Nesse diapasão, o geógrafo e historiador paulista aponta que a colônia foi integrada ao mercado mundial com uma estrita função comercial voltada aos interesses do mercado europeu. Tal função comercial foi amplamente moldada ao redor de uma produção exportadora de produtos primários, marcadamente gêneros tropicais – como açúcar, arroz e algodão – que não eram cultivados em regiões temperadas e que por isso possuíam um alto valor e demanda para o mercado europeu. A relação de poder entre colônia e metrópole foi atravessada pelo monopólio comercial. A garantia de exclusividade permitia à metrópole adquirir os produtos das colônias de alto valor para os países do centro a preços rebaixados, ao passo que, os poucos produtos da metrópole direcionados à colônia se realizavam a preços elevados. A economia colonial cumpria, assim, uma função complementar às economias metropolitanas:

A economia colonial organiza-se, pois, para cumprir uma função: a de instrumento de acumulação primitiva de capital. Dever-se-iam estabelecer, portanto, mecanismos capazes de ajustar a economia colonial à sua razão de ser, mecanismo de exploração que permitisse: 1) produzisse a economia colonial um excedente que se transformava em lucros ao se comercializar a produção no mercado internacional; 2) criação de mercados coloniais à produção metropolitana; e 3) que o lucro gerado na colônia fosse apropriado quase integralmente pela burguesia metropolitana. (MELLO, 1990, p. 39).

As atividades econômicas da colônia precisavam obedecer a uma produção de larga escala de produtos específicos e isso se deu principalmente por meio da grande propriedade fundiária, do regime de monocultura e do trabalho escravo. Caio Prado Jr. assinala que a grande unidade produtora foi centro dinâmico do sistema colonial, no qual não só a agricultura, mas todas as outras atividades econômicas eram norteadas pela mesma estrutura. Era na grande exploração das fazendas e engenhos que se encontrava a vida orgânica da colônia, na relação entre um pequeno número de grandes proprietários que instituíam uma produção sustentada pelo trabalho escravo. Naturalmente, o contingente populacional que não se enquadrava nestes condicionantes, ou seja, de latifundiários ou escravos, encontrava-se necessariamente à margem do sistema, ou ligado às suas franjas. Essa conformação não expressa apenas as relações econômicas que sustentam a formação colonial, mas também a

forma pela qual as relações sociais e políticas se fizeram marcadamente excludentes e desiguais. Este é o *sentido*, o movimento histórico e social que perpassa a formação do Brasil.

Completa-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a 'grande exploração rural', isto é, a reunião *numa mesma unidade produtora* de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 122-123).

A edificação do país como colônia configurou a relação inerente de dependência e subalternidade ao centro hegemônico capitalista que atravessou todo o desenvolvimento histórico e forjou elementos sociais que se desdobraram no constructo industrial e na internalização das relações capitalistas no país. A colonização determina a estrutura e a dinâmica dos países colonizados no espaço metropolitano, sobretudo por conta das restrições que esse tipo de relação impõe à acumulação interna autônoma, dado que a maior parte do excedente da produção colonial é apropriado e controlado externamente. Desde a formação colonial até a instituição propriamente capitalista, considerando a implantação da indústria e do trabalho livre, a relação de dependência ao centro do sistema foi conservada, ainda que as formas através das quais ela se manifestasse tenham se alterado radicalmente.

No entanto, é preciso pontuar que afirmar que as transformações históricas brasileiras foram acompanhadas de uma reposição de traços do passado não deve ser interpretado como uma mera reprodução mecânica de elementos anteriores. Os processos de mudanças introduzem novos elementos à nossa realidade e ensejam novas dinâmicas econômicas, políticas e sociais, mas conservam formas de ser de nossa sociabilidade que não rompem com vínculos fundantes do passado colonial. Embora a passagem do padrão colonial para a constituição de um Estado autônomo e da implantação de relações capitalistas tenha resultado em transformações substantivas para o país, a particularidade do vínculo dependente e subordinado foi se repondo em diferentes bases ao longo da história.

A introdução de relações especificamente capitalistas no âmbito interno se deu a partir da descolonização, atendendo uma certa demanda que surgia do próprio desenvolvimento do centro capitalista no mercado mundial. Até meados do século XVIII, o eixo propulsor do modo de produção capitalista manteve-se assentado no capital comercial, estando a acumulação de capital relacionada, predominantemente, às trocas mercantis. Contudo, a partir desse período iniciou-se uma nova fase do sistema capitalista, na qual a ordem produtiva converteu suas bases – até então configurada pelo *modus operandi* artesanal e fundada por

produtores diretos e com uma limitada utilização de trabalho assalariado – e passou a operar sob uma lógica industrial. A chamada “grande indústria”, como uma forma específica de articulação de meios de produção e força de trabalho, foi impulsionada nos grandes centros capitalistas principalmente a partir da I Revolução Industrial, e contou desde cedo com as potências do desenvolvimento tecnológico acelerado como um núcleo central do processo produtivo e do processo de acumulação. O artesanato e o produtor direto passaram a ser substituídos pela grande indústria e pela massificação dos trabalhadores assalariados, na medida em que não possuíam força ou estrutura para competir com os níveis de produtividade industrial. A ascensão do capitalismo industrial desemboca em um novo regime de acumulação que acaba por se consolidar como elo dinâmico da formação e da reprodução do capital, ao mesmo tempo em que coloca em crise o capitalismo comercial e de várias nações associadas a ele.

O pacto colonial, na qualidade de pilar fundamental da fase comercial, colocou-se como um dos grandes entraves a industrialização. Na medida em que se sustentava no monopólio comercial, acabava por restringir os mercados que a produção nacional atingia à metrópole, e limitava a capacidade de importação da produção industrial europeia no interior do país. Para a burguesia industrial dos países europeus era necessário expandir ao máximo o intercâmbio com os mercados coloniais, expandindo ao mesmo tempo seus mercados consumidores e, portanto, suas oportunidades de acumulação. Na medida em que indústria dos países centrais ganhava força, o sistema de monopólio comercial foi se desagregando, os tensionamentos e pressões sobre o regime colonial foram se aprofundando ao longo do século XVIII, o que direcionava os países coloniais a um processo de abertura comercial e emancipação política. A aceleração da industrialização no centro traçou um novo padrão desenvolvimento para a periferia, no qual a condição de colônia não cabia mais aos novos moldes do capitalismo.

O fim do monopólio comercial no Brasil se deu com a transferência da coroa portuguesa para o Brasil em 1808, no qual o país ganhou autonomia econômica para abrir seu mercado a outros países e se integrar à dinâmica mundial. A ampliação do mercado internacional sincronizado ao aperfeiçoamento das transações comerciais e financeiras proporcionaram um cenário favorável à expansão das atividades econômicas da periferia, representando novas possibilidades para o desenvolvimento do país. Mas a desorganização produtiva herdada do período anterior dificultou o estabelecimento de uma sólida economia. A estrutura econômica do país não dispunha de um desenvolvimento de forças produtivas adequadas à produção industrial, já que ainda era predominante na economia interna a lógica

da produção artesanal, voltada para um mercado interno bastante tímido. Além disso, a diversificação da atividade econômica rumo à modernização e industrialização era frontalmente contrária aos interesses da oligarquia exportadora, para quem era mais interessante a constituição de novos vínculos comerciais para seus produtos agrários com os países capitalistas centrais, agora não mais sob o jugo colonial da metrópole.

Nesse sentido, mesmo com o avanço da emancipação política, que significou o fim do pacto colonial, a inserção do país ao mercado internacional manteve-se circunscrita à hierarquia e à desigualdade que caracterizava a relação entre centro e periferia. Os produtos externos que adentravam no Brasil eram produzidos sob uma base industrial que lhes garantia maior qualidade e melhores preços frente à produção manufaturada interna, que tinha poucos incentivos para se desenvolver, o que fez com que o acesso a bens manufaturados, mesmo no período pós-colonial, ficasse ainda, em grande medida, restrito às importações.⁶

Nesse cenário, a atividade econômica que encontrou abertura sob o novo regime capitalista continuou sendo a exportação de bens primários aos países do centro. É a reposição equivalente ao novo estatuto político do país, da estrutura dependente articulada por três séculos de colonização: uma produção especializada em gêneros primários e voltada ao mercado externo⁷. Apesar da base produtiva se manter bastante próxima ao que se configurou no período colonial, neste momento, sua finalidade será de outra ordem no interior da dinâmica do mercado mundial. A periferia especializada na produção de matérias-primas, por um lado, passa a ser fornecedora de bens primários destinados ao abastecimento da produção industrial dos países do centro. Por outro lado, uma parcela dessa produção, notadamente a de gêneros alimentícios, passa a ser destinada à massa urbana que se formava junto à aceleração industrial do centro.

Assim, pode-se dizer que o sentido da produção na periferia é outro neste momento. A função da sua produção interna não era mais a de servir como forma de acumulação primitiva

⁶ “Aperfeiçoa-se e se completa mesmo tal sistema. Até a abertura dos portos, as deficiências do comércio português tinha operado como barreira protetora de uma pequena indústria local, pobre indústria artesã, é verdade, mas assim mesmo suficiente para satisfazer a uma parte do consumo interno. Esta pequena indústria não poderá sobreviver à livre concorrência estrangeira, menos nos mais insignificantes artigos. A qualidade, os preços, a própria moda (fatos que não se deve esquecer) farão desprezar seus produtos. Tudo passa a vir do estrangeiro; até caixões de defuntos, refere um contemporâneo, nos chegarão da Inglaterra já estofados e prontos para serem utilizados. E esta situação tenderá sempre a se agravar com o correr dos anos, graças ao aperfeiçoamento contínuo da indústria europeia e conseqüente barateamento e melhoria dos seus produtos. O artesão brasileiro, que por força das circunstâncias e ambiente desfavorável terá ficado nos seus modestos padrões do passado, perde cada vez mais.” (PRADO JÚNIOR, 1965, p. 138).

⁷ É importante notar aqui como se dá essa reposição do vínculo dependente e colonial ainda que sem o estatuto político de colônia. Observar esse fenômeno fez com que Florestan Fernandes, por exemplo, considerasse essa etapa do desenvolvimento econômico brasileiro como uma espécie de “neocolonialismo”. (FERNANDES, 1973, p. 15).

para o capital comercial metropolitano. Mas de produzir massivamente matérias-primas e alimentos rebaixando o valor da força de trabalho dos países centrais do capitalismo, e barateando os seus custos de produção. (MELLO, 1990, p. 44-45).

A estrutura econômica que se montou no período colonial impôs certos entraves a instalação das relações capitalistas em bases internas, tais como o trabalho escravo e a produção agrária fundada no latifúndio. Mas foi exatamente a manutenção desta estrutura que possibilitou a inserção particular do país nessa nova fase do capitalismo com a reposição de uma estrutura econômica agroexportadora e determinada por demandas externas. A agricultura continuou a ser a atividade de maior importância para a economia brasileira, com produtos como açúcar, borracha e cacau, que tiveram significativa expressão nas exportações. Mas foi principalmente a produção cafeeira que teve maior relevância nesse momento. Sendo um dos produtos mais consumidos no mercado internacional no final do século XIX, cuja produção brasileira representava 70% desse consumo, o ciclo do café acaba tornando-se o principal eixo do crescimento econômico do país até meados de 1930. (PRADO JÚNIOR, 1965).

No entanto, aqui é preciso atentar para o caráter contraditório dessa relação. Pois foi essa mesma continuidade da “vocação” agrícola da economia nacional que permitiu uma acumulação de capital significativa para o país, acumulação essa que possibilitou a diversificação da atividade econômica interna incentivando o desenvolvimento de outras esferas produtivas, e o avanço da modernização da economia. Desse modo, ela foi responsável por um crescimento considerável das forças produtivas internas que, com o fim do pacto colonial, começam a internalizar a própria tendência de formação de um mercado propriamente capitalista.

Para além dessas conexões específicas que nos permitem compreender a estrutura da evolução econômica da inserção brasileira, é preciso considerar também a relação do modo de produção capitalista como um complexo correspondente a todas as esferas sociais que concorrem para a sua manutenção. Nesse sentido, a destituição do pacto colonial não incidiu apenas sobre o plano econômico, mas impulsionou mudanças em toda a organização da sociedade brasileira, estruturando uma nova ordem política a partir da independência em 1822 e da gênese do Estado Nacional. A constituição do Estado Brasileiro assumiu facetas bastante particulares, ressoando os elementos de nossa condição periférica e colonial. A formação dos Estados Nacionais nos países de casos clássicos de Revolução Burguesa esteve atrelada à um processo de rompimento radical com a estrutura feudal, amparado sob o quadro histórico do liberalismo e sob os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade”, como mostra o caso

francês. A sociedade burguesa que nascia postulava a universalização dos direitos sociais e políticos, uma concepção liberal que se estendia a todas as esferas da sociedade e reconhecia e incorporava a sociedade civil ao Estado. No nível institucional todos eram reconhecidos como iguais, sujeitos portadores dos mesmos direitos, sendo uma das mais importantes expressões desse processo a conquista do sufrágio universal.⁸ A organização política se acomodou em um Estado democrático no qual as camadas populares e os trabalhadores estavam inseridos nos processos históricos de transformação, ainda que submetidos à nova subordinação econômica, política e social que representava a dominação burguesa.

A formação do Estado Nacional brasileiro assumiu um caráter bastante distinto da democratização universal da esfera política. O rompimento com o sistema colonial foi levado a cabo a partir da conciliação das forças dominantes que dirigiram o processo de independência e instituíram o regime monárquico em 1824, sob a liderança de D. Pedro I. Esse arranjo político cerceou a possibilidade de qualquer movimento radical que colocasse abaixo as estruturas políticas internas que sustentavam a ordem jurídico-política da colônia. Pelo contrário, tais estruturas somente se alteraram na medida em que deveriam se adequar ao novo estatuto político internacional. Os segmentos do velho sistema, a burguesia e a aristocracia agrícola, se articularam para dirigir as transformações em um sentido conservador, de manutenção das estruturas que fundamentavam seu poder. Ainda que as classes dominantes almejassem romper com as forças de Portugal para alçar maior autonomia na produção interna, no domínio sob o capital produzido no país e nas relações com o capital externo, elas não desejam desfazer a estrutura de poder que possibilitava a sua dominação interna. Assim, a saída conciliatória que se desenhou assegurava que as transformações necessárias à constituição de uma nação independente não ultrapassassem os limites de uma política autoritária e excludente, da centralização do poder decisório nas frações dominantes, restringindo a participação de forças populares e camadas sociais que poderiam se opor a seus interesses e ao projeto de desenvolvimento que tinham para o país.

Tal como a formação do capitalismo brasileiro, a absorção da ideologia liberal também possui uma constituição *sui generis* no Brasil, que expressa esse movimento⁹. Se no âmbito jurídico-político existia um esforço da burocracia estatal de implementar o léxico e as normas das legislações modernas liberais, a predominância com certeza se deu através do seu

⁸ Vale ressaltar que a conquista do sufrágio universal esteve restrita por muitas décadas apenas aos homens, e apesar de se estabelecer uma forma política que não estivesse submetida ao poder da nobreza e à diferenciação por castas, ainda se resguarda a desigualdade de uma sociedade patriarcal. No caso francês, por exemplo, o sufrágio universal foi conquistado em 1848 enquanto o direito de votos das mulheres só foi instituído em 1945.

⁹ A teoria social brasileira já versou extensivamente sobre a absorção da ideologia liberal no percurso da formação do capitalismo brasileiro. Sobre isso, Cf. Schwarz (1977) e Fernandes (2005).

caráter conservador, abrindo pouco espaço para as defesas de universalização dos direitos sociais e políticos, como o fez na Europa e nos EUA. Basta pensar que durante muitos anos liberalismo e escravidão conviveram lado a lado na estrutura política brasileira. No âmbito econômico, por outro lado, o liberalismo durante muito tempo foi operacionalizado de forma a justificar o direito de livre comércio dos principais setores exportadores da economia brasileira, ao mesmo tempo em que a utilização do aparato do Estado para beneficiar esses setores era sistemática.

Para o que nos importa aqui, basta colocar que essa maneira de conciliar o “velho” e o “novo” que se expressa na absorção da ideologia liberal também se materializa nas dinâmicas de transformação social, tornando-se uma espécie de padrão em diversos momentos da história brasileira, na medida em que as classes dominantes realizavam as transformações históricas apartadas do restante da sociedade, como “transformações pelo alto”¹⁰. O contexto histórico de descolonização da América reafirmava o temor da burguesia brasileira de desencadear um movimento revolucionário assim como ocorreu no processo de independência dos Estados Unidos, onde se rompeu radicalmente com a Inglaterra e com os elementos coloniais consolidando uma democracia burguesa considerada de “via clássica”¹¹. Nesse sentido, as forças dominantes instaladas no Brasil recorreram a todos os meios necessários para frear qualquer movimento que pudesse resultar numa ação revolucionária, inclusive à violência direta e ao uso da força militar. O emprego da violência direta e das forças armadas se tornou um componente essencial à garantia do poder das classes dominantes no Brasil, sendo esse um elemento que se reproduz em grande parte das transformações sociais que ocorreram no país ao longo de sua história, como o fechamento da Assembleia Constituinte em 1823, a Proclamação da República em 1889, a Revolução de 1930, o golpe militar de 1964, etc.

Um aparelho estatal de onde se despregue a violência e o favor deletério, para manter intacta sua estrutura fundamental, com as massas populares (escravos e homens “livres”) sempre fora do cenário político. Uma estrutura, enfim, que permitia até golpes e contragolpes constantes entre as facções dominantes sem alterações, no entanto, ao seu aspecto basilar. (MAZZEO, 2015, p. 108).

¹⁰ O termo “transformações pelo alto” é utilizado por Gramsci para caracterizar o movimento político das classes dominantes no processo de revolução passiva. Carlos Nelson Coutinho (2011), em seu famoso ensaio sobre a “via prussiana” no Brasil, retoma tal conceito para caracterizar o processo de independência brasileiro. Posteriormente vários autores ainda se utilizam dessa concepção para caracterizar determinados momentos de mudança social no Brasil que tinham como característica principal a “conciliação entre o velho e o novo”.

¹¹ Lênin, no artigo “*O programa agrário da Social Democracia*”, considera a via americana como uma forma de “via clássica” ainda que se diferenciasse da via inglesa e da via francesa (LÊNIN, 1980).

O quadro cultural projetado pela herança escravista e colonial difundiu valores elitistas que se reafirmavam pela noção de privilégio, pela relação paternalista e a dominação pautada na *ideologia do favor* (SCHWARZ, 1977 apud MAZZEO, 2015, p. 108), concatenando uma classe dominante de cunho bastante conservador. O arcabouço que se instalou com a ordem capitalista desintegrou alguns traços das relações coloniais, mas conservou outros. A resistência posta pela burguesia a certas transformações que rompessem com os seus privilégios estabelecidos no *antigo regime*, sobrepôs determinados elementos conservadores às próprias relações capitalistas como, por exemplo, a manutenção do trabalho escravo, que, embora contraditório com as necessidades do modo de produção capitalista de mercantilizar todas as esferas da vida, foi preservado durante a segunda metade do século XIX, quando já emergiam formas especificamente capitalistas de produção interna. Ademais, o sistema escravocrata relegou à concepção de tarefas mecânicas, do trabalho braçal relacionado ao mando e obediência assim como a própria desumanização e perda de dignidade daqueles que se sujeitavam a essas atividades. Portanto, o reconhecimento político e social das instituições e do Estado Nacional deveriam estar atrelados, estritamente, ao status econômico, àqueles que possuíam propriedade privada e poderiam se inserir nos processos decisórios do país, enquanto os despossuídos não eram sujeitos aptos a assumir tais posições. Nos momentos em que os interesses das forças dominantes estavam ameaçados pelos interesses das massas despossuídas, valia-se do emprego de instrumentos repressivos e da violência direta, de um “Estado forte” para garantir a continuidade da ordem.

Aqui, nos reportamos à conceituação de Florestan Fernandes acerca da relação entre a dominação burguesa e capitalismo dependente. A partir da realidade brasileira, o autor aponta para a posição estratégica que o Estado assume no desenvolvimento capitalista na periferia e na organização da dominação burguesa. Na medida em que as relações sociais, políticas e econômicas são forjadas pela restrição dos espaços democráticos, o Estado no capitalismo dependente não se constitui como um ente que comporta a participação e as demandas de outros setores, mas torna-se um vetor autocrático do poder burguês.

A própria composição do poder burguês no Brasil está ajustada em função da conservação dos privilégios dominantes, o que faz com que a hegemonia burguesa que se funda no capitalismo dependente esteja assentada na defesa intransigente da classe possuidora, o que implica em uma sistemática exclusão das classes trabalhadoras do próprio processo político. O Estado assegura a própria articulação da classe dominante sob o esteio da institucionalização ao garantir base econômica e estabilidade política por meio da concentração de poder. Isso torna possível conduzir o desenvolvimento econômico

modernizador barrando qualquer expansão de direitos políticos democráticos à massa da população. De forma que, reconhece Florestan Fernandes, mesmo que assuma um caráter formalmente democrático (pelo menos após 1930) trata-se, em verdade, de uma *democracia restrita*, que serve de suporte para a reprodução de uma forma específica de dominação burguesa, a chamada *autocracia burguesa* (FERNANDES, 2005, p. 31; FERNANDES, 1973, p. 106-110).

Diante do quadro sumariamente esboçado, de como se desenvolveram as formas políticas e econômicas que estruturam o país e a gênese das relações capitalistas e do processo de modernização posto pelo capitalismo industrial, podemos apreender alguns aspectos essenciais que compõe a particular formação social brasileira. Voltar-se a tais fenômenos ilumina a base social e econômica na qual se funda a ordem societária do Brasil moderno, e as formas derivadas desse passado que se recolocaram ao longo do desenvolvimento histórico sob diferentes facetas, essenciais para a compreendermos a dinâmica da transformação capitalista do país nos seus processos mais contemporâneos.

Aqui é importante remeter à análise que Florestan Fernandes (2005) apresenta acerca do eixo econômico e social no qual se sustenta o capitalismo dependente brasileiro. A tese de Florestan é de que o desenvolvimento capitalista no Brasil se consolidou através de uma *dupla articulação*: no plano interno, pela sobreposição entre setor arcaico e moderno; e no plano externo, pela subordinação econômica e política aos países capitalistas centrais. A constituição do poder burguês na periferia se consolida através dessa articulação reiterando uma forma de desenvolvimento social, político e econômico, restrito aos interesses das frações dominantes e que não se universaliza enquanto interesses de nação. Essa configuração resulta numa forma de dominação restringida, na qual as outras classes não podem compartilhar dos progressos econômicos, políticos e sociais, sendo excluídas desse processo através da coerção e da força (FERNANDES, 2005, p. 349).

A articulação no plano externo mostra o papel exercido pelo capitalismo dos países centrais no processo de modernização da economia brasileira, acelerando a consolidação de um mercado interno, com um desenvolvimento capitalista propriamente dito. Mas faz isso por meio de uma adaptação subordinada da economia brasileira às transformações do mercado mundial e das dinâmicas econômicas das nações hegemônicas.

O interessante na formulação de Florestan é que a visualização dessa articulação permite ver como ela reflete diretamente nas relações de classe internas, na medida em que enfraquece a força política, econômica e social das próprias classes burguesas, divididas por interesses contraditórios. Enquanto a fração arcaica da burguesia brasileira se beneficiava da

posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, a fração moderna da burguesia, propriamente engajada nas atividades industriais, não conseguia se consolidar como um centro dinâmico do desenvolvimento econômico nacional, permanecendo sempre pouco competitiva com relação à indústria dos países capitalistas centrais, já em fase de expansão imperialista.

Essa concepção original e criativa do sociólogo brasileiro se aproxima bastante das formulações de Marx, de Lenin e, em síntese, de Trotsky sobre o *desenvolvimento desigual e combinado*, principalmente quando enfatiza o nexo entre o setor arcaico e o setor moderno. De acordo com essa visão, o modo de produção capitalista se desenvolve tardiamente em regiões periféricas, como o Brasil, de modo que, as transformações na periferia acontecem em momentos históricos distintos e com a introdução de forças produtivas em níveis desiguais em relação ao centro do sistema. Na medida em que a periferia está “atrasada” frente ao desenvolvimento dos países hegemônicos será impelida a incorporar determinadas dinâmicas da funcionalidade do sistema capitalista que não são resultados de um desenvolvimento interno, mas determinadas pelo padrão econômico externo. Portanto, diferente do que acontece no centro, as relações capitalistas na periferia não desagregam as relações arcaicas, estas subsistem e são conservadas ao se articularem com os elementos modernizadores. Esta contradição é particular às economias dependentes que forjam um desenvolvimento ajustado à lógica das nações hegemônicas, mas os limites internos, os elementos arcaicos, resultam numa estrutura pouco coordenada e organizada de forma desigual.

O caso brasileiro elucidava bem este fenômeno: as forças produtivas que adentram ao país via capital externo são direcionadas a poupar força de trabalho visto que, no centro, o desenvolvimento econômico encontrava-se num alto nível tecnológico e com maior composição orgânica de capital. Contudo, internamente, o país vivia um período de expansão do mercado de trabalho com o fim do regime escravocrata e a instituição do trabalho livre, o que fomentava a expansão da massa populacional disponível. Essa contradição resulta em uma estrutura social bastante desigual pelo rebaixamento do valor da força de trabalho e na impossibilidade de que o nascente mercado capitalista conseguisse absorver toda essa força de trabalho, a qual termina explorada em formas de trabalho intensivo, pré-capitalistas¹².

¹² Na visão de Florestan Fernandes, “a dupla articulação faz com que vários focos de desenvolvimento econômico pré ou sub-capitalistas mantenham, indefinidamente, estruturas socioeconômicas e políticas arcaicas ou semiarcaicas operando como impedimento à reforma agrária, à valorização do trabalho, à proletarianização do trabalhador, à expansão do mercado interno, etc”. Esse processo, por si só, é bastante diferente daquele ocorrido nos países centrais europeus, onde os camponeses e artesãos foram separados dos meios de produção e proletarianizados. Florestan chega a aventar que a própria condição de proletarianização, nas condições do capitalismo dependente se coloca como um privilégio de apenas uma parcela da população (FERNANDES, 2005, p. 356)

Com base na contribuição das teses de Florestan, é possível verificar que a formação do mercado brasileiro, sustentado pela dupla articulação, impõe limites à realização de um desenvolvimento nacional autônomo. Na análise do período histórico seguinte, isto é, da industrialização à ditadura militar, veremos que tal articulação não é questionada em sua essência, por mais que suas formas se alterassem e que o capitalismo brasileiro ficasse cada vez mais robusto. É nesse sentido que a reposição do vínculo colonial pode se reproduzir entre o capitalismo dependente brasileiro e os centros hegemônicos do capital.

Ao longo do desenvolvimento histórico e das mudanças sociais no Brasil, a dupla articulação não foi questionada em seu âmago. Ainda que questões relativas à reforma agrária e às remessas de lucro tenha sido suscitadas, a conversação das relações arcaicas no campo e a articulação com o capital externo não foram colocadas em xeque sob o princípio de que esses elementos eram essenciais para estrutura econômica do país. O não enfretamento à dupla articulação relegou ao país o não rompimento com estruturas coloniais. Dois elementos apontam nessa direção: na agropecuária a produção voltada para o mercado interno conservou relações de produção arcaicas, assim como a desigualdade social foi preservada através da depressão salarial e alta seletividade do mercado resultantes da alta concentração de renda e riqueza do país.

2.2 A industrialização e internacionalização da economia brasileira

Como buscamos elucidar acima, a formação social brasileira e a instalação de uma forma capitalista particular não resultou apenas do desenvolvimento interno e de disputas que se colocavam na esfera nacional, uma vez que estavam fortemente determinados pela conjuntura externa e pelas tendências históricas colocadas pelo capitalismo em seu âmbito mundial. Portanto, para lançar luz sobre o processo de internacionalização da economia brasileira ocorridas durante o século XX precisamos nos voltar ao contexto mais geral e às determinações externas nas quais o país está inserido. A transição do século XIX para o século XX foi cenário de grandes transformações para o sistema capitalista em geral. A emergência do fenômeno do imperialismo e a instauração da acumulação monopolista foram fatores essenciais desta quadra da história, na medida em que forjaram novos fenômenos e contradições no seio das relações capitalistas, engendrando novas formas de atuação e organização no mercado mundial.

A trajetória do capitalismo deflagrada com o imperialismo não foi um processo uniforme e imutável, o seu desenvolvimento foi marcado por significativas mudanças no decorrer do século XX. Destacam-se três momentos históricos distintos: o início do imperialismo que se estende até meados dos anos 1940; os “anos dourados” do pós-II Guerra Mundial até os anos 1970; e o período que se abriu a partir da crise dos anos 1970 e que perdura até os dias atuais, compreendido como o capitalismo contemporâneo (NETTO; BRAZ, 2006). Nesta seção a nossa exposição estará centrada sobre os dois primeiros períodos.

O primeiro refere-se à fase clássica do imperialismo no qual se forjaram as bases para acumulação monopolista a partir da fusão de grandes capitais que passaram a centralizar elevados volumes de riquezas sob uma única empresa. Neste momento, temos a ascensão do capital financeiro, a intensificação das exportações de capital e o acirramento das disputas entre os países do centro pelo domínio territorial de países periféricos. O segundo momento localiza-se em meados dos 1950 demarcado pelos desdobramentos da II Guerra Mundial e da reestruturação do sistema monetário internacional. Para os propósitos deste trabalho, este período apresenta-se com maior relevância uma vez que, as bases que estruturaram o imperialismo num primeiro momento, ganharam corpo e expressão nas economias periféricas e a partir desse cenário localizamos o avanço da internacionalização da economia brasileira. Desse modo, faremos uma breve exposição sobre fase clássica do imperialismo e seus principais pressupostos e posteriormente, apresentaremos as características centrais da etapa que se irrompeu nos anos 1950 e a sua articulação com o desenvolvimento econômico brasileiro.

2.2.1 A fase clássica do Imperialismo

A constituição de capitais monopolistas manifesta a tendência à concentração e centralização de capital inerente à dinâmica capitalista. Segundo Marx, o modo de produção capitalista se estrutura sob a lógica da reprodução ampliada do capital, sustentada pela produção expansiva de mercadorias e de mais-valor, de um lado, e pela reprodução das relações capitalistas, de outro. Para o autor, o acirramento da concorrência intercapitalista acentua a tendência de concentração e centralização de riqueza na medida em que os capitalistas buscam elevar sua produtividade pelo aumento da composição orgânica do capital com a ampliação de recursos destinados aos meios de produção. Esse processo só pode ser realizado pela maior concentração e centralização de riqueza ao passo que promove o

desenvolvimento e aperfeiçoamento tecnológico ao destinar um maior volume de investimento em capital constante e no nível da concorrência garante vantagens frente aos demais capitalistas e por consequência maior rentabilidade (MARX, 2013, cap. XXIII). Outro aspecto que concorre para a expansão e concentração de capital é a irradiação de seus elos por diferentes territórios na busca de novos espaços para absorver sua produção de um lado, e no acesso de novos recursos naturais e sociais, de outro. Este fenômeno denota a conformação do mercado mundial apontado por Marx já em 1848: “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda a parte.” (MARX, 2010, p. 43).

Embora, estas tendências tenham se expressado desde a gênese capitalista e sejam pilares fundamentais da sua reprodução, não se apresentam sob a mesma forma ao longo da história. A II Revolução Industrial modificou substancialmente as bases de produção com o aprimoramento e implementação de novas tecnologias que alavancaram os níveis de produtividade e intensificaram a expansão de capital em nível global.

Então, o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido. [...]. Essa globalização da economia não era nova, embora tivesse se acelerado consideravelmente nas décadas centrais do século. Ela continuou a crescer – menos notavelmente em termos relativos, porém maciçamente em termos de volume e cifras – entre 1875 e 1914. As exportações europeias, de fato, tinham mais que quadruplicado entre 1848 e 1875, ao passo que entre esta última data e 1915 apenas duplicaram. Mas a navegação mercante mundial, entre 1840 e 1870, passou só de 10 a 16 milhões de toneladas, para dobrar nos anos seguintes, enquanto a rede ferroviária mundial passava de pouco mais de 200 mil quilômetros (1870), a mais de 1 milhão às vésperas da Primeira Guerra Mundial. (HOBSBAWN, 1998, p 95).

Na esteira destas transformações, emerge o fenômeno do imperialismo.¹³ Lênin o compreende como uma nova fase do desenvolvimento capitalista na medida em que o caracteriza como um conjunto de fenômenos que acabaram por forjar um novo padrão acumulação monopolista aprofundando o caráter concentrador e centralizador do capital. Para o autor, este processo não poderia ser visto apenas como uma política expansionista ensejada pelo progresso produtivo, mas sim como uma nova forma de organização da propriedade privada e da relação capital-trabalho.

¹³ Um amplo debate se desenvolveu neste período no esforço de explicar as novas configurações das relações capitalistas, com destaque para as formulações de Hobson, Hilferding, Rosa Luxemburgo e Bukhárin.

O processo de monopolização da economia se desenvolveu a partir da associação e fusão de diferentes capitais organizados em grandes empresas e estruturados em grande medida por sociedades anônimas (S/A). Estas, por sua vez, tornaram-se um importante mecanismo de centralização de capital ao passo que acentuaram a separação entre a propriedade e os processos produtivos. A participação nos investimentos e rendimentos das corporações coordenadas por meio de ações possibilitou aos donos de capitais empregarem sua riqueza sem se vincularem diretamente à produção, favorecendo assim a mobilização e expansão de grandes massas de capital para novos mercados e territórios sob o comando de uma única empresa.

Fenômeno emergente nos países de capitalismo consolidado – nos centros hegemônicos do capital –, os monopólios converteram-se em robustos blocos de capitais centralizados, num reduzido número de empresas que passaram a dominar a produção de um ou diversos produtos, bem como todo o processo de produção a nível global. À essa realidade corresponde o grande poder econômico que estes blocos passaram a exercer sob o mercado mundial, subordinando os pequenos e médios produtores, assim como as regiões da periferia, aos seus interesses mercantis e à lógica monopolista.

Superado o capitalismo de livre concorrência, as contradições que perpassam as relações capitalistas passaram a se apresentar em outros patamares¹⁴. Nesta fase, os grandes monopólios disputaram o domínio de determinadas esferas da produção, de novos mercados e territórios, encetando uma nova partilha do mundo arquitetada sob uma corrida colonial em direção às regiões periféricas. A expansão de capital não se referia apenas à ampliação de rendimentos capitalistas, pois os grupos monopolistas e as nações imperialistas concorriam pela garantia do domínio da produção, de territórios – seja pelo acesso a novos mercados e matérias-primas ou por controle de recursos sociais potencialmente rentáveis – e também pelo controle das atividades econômicas no mercado mundial: “Mantem-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais insuportável.” (LÊNIN, 2012, p. 48).

¹⁴ Virginia Fontes, ao analisar a obra Lênin, aponta: "Lênin insiste, ao contrário, na sua forma contraditória e tensa. No próprio interior da burguesia as contradições se avolumaram, pela concorrência ainda mais acirrada que forçosamente a escala monopolista de capitais impunha... Tais contradições não atuavam no mundo das ideias, mas no solo efetivo das condições históricas do século XX, produzindo resultantes diferentes daqueles até então conhecidas. As tensões entre os diferentes setores do capital (industrial e bancário); entre capitais de portes diverso, as tensões entre Estados; a punção exercida por alguns segmentos sobre os demais; as modalidades de rentismo que então se configuravam seriam as formas sobre as quais Lênin insistiria". (FONTES, p. 87-88).

Sob esse novo complexo, os bancos têm destaque especial ao se converterem nos principais financiadores dos setores produtivos colocando à disposição do capital industrial os volumes expressivos de capital exigidos pela acumulação monopolista. Tal associação modificou substancialmente o papel do setor bancário exercido na economia. Enquanto fornecedores de créditos ou como acionistas, os bancos passaram a concentrar em suas agências a riqueza dos grandes monopólios, o que lhes conferia uma posição privilegiada no mercado mundial e um grande poder econômico¹⁵. Fundamentado pela obra de Hilferding, a estreita relação estabelecida entre capital bancário e industrial foi denominada por Lênin de capital financeiro¹⁶. Este não se tratava apenas de atividades circunscrita à esfera financeira, mas de uma forma de articulação entre capitais que se tornou predominante como principal motor de centralização de capital sob a forma monetária. A união entre capital bancário e produtivo promoveu maior eficiência no financiamento da produção, maiores rendimentos e concedeu ao capital financeiro uma posição hegemônica no bojo da acumulação monopolista. A gestão de elevados volumes de capital monetário passou a dominar em proporções cada vez maiores a propriedade dos grandes monopólios.

É próprio do capitalismo, em geral, separar a propriedade do capital de sua aplicação à produção; separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo; separar o rentista, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do industrial e de todas as pessoas que participam diretamente da gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentismo e da oligarquia financeira; implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente poderosos em relação a todos os restantes. (LÊNIN, 2012, p. 89).

¹⁵ “Quanto à estreita relação existente entre bancos e indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta, talvez com mais evidência do que em qualquer outro lado, o novo papel dos bancos. Se o banco desconta as letras de câmbio de um empresário, abre-lhes conta concorrente etc., essas operações, consideradas isoladamente, não diminuem em nada a independência do referido empresário, e o banco não passa de um modesto intermediário. Mas, se essas operações se tornam cada vez mais frequente e mais sólidas, se o banco “reúne” nas suas mãos capitais imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco – e é assim que acontece – conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação econômica do seu cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalismo industrial em relação ao banco.” (LÊNIN, 2012, p. 68).

¹⁶ “Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõe do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais.” (HILFERDING, 1985, p. 219).

A constituição dos monopólios reiterou a necessidade de internacionalização do capital, cujo alto nível de concentração de riqueza demandou que essas massas monetárias fossem aplicadas novamente para continuar se valorizando expansivamente. A ampliação das redes capitalistas e a formação de uma economia global podem ser observadas pelo aumento das mercadorias comercializadas internacionalmente. Contudo, cada vez menos as transações se restringiam a esta forma. Como observou Lênin, nas teias do capitalismo monopolista, o mercado mundial passou a assentar cada vez mais suas atividades sobre a exportação de capitais. A exportação massiva de capitais integrou a corrida colonial e “partilha do mundo entre grandes potências” direcionadas a países que já se encontravam incorporados ao ciclo do mercado mundial, mas com menor grau de desenvolvimento capitalista e menor domínio de forças produtivas.

Localizados na periferia do sistema capitalista, tais países absorviam os capitais dos centros hegemônicos por meio de empréstimos e investimentos diretos que aceleraram o desenvolvimento econômico e proporcionaram a instalação de relações capitalistas mais avançadas. No entanto, por outro lado, tal relação reafirmava a lógica desigual da divisão internacional do trabalho, na medida em que se preservava a condição de dependência e subalternidade destes países frente aos países do centro. Constituiu-se uma espécie de “parasitismo” através do qual os monopólios passaram a adquirir seus lucros pelos valores produzidos nestes países dependentes, impulsionando e barrando seu desenvolvimento econômico, simultaneamente.

2.2.2 O capitalismo no pós-II Guerra Mundial

Um novo ciclo de acumulação se abriu nos anos sucessivos à II Guerra Mundial conjugado por uma série de medidas e transformações que reordenaram o sistema capitalista. Os fatores mais notáveis que marcaram este reordenamento assentam-se no âmbito do Estado, que assumiu papel fundamental no planejamento produtivo e social no interior das fronteiras nacionais; no âmbito da economia, tal reordenamento se deu a partir da reestruturação do mercado internacional, expressa pelas medidas formuladas em *Bretton Woods*; no âmbito da geopolítica internacional destaca-se a escalada da hegemonia estadunidense; e no âmbito político interno a pressão dos movimentos de trabalhadores dos países capitalistas por um maior controle por parte do Estado das relações entre capital e trabalho. O arranjo político assumido neste período ensejava retomar o crescimento econômico combinando-o com um desenvolvimento equilibrado socialmente para evitar tanto a reverberação de uma crise nos

parâmetros dos anos 1930, quanto o avanço do socialismo, que se tornou uma real ameaça à ordem capitalista. Em razão disso, o Estado adotou uma atuação contundente nas áreas sociais conciliando os interesses da classe trabalhadora com os interesses da burguesia, ao mesmo tempo em que os países do centro desenvolviam mecanismos econômicos regulatórios a nível internacional que garantiam a estabilidade econômica da acumulação capitalista. Todo esse arcabouço resultou num elevado crescimento econômico dos países capitalistas e em uma nova divisão internacional do trabalho impulsionada pela internacionalização do capital.

Os anos que antecederam a II Guerra Mundial marcam o declínio da forma liberal da relação entre Estado e economia, e também o declínio da hegemonia britânica. O ideário de uma economia livremente regulamentada por mecanismos próprios à sua funcionalidade foi cada vez mais perdendo adesão frente aos sucessivos desequilíbrios e crises que se acumulavam. No fim da I Guerra Mundial, as economias dos países europeus se encontravam em uma situação bastante fragilizada com alto endividamento e a destruição de seu aparato produtivo. Este cenário tornou-se ainda mais dramático com a crise deflagrada em 1929, que levou o mundo a uma depressão catastrófica. Os países capitalistas enfrentaram uma profunda desvalorização das suas moedas e mercadorias assolados por contínuas crises bancárias e pelo recuo do comércio internacional. O nível do desemprego atingiu taxas superiores a 20% e a produção foi reduzida drasticamente chegando a taxas de 30% da capacidade produtiva instalada (BELLUZZO, 2009, p. 75). A esse contexto somou-se a ascensão do nazismo e fascismo que agudizavam as contradições do sistema capitalista e reforçavam os limites do livre mercado coordenar a economia.

Era candente a necessidade de se recorrer a medidas regulatórias e formas de intervenção do Estado para tornar a economia mais estável e combater os desequilíbrios sociais. Nesse bojo, a constituição do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) no pós-II Guerra Mundial denotou o predomínio do intervencionismo estatal inspirado nas formulações keynesianas¹⁷. De modo geral, Keynes postulava que a atuação do Estado deveria se fundar na coordenação da economia a partir da regulação das aplicações de capitais e do direcionamento de investimentos públicos promovendo uma forma mais adequada de utilização e aplicação dos recursos econômicos, o que evitaria a irrupção de crises e os seus consequentes desequilíbrios sociais (NETTO & BRAZ, 2011). Tal disposição promoveria um crescimento econômico estabilizado vinculado a políticas sociais e ao “pleno emprego”.

¹⁷ Importante ressaltar que a constituição do Estado de Bem-Estar-Social não se tratou de uma aplicação mecânica e direta da teoria de Keynes. As formulações do autor jogaram luz sobre a indispensável intervenção estatal e à política do “pleno emprego”. Mas, a forma como tais medidas se implementaram não podem ser compreendidas estritamente como a execução das formulações keynesianas.

As ideias keynesianas ganhavam importância frente ao fortalecimento da União Soviética no pós-guerra e à expansão de regimes socialistas para diferentes regiões do planeta, como se verificou na Europa Oriental, na China e em Cuba. No contexto da Guerra Fria, os países do centro enfrentaram o avanço de forças políticas que defendiam uma organização econômica fortemente vinculada às demandas sociais e aos interesses da classe trabalhadora, cenário que explicitava as contradições das relações geridas sob a lógica do capital e ameaçava a reprodução do sistema capitalista. Nessas condições, o desenvolvimento de um Estado intervencionista sob as bases da socialdemocracia representou a legitimação das nações capitalistas ante aos ideais socialistas, uma vez que buscava evidenciar a capacidade da acumulação de capital conciliada à ampliação direitos sociais.

Historicamente conhecido como os “anos dourados”, esse processo esteve circunscrito aos centros hegemônicos do capital e se configurou pela notável elevação das taxas de crescimento associadas ao pleno emprego e ganhos salariais.¹⁸ Os Estados Nacionais assumiram o compromisso político de ampliar os direitos sociais e assegurar condições mínimas de existência, o que ficou explícito na instituição de um amplo programa de seguridade social que universalizou serviços na área da saúde, habitação e educação, elevando o nível de vida da classe trabalhadora, programa este que compunha os princípios do plano Beveridge (FIORI, 1997). Embora seja possível falar de uma orientação geral na qual se assentou o *Welfare State*, não podemos inferir que estas experiências foram idênticas nos mais diferentes países. Como nos alerta Fiori:

A principal conclusão que se pode extrair deste tema entre os autores que defendem a especificidade estrutural das relações entre Estado, mercado e política na configuração histórica do *welfare state* é de que não existe nem uma progressão linear nem uma convergência inevitável entre os seus vários tipos nacionais, ou mesmo entre os seus vários padrões de construção e organização do Estado de Bem-Estar Social. O interessante de notar, entretanto, é que respeitadas as individualidades, quase todos os países, tipos e padrões seguiram uma evolução cujos grandes momentos e períodos são análogos porque estão determinados pela trajetória crítica do contexto mais amplo [...] em que se ambientou o *Welfare*. (FIORI, 1997, p. 138-139).

Apesar disso, é seguro dizer que a atuação do Estado não estava abrigada apenas sob o imperativo social, mas, sobretudo, pela necessidade de recuperação da economia e da recomposição das taxas de lucros do capital monopolista¹⁹. Conforme aponta Hobsbawn,

¹⁸ Este cenário se tornou mais expressivo nos anos 1960 quando a média do desemprego na Europa Ocidental se estabilizou em taxas de 1,5% (HOBSBAWN, 1995, p. 254).

¹⁹“Justamente neste nível dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista: para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da

entre os anos 1950 e 1970, a expansão produtiva mundial alcançou níveis impressionantes, elevando-se a um patamar quatro vezes maior, assim como o comércio mundial e os produtos manufaturados ampliaram-se em torno de dez vezes mais (1995). O novo ciclo de acumulação que se abriu nesse período esteve relacionado, sobretudo: com a adoção do regime fordista de produção, que garantiu um alto nível de produtividade e maior lucratividade aos capitalistas; com o expressivo desenvolvimento de ciência e tecnologia como forças produtivas; e à reorganização do sistema monetário internacional a partir de *Bretton Woods*, que permitiu a recuperação do comércio a nível mundial e alargamento da internacionalização do capital. É importante tecer rápidas palavras sobre esses três aspectos.

As relações entre trabalho-capital conformadas na esteira do regime fordista cumpriram um papel essencial no processo de acumulação. O emprego da linha de montagem demandava a separação entre tarefas especializadas e não-especializadas diferenciando a força de trabalho entre trabalhadores qualificados, que coordenam a produção ao mesmo tempo em que absorvia uma grande massa de operários responsáveis pela execução da produção, diferenças que representam uma composição da força de trabalho de acordo com a qualificação. A recuperação da produtividade nos centros hegemônicos do capital ensejada pela padronização e massificação da produção, resultou em altos rendimentos para o capital, o que se refletiu no ganho salarial dos trabalhadores e na estruturação de um mercado de massas onde se popularizou o consumo de automóveis e de bens de consumo não duráveis tais como a televisão, rádio e uma série de eletrodomésticos.

O grande avanço tecnológico admitido nesse período, desenvolveu uma gama de novos produtos que passaram a ser mais acessíveis a grande população. Contudo, as principais inovações encontravam-se na implementação das forças produtivas com o desenvolvimento da informática, da energia nuclear e de materiais sintéticos. Apesar dessa tendência geral, é possível dizer que tal avanço tecnológico esteve muito mais avançado no centro e concorria para reforçar a enorme vantagem econômica dos países centrais em relação aos periféricos. Além disso, ao tornar-se um fator indispensável à produção, as empresas passaram a requerer cada vez mais investimentos em ciência e tecnologia. Se é verdade que a inovação tecnológica não é novidade para a reprodução capitalista, também é verdade que a partir desse momento ela tornou-se eixo dinâmico essencial na ampliação da produtividade do

burguesia monopolista, ele deve legitimar-se *politicamente* incorporando outros protagonismos sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que assegura o seu desempenho.” (NETTO, 1996, p. 23)

capital, contando com uma parcela importante dos investimentos do capital em pesquisa e ciência (HOBSBAWN, 1995, p. 261).

Os esforços de recuperação econômica voltados à organização do mercado mundial se consolidaram, sobretudo, através do Acordo de *Bretton Woods*. Em meio a II Guerra Mundial, entre 1942 e 1944, as potências “aliadas” deram início a sucessivas rodadas de negociações cuja finalidade era reestabelecer uma nova ordem econômica a partir da reestruturação do sistema monetário internacional. Em que pese as disputas e divergências que atravessaram as negociações e as diversas formas que deveriam orientar a implementação do sistema monetário²⁰, a arquitetura montada em *Bretton Woods* representou uma dura crítica ao sistema de câmbio flutuante e a ausência de um padrão monetário regulado internacionalmente que vigorava até então. Para evitar os desequilíbrios econômicos e as crises herdadas do período anterior, a nova ordem econômica ensejada tinha como princípios norteadores o desenvolvimento de um livre comércio internacional garantido por uma moeda forte e de confiança e a implementação de mecanismos que assegurassem o equilíbrio da balança de pagamentos e a liquidez do mercado mundial. Tais condicionantes eram fundamentais para o crescimento econômico dos países em conjunto com um certo progresso social (BELLUZZO, 2009, p. 50).

As discussões na definição do Acordo buscavam incorporar uma posição de consenso ante os diferentes posicionamentos que se desenhavam entre os países²¹. Por um lado, os EUA defendiam um sistema pautado no livre fluxo de capitais e mercadorias supondo que a recuperação da economia seria feita pelo comércio internacional. A Europa, por outro lado, julgava necessário estabelecer maior controle de capitais direcionados a setores estratégicos e deste modo, a recuperação da economia se daria por meio de investimentos. Estas divergências denotam o contraste econômico em que os países se situavam. Os EUA se colocavam como potência industrial e financeira e o reestabelecimento da ordem econômica a partir do comércio internacional lhes asseguraria grande espaço de crescimento. A Europa, por sua vez, saía da II Guerra Mundial com grande parte de seus recursos produtivos (e

²⁰ Reside aqui o notório embate entre John Maynard Keynes e Harry Dexter White e a polarização que se desenhou entre Inglaterra e Estados Unidos: “A diferença entre os planos de Keynes e de White estava nas obrigações que eles impunham aos países credores na flexibilidade das taxas câmbios e na mobilidade de capitais por eles admitidos. O Plano Keynes teria permitido aos países modificar suas taxas de câmbio e adotar restrições cambiais e comerciais conforme necessário para compatibilizar o pleno emprego com o equilíbrio no balanço de pagamentos. O Plano White, em contraste, previa um mundo livre de controles e de paridades fixas sob a supervisão de uma instituição internacional com o poder de veto sobre mudanças nessas paridades.” (EICHENGREEN, 2000, p. 135).

²¹ A busca da posição de consenso que vigorava nas discussões de implementação do acordo, no entanto, não necessariamente reverberam no seu resultado final, que em geral ficou marcado como uma vitória dos interesses estadunidenses.

humanos) destruídos, demandando assim, investimentos e entrada de capitais para recuperar suas economias.

À luz desse cenário, após a Declaração Conjunta e à assinatura dos Artigos de Acordo, uma série de mecanismos foram criados para implementar o sistema de *Bretton Woods*. Dentre eles, destacam-se a adoção de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis a possíveis desequilíbrios econômicos; o estabelecimento de controle de fluxos de capitais garantindo autonomia das contas correntes dos países; a definição do ouro como reserva internacional e a livre conversibilidade de uma moeda nacional para outra desde que assegurado o lastro. No âmbito institucional foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) que posteriormente foi denominado de Banco Mundial. O FMI atuaria como organismo supranacional responsável por fiscalizar o cumprimento das políticas monetárias e coordenar as correções nas taxas de câmbios reorientando-as à paridade, além de arrecadar recursos mínimos provenientes dos países membros. Tais recursos deveriam ser voltados para o financiamento de países que apresentassem déficits na balança de pagamento com a contrapartida de que tais países tivessem suas políticas macroeconômicas supervisionadas pelo FMI. Ao BIRD coube a função de alocar recursos direcionados a reconstrução dos países europeus nos pós-II Guerra. Ademais, firmou-se o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) com o desígnio de reduzir as barreiras comerciais sob negociações periódicas.

O arranjo monetário que se consolidou se afastou significativamente das proposições acordadas em *Bretton Woods*. Segundo Eichengreen, poucas foram as medidas efetivadas pelos países. As taxas de câmbios dos países centrais raramente adotaram o sistema de paridade, os recursos do FMI se revelaram escassos frente às demandas na conjuntura pós-Guerra, além das medidas punitivas às políticas que desestabilizassem o sistema econômico não terem sido aplicadas. Para o autor, apenas o controle de fluxos de capitais se aproximou do esperado. Os governos assumiram uma atuação mais incisiva na regulação dos mercados financeiros e canalizaram os recursos para setores estratégicos buscando evitar desequilíbrios, e principalmente buscando não adotar uma política de redução de gastos que iria na contramão das metas de crescimento econômico com geração de emprego. Contudo, Eichengreen ressalva que este controle vigorou de forma mais eficaz apenas entre os anos 1940 e 1950 (EICHENGEEN, 2000, p. 132-133).

A despeito da execução das regras postuladas em *Bretton Woods*, a ordem monetária conformada teve como resultado mais importante a cristalização da hegemonia americana no sistema capitalista. A ascensão do poder americano já apontava desde fins do século XIX.

Assentado no processo de monopolização da economia, os EUA tornaram-se uma grande potência com a consolidação de suas bases industrial e financeira que superavam as de outros países imperialistas. Como aponta Hobsbawn, as duas guerras que se seguiram no século XX resultaram num expressivo desmonte das economias envolvidas nos conflitos enquanto os EUA manifestavam um desempenho econômico extraordinário, sobretudo, durante a II Guerra Mundial, na qual o país alcançou níveis de crescimento de 10% ao ano. (HOBSBAWN, 1995, p. 55) A deflagração das duas guerras não envolveu diretamente o território americano; a entrada do país no conflito se deu a partir de seu aparato produtivo e do seu arsenal militar, disponibilizando elevados recursos a seus aliados. O país tornou-se um importante financiador do mercado mundial nesse período e gozava de um cenário frutífero ao desenvolvimento e expansão produtiva, ao passo que conservava suas estruturas produtivas devido ao seu distanciamento das zonas beligerantes.²²

Embora os EUA tivessem acumulado um grande poder econômico no decorrer do século XX, a hegemonia norte-americana se consolidou apenas no pós-II Guerra, com a instituição da nova ordem monetária. A adoção do ouro como reserva internacional correspondeu ao reconhecimento do dólar como meio de pagamento no mercado mundial – dado que os EUA acumulavam grande parte de reservas em ouro e era o único país capaz de garantir a sua livre conversibilidade em volumes expressivos, legitimando a força e confiabilidade no dólar. Tal reconhecimento converteu o dólar no padrão monetário internacional, na medida em que outros países, em sua grande maioria com poucas reservas em ouro, passaram a manter suas reservas internacionais em dólar. A admissão do padrão dólar concedeu aos EUA um substantivo controle sobre a administração das políticas monetárias em nível mundial pois, em grande medida, elas estavam sujeitas à direção das políticas norte-americanas.

Coube ao Estado norte-americano gerir e garantir a liquidez do mercado mundial o que o transformou no principal agente da reconstrução das economias europeias, definindo a submissão dos organismos multinacionais aos seus ditames. O FMI e o Banco Mundial tiveram papel relativamente marginal nos investimentos destinados à Europa. Como se sabe,

²² “A participação americana nas duas guerras foi sem dúvida peculiar e decisiva. Não só entraram tardiamente nos dois conflitos – em 1917 e 1941 -, como, protegidos pelos oceanos Atlântico e Pacífico, os EUA não sofreram danos em seu território continental. Assim, a utilização de seu enorme potencial econômico foi realizada em condições ideais: o “esforço de guerra” legitimou a centralização das decisões nos órgãos estatais de coordenação, ao mesmo tempo em que a “segurança” do território garantiu a incolumidade do aparato produtivo e das redes de transporte e comunicações. Isto, sem dúvida, estimulou o avanço tecnológico (sobretudo nos ramos eletroeletrônico, químico e metal-mecânica) e a ampliação da capacidade em muitos setores.” (BELLUZZO, 2009, p. 186).

foi no bojo do Plano Marshall que estes países receberam volumes de capitais necessários à restituição do seu arsenal produtivo e ao equilíbrio das suas balanças de pagamentos. Instituído em 1947, o Plano injetou no mercado mundial cerca de 12 bilhões de dólares em ajuda e cerca de 2 bilhões de dólares em empréstimos (BAUMANN et al., 1998, p. 279). A massiva entrada de capitais nas economias europeias possibilitou a reconstrução de suas bases produtivas e a retomada do crescimento econômico, ao mesmo tempo em que abriu os mercados europeus para a expansão da economia norte-americana, que buscava espaços para a absorção de sua capacidade produtiva, nesse momento, já concentrando 50% da produção mundial. Os EUA atuavam como os banqueiros do mundo e em contrapartida requeriam a abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das suas grandes empresas (HARVEY, 2012, p. 131).

Como já apontado, a emergência do padrão de acumulação monopolista se conformou a partir de grandes corporações que, ao intensificarem a centralização e concentração de capital, exigiam uma expansão para espaços fora de suas fronteiras. Esse processo assumiu novos contornos com o expressivo alcance da internacionalização do capital desencadeada pelas transformações do sistema capitalista nos anos 1950, com os vínculos econômicos que se forjaram a partir dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)²³ e da exportação de bases produtivas. Belluzzo aponta que a economia capitalista do pós-II Guerra engendrou uma nova organização das grandes empresas que passaram a instalar parte da sua capacidade de produção em diferentes países. A descentralização dos ciclos produtivos, nessa concepção, permitia às empresas galgarem seus rendimentos para fora de suas fronteiras nacionais. A ampliação do raio de acumulação capitalista não estava mais restrita à exportação de capitais e mercadorias, uma vez que a expropriação do valor se realizava de forma mais direta a partir da correspondência entre matriz e filial. À luz desse complexo, se verificou uma grande expansão comercial sustentada pela intensificação da comercialização intra-empresas que reforçava a tendência à concentração do capital.

Esse processo esteve inicialmente circunscrito aos centros hegemônicos do capital. Segundo Hobsbawn (1995) a partir da década de 1960 emergiu, com mais força, a transnacionalização da economia marcado pela expansão de multinacionais e de financiamento externo direcionados à periferia. Os centros hegemônicos buscavam transferir seus capitais e suas bases produtivas para regiões que possuíam menor regulamentação das

²³ “O IED norte-americano, além de reconstruir as economias destruídas pela Guerra, exportou um tipo de internacionalização que deu maior organicidade ao capitalismo, assim como facilitou a difusão de um projeto americano de influência global por outros Estados associados a ele.” (CAMPOS, 2009, p. 11)

relações de trabalho e de mobilidade de capital. As transferências do centro para a periferia buscavam se esquivar das políticas sociais e do Estado previdenciário constituído na Era de Ouro. Os países da periferia dispunham de um grande contingente de mão-de-obra submetidos a condições de intensa exploração pelo rebaixamento do valor da força de trabalho e pela escassa proteção social. Desse modo, as grandes corporações poderiam avolumar a sua produtividade sem se sujeitar à política de pleno emprego e de aumento salarial, sem entraves que poderiam perturbar os seus rendimentos.

A atuação de multinacionais já era conhecida. Contudo, o que se vê neste período foi o grande alcance deste movimento que não esteve atrelado apenas aos EUA, mas também a outros países do centro. A reconstrução das economias europeias resultou em uma recuperação do seu poder econômico e em uma atuação mais decisiva dos países europeus no mercado mundial. Ficou patente uma substantiva transferência de capacidade produtiva das multinacionais europeias para regiões periféricas, o que, por um lado, estimulou o crescimento econômico de tais países, e, por outro, aprofundou a condição de subordinação das periferias frente às nações hegemônicas. A partir desse cenário, se arquitetou uma nova divisão internacional do trabalho na qual a periferia não era apenas exportadora de bens primários, passando também a exportar produtos manufaturados. Estas transformações apresentavam limites claros à periferia: seja pelo controle interno que as multinacionais construíram no interior dos países periféricos, seja pela centralização das tecnologias produtivas continuarem sob o domínio dos países centrais. A grande inovação, na Era de Ouro, foi a divisão do ciclo produtivo em diferentes países, que só se tornou possível pelo avanço do transporte e comunicação, espalhando-se para territórios com mão-de-obra mais barata (HOBSBAWN, 1995, p. 275).

2.2.3 A internacionalização da economia brasileira

A integração da economia brasileira à cadeia de acumulação capitalista durante os anos 1950 representou um expressivo avanço da internacionalização do país, articulando a atuação estatal com a massiva entrada de capitais externos. Esse processo esteve diretamente atrelado a um cenário mundial marcado pela recuperação das economias europeias e pelo amadurecimento da internacionalização produtiva, como buscamos elucidar acima. Deste modo, o desenvolvimento econômico brasileiro, forjado neste período, esteve predominantemente assentado na atuação interna das multinacionais e na entrada de investimentos externos oriundo dos países centrais. O projeto que se desenhou para o Brasil

ensejava, sobretudo, o desenvolvimento da infraestrutura e da indústria de base, deixando a entrada de IED voltada principalmente à produção manufaturada. Nesse quadro, o projeto edificado no governo Juscelino Kubistchek a partir do Plano de Metas demarcou um ponto de inflexão no desenvolvimento da indústria pesada bem como da internacionalização da economia brasileira, dado que o país assumiu uma posição mais subordinada frente ao capital internacional.

Cabe aqui uma breve digressão sobre as bases econômicas construídas no Brasil a partir de 1930. Apesar de acompanharmos um extenso debate na literatura brasileira sobre o momento específico em que se inicia a industrialização no Brasil, é possível demarcarmos os anos de 1930 como momento da ascensão da hegemonia da produção urbano-industrial, e como o fim do ciclo agroexportador com a crise da economia cafeeira²⁴. A expansão econômica desencadeada nesse período ganhou força frente ao cenário internacional marcado pela crise de 1929 que restringia o mercado às exportações brasileiras e também dificultava o abastecimento das demandas internas por importações. Neste momento, se instaurou uma industrialização por meio de “substituição de importações” com baixa incorporação de tecnologia e uso extensivo de mão-de-obra. Esse modelo era pautado na produção de bens de consumo não-duráveis dirigidos à classe trabalhadora e em uma produção menos significativa de bens de consumo duráveis voltados às classes mais altas, pelo grau de sofisticação e custo. Segundo Mello (1990), a partir de 1933 se inaugurou uma nova fase de desenvolvimento que se estendeu até 1955 caracterizado por uma espécie de “industrialização restringida”, uma vez que as bases técnicas e financeiras do Brasil eram insuficientes para a instalação do núcleo de produção de bens de produção internamente. Apesar de tais restrições, o autor afirma que neste período constatou-se um movimento endógeno de acumulação fundado na produção industrial com a reprodução da força de trabalho e do capital constante industrial. Portanto, mesmo com limitações, a economia brasileira engendrou um importante desenvolvimento com iniciativas voltadas à indústria e à infraestrutura do país através de investimentos nas áreas de transporte, siderurgia e energia. Estas medidas resultaram em robustos projetos como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Petrobrás e da Eletrobrás além da fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

²⁴ Embora a acumulação capitalista no Brasil tenha convergido para a hegemonia industrial, o setor agrário ainda assumia um importante papel no desenvolvimento econômico. A relação entre agricultura como forma de acumulação “primitiva” com o novo padrão de acumulação industrial possibilitou um elevado crescimento da indústria na medida em que o país incorporava novas tecnologias do centro e, conseguia desenvolver suas forças produtivas, ao mesmo tempo em que, internamente, conservava as relações de produção “primitivas” (OLIVEIRA, 2013)

Foge ao escopo deste trabalho apresentar considerações mais pormenorizadas sobre o ciclo de acumulação que se abriu nos anos 1930, buscamos apenas apontar que a industrialização brasileira caminhou a passos largos a partir desse período e as transformações decorridas resultaram em um desenvolvimento de bases produtivas mais sólidas. Na mesma toada, é importante considerar que o posterior avanço da indústria pesada em 1955 guardou relações diretas com esse processo, e correspondeu a uma certa “continuidade” da industrialização que se esboçou nas décadas anteriores.

O grande salto econômico ensejado pelo Plano Metas sob o governo JK acelerou a industrialização no Brasil, consolidando-a como eixo dinâmico da economia. O Plano esteve assentado sobre os seguintes eixos: direcionamento dos investimentos para esferas que restringiam a expansão industrial nas quais se destacam setores estratégicos, como a infraestrutura e os insumos básicos necessários ao desenvolvimento de novas indústrias; coordenação do Plano pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e pela Carteira de Comercio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), que junto ao BNDE buscava impor certa orientação aos investimentos voltados à indústria (capital externo, capital privado nacional e estatal); financiamento amparado, sobretudo, pelo capital internacional (CAMPOS, 2009, p. 61-62). Nesse sentido, o Plano de Metas contemplou a instalação de setores chaves para a produção industrial como a automobilística, a construção naval, a mecânica pesada, o cimento, o papel e a celulose, entre outros. Além disso, foi importante o aumento da capacidade da siderurgia e a atuação direta do Estado na construção de infraestrutura de rodovias, produção de energia, armazenamento e portos, viabilizando o avanço da fronteira agrícola com obras como a construção de Brasília e a rodovia Belém-Brasília.

Segundo Oliveira (2013), o grande avanço da indústria esteve atrelado aos dois mecanismos fundamentais de financiamento. De um lado, pelo o aumento da taxa de exploração da força de trabalho através da qual se consolida uma estrutura trabalhista que permite uma grande concentração de renda, e o rebaixamento do custo da reprodução da classe trabalhadora²⁵. Esse aumento da exploração se deu pela grande diferença e por consequência, desigualdade, entre os níveis salariais e os níveis de produtividade, e também pela manutenção do custo de vida dos trabalhadores nos padrões da vida rural, ignorando o processo de urbanização que eleva os custos dos serviços básicos.

²⁵ As leis trabalhistas instituídas a partir dos anos 1930 expressas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) compreendem um conjunto medidas adotadas para instaurar um novo modelo de acumulação, neste caso, transformando a população que afluída para a cidade em “exército de reserva” e a partir da definição do salário mínimo propiciava um cálculo médio econômico que nivelava o preço do trabalho para baixo. Essa operação de igualar pela base convertia trabalhadores especializados em não-qualificados (OLIVEIRA, 2013).

A assimetria dos movimentos revela que o diferencial da produtividade sobre os salários constitui-se em fator importante na acumulação e, ainda mais, que a aceleração do crescimento industrial com a implantação dos chamados ramos “dinâmicos” fundou-se exatamente na profundização daquela assimetria. Em outras palavras, para enfatizar uma conclusão pré-esboçada, a aceleração da inversão a partir do período Kubitschek, fundada numa base capitalística interna pobre e nas condições internacionais descritas, requeria, para sua viabilização, um aumento da taxa de exploração da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2013, p. 84)

Por outro lado, o autor destaca a importante associação ao capital externo no financiamento da industrialização brasileira. A massiva entrada de capital externo destinado a importação de tecnologias e bens de capitais foi diretamente assimilada às forças produtivas instaladas internamente, elevando o nível de produtividade do país. Num primeiro momento, os investimentos que se destinaram a fomentar a base produtiva do país eram em grande parte europeus e japoneses, enquanto a atuação dos EUA se concentrava na comercialização de bens duráveis. Com o acirramento da concorrência monopolista, os EUA também passaram a direcionar seus investimentos para a produção manufaturada. A recuperação econômica dos países europeus, realizada na metade dos anos 1950, representou uma acentuada retomada da disputa interimperialista, na medida em que aqueles fortaleceram e expandiram sua atuação no mercado mundial tornando-se um importante agente na concorrência por regiões que garantissem melhores condições de rentabilidade para a reprodução do capital.

O Brasil correspondia a um vantajoso mercado para inserção do capital internacional dado a sua extensão territorial e populacional, a disposição de uma substantiva mão de obra a custos rebaixados e uma base produtiva minimamente desenvolvida e inserida na lógica das relações capitalistas. Somados a isso, alguns mecanismos de regulação de capitais implantados no Plano Metas favoreciam diretamente o investimento externo no país, entre os quais destacou a instrução 113 da Sumoc²⁶. Embora tenha sido promulgada pelo breve governo Café Filho, foi no governo JK que este instrumento foi utilizado amplamente para viabilizar o Plano de Metas, uma vez que permitia a importação de equipamentos sob a forma de investimento direto externo sem cobertura cambial. Nesse sentido, o projeto de JK buscou superar os limites e desequilíbrios econômicos do país, sobretudo através do financiamento externo, facilitando e incentivando a entrada de capital internacional, e criando um cenário

²⁶ A Instrução 113 da SUMOC autorizava a CACEX a emitir licenças de exportação de equipamentos sem cobertura cambial. Para Caputo e Melo (2009) com a Instrução “o governo tinha como objetivo aumentar a importação de bens de capital sem criar problemas para o balanço de pagamentos, e, assim, modernizar rapidamente a indústria nacional. Tal forma de atrair capital estrangeiro também facilitava o investimento no País, ao diminuir a burocracia para sua entrada e instituir uma remuneração atraente para o mesmo”.

bastante favorável à sua expansão que se expressou, em grande medida, pela política cambial adotada.

Podemos verificar, deste modo, que a Instrução 113 foi um importante operador para a entrada de capitais externos no Brasil, direcionados, prioritariamente, para a indústria de base. Os dados apresentados por Caputo e Melo (2009) elucidam esse quadro: dados referentes aos anos de 1955 a 1959, apontam que 55,4% dos equipamentos estrangeiros destinados às indústrias de base que compunham o Plano de Metas, se realizaram através da Instrução 113. Este montante representava 93,6% do total de investimentos, se excluídos os setores que não eram abarcados pelo Plano. As autoras ainda indicam que, entre 1955 e 1963, o IED introduzido no Brasil via Instrução 113 representou um montante de 497,7 milhões de dólares, dos quais 43,50% oriundos dos EUA e 43,51% da Europa Ocidental. Destes investimentos, 97,7% se direcionou à indústria de transformação, sobretudo, para produção automobilística. Reboques e carrocerias que receberam 189,6 milhões de dólares correspondente a 38,1% do total. Seguido pelo setor químico com 11,69%, e pelo setor de máquinas e equipamentos, com 11,24%. (CAPUTO; MELO, 2009, p. 523-526).

A Instrução de fato simplificou as operações do capital internacional com mecanismos regulatórios que possibilitavam uma grande rentabilidade. Por isso foi largamente utilizada pelas empresas multinacionais que se instalavam e se expandiam no mercado brasileiro. Caputo e Melo (2009) apresenta dados que assinalam esse processo: entre o período de 1955 a 1962, os investimentos destinados à filias estrangeiras alcançaram, em alguns anos, cifras acima 100 milhões de dólares que entraram no país via Instrução 113. As autoras apresentam as principais empresas estrangeiras que se valeram de tal mecanismo no referido período, as cifras são de aproximadamente: Willys-Overland (27 milhões de dólares); General Motors (25 milhões de dólares); Ford (22 milhões dólares); Volkswagen (14 milhões de dólares); Robert Bosch (12 milhões de dólares); Mercedes Benz (12 milhões de dólares), e a Indústria Nacional de Locomotivas (11 milhões de dólares). (CAPUTO; MELO, 2009, p. 532).

Os dados acima expressam o protagonismo do capital internacional no desenvolvimento econômico no Brasil, sobretudo, no avanço da indústria pesada na qual a automobilística teve destaque. Esse processo esteve articulado à instalação de multinacionais no mercado brasileiro que proporcionaram maior dinâmica produtiva a partir da sua reprodução sob a lógica de acumulação monopolista. Embora tenhamos nos referido aos marcos regulatórios estabelecidos com a Instrução 113, ressaltamos que a política monetária não foi a única responsável pelo grande volume de capitais externos que entraram no país, uma vez que estavam inseridas em um projeto de internacionalização. Se, por um lado, o

governo JK pode ser considerado uma continuidade da industrialização que vigorava nas décadas anteriores, por outro, a forma como se engendrou a associação com capital internacional, sem critérios de seletividade e hierarquização sobre estes investimentos, resultou numa posição dominante das empresas estrangeiras no mercado brasileiro:

O padrão de desenvolvimento capitalista exposto por Kubitschek, que demonstra uma natureza não hierárquica em relação ao setor privado, faz de sua centralização, quando pretendida, refém do ritmo e da dinâmica da realização dos projetos, em que se inverte a lógica do planejamento estatal. [...] o que nos parece é que esse padrão de desenvolvimento, demasiado comprometido com a esfera privada, fez emergir os interesses das empresas multinacionais e associados, que impunham uma agenda cada vez mais voltada aos centros decisórios externos, que culminaria na consubstanciação de uma espécie de complexo multinacional. (CAMPOS, 2009, p. 67).

A associação ao capital externo não se revelava uma novidade na formação econômica do país. Contudo, o ponto de inflexão do projeto implantado por JK foi exatamente uma relação mais subordinada ao capital internacional, dada a ausência de medidas que priorizassem ou, de alguma forma, protegessem o capital estatal ou capital nacional frente a potência das empresas estrangeiras. Por consequência, as multinacionais e os capitais externos com ampla liberdade galgaram espaços importantes no mercado nacional e passaram a dominar uma parcela significativa dos setores estratégicos do país, resultando em um desenvolvimento econômico menos autônomo e submetido, em grande medida, aos interesses dos capitais hegemônicos. Se podemos demarcar que este período representou um momento essencial na internacionalização do Brasil, apontamos que esse processo se intensificou e se aprofundou a partir de 1964 com a ascensão do regime militar.

3 A DITADURA BRASILEIRA E O “MILAGRE” ECONÔMICO

3.1 Os antecedentes do golpe

A consolidação do golpe em 1964 não foi resultado de uma ação isolada e imediata das Forças Armadas, uma vez que a ditadura instaurada foi gestada no cenário bastante instável que marcou os primeiros anos da década de 1960. Esse período se configurou pela evolução de uma crise econômica expressa na desaceleração do crescimento econômico, no aumento dos índices de inflação e na sucessiva crise política que emergiu na esfera institucional e se desdobrou no acirramento da luta de classes. A exacerbação das contradições políticas e econômicas expressavam a oposição entre forças progressistas e conservadoras e a disputa aberta ensejada pelo projeto de desenvolvimento do país, em um contexto internacional marcado pela Guerra Fria. É fundamental, portanto, que resgatemos tais fenômenos, bem como o significado histórico da ascensão dos militares ao poder.

Por mais que a relação dos militares com outras classes e frações de classe no seio da sociedade brasileira não tenha sido sem contradições, o processo do golpe representou não apenas o auge de uma crise instalada no seio do Bloco Histórico Burguês do período, como também o início da sua resolução, através de um reordenamento interno que atendessem as necessidades da expansão do capitalismo monopolista a uma economia de capitalismo dependente. Essa adaptação, como veremos, dados os conflitos contraditórios que se desenvolveram na arena política e no jogo de interesses econômicos, só será formada na medida em que a atuação militar forja um “consenso forçado” no interior das frações burguesas em disputa, consenso esse que consegue assegurar uma certa coesão para a continuidade do desenvolvimento subordinado do capitalismo dependente, agora cedendo às pressões do capital monopolista externo.²⁷

O momento histórico que se abriu neste período foi atravessado por um cenário conturbado, a começar pela composição do governo federal. As eleições de 1960 levaram Jânio Quadros à presidência da República e o governo iniciado em 1961 se estendeu apenas por breves 7 meses, findando com a sua fatídica renúncia em 25 de agosto. João Goulart

²⁷ O conceito de *bloco histórico*, tal como estamos o utilizando aqui, remete à obra gramsciana, onde é entendido como o conjunto dos processos econômicos, políticos, ideológicos e culturais, que unificam uma determinada dominação de classe, tanto no plano superestrutural, quanto no plano estrutural, simultaneamente. A fuga de uma análise *politicista* do processo histórico – ou seja, como mera aliança de classes – impõe que devemos levar em consideração não apenas as disputas dos representantes dos interesses das classes e frações de classe na variação da conjuntura, mas também a *totalidade* do processo histórico que o caracteriza e os *sentidos* que tal variação imprimem na história. Para alcançar esse objetivo na análise, o conceito de *bloco histórico* é fundamental. (GRAMSCI, 2000, Vls 2 e 3.)

(Jango), imediato sucessor de Jânio e vice-presidente eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)²⁸, dispunha de reconhecido compromisso com as demandas da classe trabalhadora e larga popularidade entre o movimento sindical, construído ao longo de sua atuação no segundo governo Vargas. A herança política de Jango suscitou uma forte resistência das alas conservadoras que não o reconheciam como presidente. A ação protagonizada por setores da cúpula militar impediu a imediata posse de João Goulart e legitimou como chefe do executivo o então presidente da câmara, Ranieri Mazzili.

Esta ação foi abertamente combatida e acabou desencadeando uma série de mobilizações em defesa da legalidade, encabeçadas pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e amplamente apoiadas pelo movimento sindical. A campanha arquitetada pelo reconhecimento de João Goulart à presidência se irradiou por todo país e dividiu as forças militares, entre os quais os brigadistas convocados por Brizola e parte de generais que se colocavam a favor da legalidade²⁹. Diante da reação popular e da dissidência nas Forças Armadas, o núcleo resistente à posse de João Goulart recuou e cedeu a negociações com os parlamentares. O acordo político foi centralizado pelos três principais partidos naquele momento, PTB, Partido Social Democrata (PSD) e União Democrática Nacional (UDN) que reconheceu o governo de João Goulart sob a condição de se instituir um regime parlamentar cujo objetivo era reduzir os poderes presidenciais ante o Congresso Nacional, hegemonicamente conservador. O parlamentarismo, porém, vigorou por poucos meses, pois a emenda constitucional que instituiu o novo sistema político, previa uma consulta popular através de plebiscito. Este, realizado no início de 1963, restaurou o presidencialismo e reafirmou o apoio popular a Jango.

Embora pudesse se reconhecer a vitória das forças que apoiavam João Goulart, a instabilidade política não se cessou com a retomada do presidencialismo. Jango governou sob a intransigente oposição da UDN e de frações da classe dominante, ao passo que os movimentos populares e dos trabalhadores fortaleceram suas organizações e colocaram em cena as aspirações das camadas subalternas, acentuando as contradições sociais, sobretudo, pela crescente polarização com setores da burguesia. No triênio 1961-1963, o sindicalismo brasileiro ampliou de forma extraordinária sua atuação, protagonizando mais de 300 greves

²⁸ Neste período, o sistema eleitoral não vinculava a candidatura de presidente e vice-presidente, portanto, era possível eleger candidatos a estes postos com programas distintos.

²⁹ A campanha da legalidade teve forte impacto sobre a região Sul e Sudeste, dada a atuação central de Leonel Brizola. Formou-se uma cadeia de radiodifusão, a rede da legalidade, que galvanizava a todo país as denúncias do golpe em curso, sobretudo, pelos discursos proferidos por Brizola.

que se massificavam por todo país. As entidades sindicais expandiram a sua base – em 1960 o Brasil registrava cerca 1600 sindicatos, em 1964 somavam mais 2000 – e diferentes organizações foram criadas, das quais se evidenciam o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e a fundação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) (NETTO 2014, p.45-46). Destacado pela sua autonomia estabelecida ante a estrutura oficial dos sindicatos, o CGT alcançou expressiva intervenção no cenário brasileiro sendo responsável pela coordenação de greves de cunho explicitamente político e o principal movimento de trabalhadores em apoio a campanha da legalidade.

O movimento sindical rural também produziu um enorme desenvolvimento organizacional. Em 1963 contavam com mais de 200 entidades difusas por diversas regiões do país, impulsionando a constituição da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG). A luta dos trabalhadores do campo ganhava nova dinâmica com o fortalecimento das Ligas Camponesas sob uma expansão acelerada, sobretudo na Região Nordeste, somavam também mais de 200 organizações em 1963. A mobilização ensejada pelas Ligas Camponesas encampava a bandeira da Reforma Agrária e denunciava a precária condição de vida dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores, sujeitos à dominação política e econômica dos latifundiários.

Associado a luta dos trabalhadores, o movimento estudantil, além de defender a reforma universitária, tornou-se um importante difusor do ideário político e cultural que reivindicava a maior democratização das relações sociais, políticas e econômicas. O Centro Popular de Cultura (CPC), integrado a UNE (União Nacional dos Estudantes), organizava caravanas e percorria todo país com a exibição de peças teatrais e veiculação de músicas que suscitavam debates acerca das Reformas de Base, da revolução, do imperialismo, da desigualdade social, etc. Todo esse quadro explicita a ampla base social forjada pelos trabalhadores e camadas subalternas e a radical oposição colocada ao projeto de desenvolvimento da classe dominante. As mobilizações postas em curso não se reduziam a demandas estritamente econômicas, mas buscavam influir sobre as decisões governamentais e incorporavam lutas direcionadas a transformações substantivas na estrutura sócio-política do Brasil.

A esse contexto se congregava a crise econômica que assolou o país e acompanhou todo o governo Goulart. A desaceleração do crescimento e o aumento inflacionário agravavam as adversidades postas à administração política, assim como dificultavam a execução do projeto de desenvolvimento ambicionado pelo governo Jango. Vejamos melhor o curso destes desequilíbrios econômicos.

A crise econômica que se abriu no início dos anos 1960 foi objeto de diferentes interpretações. Contudo, é incontestável que o crescente ciclo de acumulação encetado pelo governo JK se deparava com grandes restrições para assegurar a reprodução ampliada do capital. Os dados registrados deste período apontavam para a acentuada desaceleração da economia: se em 1961 o PIB alcançou um crescimento de 10,3%, em 1962 o índice caiu para 5,3% e em 1963 declinou mais ainda, atingindo a taxa de 1,5%. A produção industrial que se destacou como eixo dinâmico da economia nos anos anteriores se retraiu a passos largos: em 1962, o setor de bens de capital, de bens de consumo duráveis e bens de consumo não duráveis decresceram sucessivamente em 13,7%, 3,0% e 1,2%. A notável repressão da produção industrial se agravou em 1963 com um crescimento negativo de 1,7%. O cenário tornava-se mais dramático ante a inflação galopante e a restrição dos investimentos externos: o índice inflacionário avançou de 43,61% (1961) para 80,59% (1963) enquanto a entrada de capital externo decaiu de 39,2 milhões de dólares (1961) para 4,3 milhões de dólares (1963) (MANTEGA; MORAES, 1979, e p. 44 NETTO, 2014, p. 40). A drástica queda dos investimentos externos restringia enormemente a capacidade de financiamento da economia brasileira pois, como vimos no capítulo anterior, a entrada de capital externo foi um dos pilares impulsionares do desenvolvimento produtivo na gestão de JK.

As razões que levaram a crise econômica no Brasil estavam, em grande medida, atreladas ao projeto de desenvolvimento herdado do período anterior. Bastos (2014) aponta para três fatores centrais que concatenaram esse processo:

- 1) O elevado crescimento produtivo engendrado no governo JK desenvolveu uma significativa capacidade ociosa nos anos seguintes: o setor de automobilística, que, como vimos, foi um dos ramos que mais receberam investimentos e no início da década 1960, acumulava uma capacidade ociosa de 50% da sua produção. O aumento da produtividade gerado com o Plano Metas encontrava estreitos limites para se realizar e se reproduzir, e a consequência mais imediata a isso se deu pela contenção dos gastos privados e a pela desaceleração de investimentos e da expansão da acumulação.
- 2) Durante o Plano de Metas a dívida externa se ampliou significativamente dado a queda de 20% das exportações, enquanto que os insumos básicos e de bens de capital importados recorriam, em grande medida, ao financiamento externo. A dependência financeira do Brasil resultava no agudo desequilíbrio da balança de pagamentos, e o país era pressionado a remeter ao exterior elevados lucros, juros e dividendos num contexto de retração da economia e de escassas remessas cambiais.

3) A ampliação da inflação, segundo Bastos, não pode ser caracterizada apenas pelos déficits públicos e os desequilíbrios entre os setores produtivos e os sucessivos estrangulamentos da economia. Para o autor, os desdobramentos da crise cambial aceleraram largamente o processo inflacionário diante da forte desvalorização do Cruzeiro promovida pelo governo em 1961. A medida pretendia impulsionar as exportações, mas, como sabido, a agenda deste mercado se concentrava em produtos primários, cujas demandas eram pouco flexíveis e os preços vinculados ao comércio internacional. Logo, a política de desvalorização cambial teve pouca efetividade para o aumento das exportações. Em contrapartida, a base produtiva do país dependia essencialmente de produtos importados e de difícil substituição, e com a depreciação do câmbio, tais mercadorias sofreram uma elevação de preços, que conseqüentemente eram repassados para os preços finais e incidiam sobre as taxas de inflação (BASTOS, 2014, p. 2-3).

Bastos (2014) ainda assinala duas importantes implicações decorrentes da inflação e da desaceleração do crescimento. Primeiro, diante do impacto sobre arrecadação tributária, decorrente da ausência de correção monetária sobre tributos, o Estado passou a absorver as pressões sobre a renda e os preços, o que corroía o valor real dos impostos e impulsionava o déficit fiscal, bem como – e esta é a segunda implicação –, o conflito distributivo instalado por esse processo. Por certo, os oligopólios se lançaram em defesa de seus rendimentos e transferiam o aumento de seus custos de produção para o Estado e para os consumidores finais. Tal medida garantia a elevação de suas taxas de lucros e de suas remessas externas, aprofundando a escalada inflacionária. A partir dessa conjuntura os trabalhadores se deparavam com uma depreciação salarial e com a deterioração de sua capacidade real de consumo, na medida em que eram acometidos pela lógica contracionista do capital. O gasto excessivo do Estado em investimento – que não foi contrabalanceado por emissão de títulos de dívida, mas apenas pelo aumento de emissão de moeda – passava a ser financiado pelos salários dos trabalhadores corroídos pela inflação.

Este conflito distributivo evidencia a patente disparidade entre os níveis de produtividade e a remuneração da força de trabalho, na qual o aumento da rentabilidade do capital não era acompanhado pelo aumento salarial. Este quadro se verificava desde o início da industrialização pois, se por um lado, temos um avanço significativo da economia brasileira, por outro, os níveis salariais sofreram sucessivas oscilações, marcadas

predominantemente por declínios³⁰. Ainda que seja possível atestar períodos de recuperação do salário mínimo, eles eram bastante tímidos frente aos ganhos do capital, além de serem insuficientes para elevar a condição de vida das camadas mais baixas da população. A radicalização da desigualdade social conformada no bojo do colapso econômico foi um componente central da crise instaurada no país. A reação contundente das massas trabalhadoras avolumou as mobilizações que questionavam as consequências do modelo de desenvolvimento.

Diante da crise da conjuntura, impulsionada pela efervescente polarização política se forjou um amplo debate entre entidades de classes, partidos, aparelhos midiáticos e culturais, manifestando as divergentes concepções de desenvolvimento e diferentes propostas para sua resolução. Bielschowsky (2000) sumariza este quadro a partir de três correntes:

- 1) Os conservadores (à direita) congregavam neoliberais e desenvolvimentistas “não nacionalistas” e expressavam a oposição ao governo Goulart. Os conservadores reuniam um grupo bastante heterogêneo, notoriamente representados pela UDN, entidades como a Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACESP), o Conselho Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e figuras como Roberto Campos, Roberto Simonsen e Octávio Bulhões. Esta corrente concebia uma política econômica prioritariamente direcionada ao controle inflacionário e ao combate do déficit externo, além de medidas para atrair capitais externos e conter as atividades produtivas do Estado.
- 2) Os reformistas (centro/centro-esquerda), conjugados pelo nacional-desenvolvimentismo, era composto pelo PTB, por organizações dentre as quais se destacavam o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), assim como o reconhecido economista Celso Furtado. Os reformistas defendiam um programa de redistribuição de renda e riqueza cuja principal proposta se centrava na reforma agrária, bem como sustentavam a necessária intervenção estatal e o controle sobre a entrada de capitais externos no país.
- 3) Os revolucionários (à esquerda) eram formados essencialmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e por intelectuais como Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré. Embora se constatasse aproximações com ala reformista, os debates ensejados

³⁰ Referimo-nos aos dados apresentados por Oliveira (2013), p. 78-79 e p. 82-83.

pela esquerda se pautavam predominantemente na construção da revolução brasileira e da transição socialista. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 428-429)

À luz do exposto, podemos atestar as contraditórias circunstâncias enfrentadas por Jango e a difícil tarefa de se estabelecer um governo capaz de superar a crise econômica e arrefecer a crise política e as tensões sociais. A rigor, podemos considerar que o governo João Goulart passou a atuar de forma mais decisiva a partir do lançamento do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico sucedido pela retomada do regime presidencialista. O robusto projeto elaborado por Celso Furtado (Ministro do Planejamento) e San Tiago Dantas (Ministro da Fazenda) buscava consubstanciar a contenção do surto inflacionário com a retomada do crescimento econômico do país. Apesar da herança cepalina e nacional-desenvolvimentista de Celso Furtado, os diagnósticos e as medidas do Plano Trienal se aproximavam dos programas ortodoxos de estabilização identificando o volume do gasto público como principal componente da elevação inflacionária.

O programa previa o reajuste inflacionário em 25% (1963), a ambiciosa meta de crescimento de 7% ao ano e a redução do déficit público de 60% - o orçamento projetado pela união ultrapassava em mais 50% das despesas. Dentre as medidas anunciadas pelo governo, notabilizam-se a revogação dos subsídios para importação de derivados de petróleo e trigo, elevando o preço destes produtos, respectivamente, em 100% e 70%; o reajuste das tarifas do transporte urbano aumentadas entre 22% e 29%; e as contenções de crédito do Banco do Brasil e de bancos privados, além acordos com associações comerciais que restringiam o crédito ao consumidor. No plano externo, as negociações estabelecidas com os EUA, cujo o objetivo era adiar o pagamento da dívida externa e obter financiamento, foram consideradas um fracasso. Do empréstimo de US\$ 398 milhões concedido pelo governo estadunidense, apenas US\$ 84 milhões seriam disponibilizados imediatamente, entre os quais US\$ 30 milhões se referiam à desapropriação da Cia. Telefônica Nacional (subsidiária da *Internacional Telephone e Telegraph/ITT*). Além disso, o acordo estabeleceu a indenização de US\$ 135 milhões atribuída a encampação da Cia. De Energia Elétrica Rio-Grandense (subsidiária da *American e Foreign Power/AMFORP*) (ABREU, 1990, p. 206-207).

A política empreendida pelo governo manifestava os esforços de Jango em conciliar os interesses da ala conservadora e dos setores reformistas e camadas populares, mas o Plano sofreu fortes abalos com os protestos e as duras críticas oriundas de sua principal base de apoio. O movimento sindical encabeçado pelo CGT e PUA, o PCB, a UNE e setores do próprio PTB, tais como Brizola, condenavam a orientação macroeconômica notavelmente ortodoxa e denunciavam o caráter reacionário de tal programa. Embora o salário mínimo

recebera correção de 56,25%, em 1963, as medidas de contenção de gastos resultaram no aumento desmedido do custo de vida (MACEDO, 1970, p.62). O fracasso da política econômica era inegável: não conteve a elevação inflacionária e nem promoveu o avanço do crescimento econômico³¹. A ascensão de mobilizações populares frente a esse contexto levou Goulart a sucessivamente abandonar o Plano Trienal e se aproximar das demandas sociais voltadas às Reformas de Base.

O acúmulo político forjado pelas camadas subalternas visava o alargamento da institucionalidade democrática e reivindicava o direito de voto aos analfabetos, o direito de militares de baixa patente de serem elegíveis e a retomada do PCB à legalidade. Ademais, a Reforma Agrária³² – pauta central dentre as reformas de base – exigia mudanças constitucionais, pois, em seus artigos determinava a prévia indenização por terras desapropriadas, uma vez que este mecanismo inviabilizava a implementação de uma reforma ampla e a redistribuição da propriedade rural. O giro à esquerda de Goulart com declarado apoio às Reformas e à aberta concessão dada a atuação política dos trabalhadores agudizou a polarização com as forças conservadoras que passaram a propagar explicitamente a proposta de deposição do presidente³³. A conspiração evoluiu junto ao grande empresariado, aos veículos de comunicação da grande imprensa e à cúpula das Forças Armadas, passando a receber grande apoio dos setores médios diante das consecutivas “denúncias” acerca dos perigos da “comunização” que estaria avançando no país sob a direção de Jango e dos movimentos sociais.

É importante recordar aqui do peso da geopolítica edificada sob a Guerra Fria e das tensões estabelecidas entre os blocos capitalista e socialista. A intervenção estadunidense na América Latina se tornou mais agressiva após o triunfo da Revolução Cubana em 1959. Sua atuação, de forma direta ou indireta, resultou no incentivo de campanhas desestabilizadoras de governos democráticos como se comprovou no Brasil e, posteriormente, no Chile. Desse

³¹ A inflação alcançou o índice de 5 a 7% ao mês durante 1962. (ABREU, 1990, p. 205).

³² As Reformas de Base incluíam a reforma administrativa, bancária e fiscal, ampliação e aperfeiçoamento do ensino em todos os níveis e medidas voltadas à área da saúde, sobretudo, ao saneamento básico e a ampliação da assistência média.

³³ Importante medida para aumentar a insatisfação das forças conservadoras foi a Lei 4131/1962, chamada “Lei de Remessas de Lucros”, editada por Jango. Segundo Campos (2009): “A lei procurou repor o controle ao capital internacional que a Instrução 113 havia suprimida tornando-se um dos elementos mais relevantes da argumentação dos setores conservadores contra o governo. Por outro lado, ela também simbolizou o questionamento da internacionalização brasileira constituindo-se como uma das razões pela qual o Golpe de 64 não foi mero resultado da conspiração dos quartéis, mas acima de tudo dos interesses reais constituídos em parte pelo próprio capital internacional.” (CAMPOS, 2009, p.144).

modo, os setores conservadores dispuseram de amplo apoio dos EUA para empenhar o golpe e instituir a ditadura em abril de 1964.

O golpe em 1964 foi a solução encontrada pela burguesia diante da crise econômica e das mobilizações da esquerda que ameaçavam o seu plano de desenvolvimento. Em última instância, a tomada do poder expressava os interesses do capital monopolista e a garantia de sua reprodução de forma associada/subordinada ao imperialismo. Nesse sentido, a articulação de diferentes setores sociais pela deposição do governo Jango e a reação da classe dominante podem ser compreendidas como uma “contrarrevolução”; não pelo fato dos movimentos populares combaterem a reprodução do sistema capitalista e se aliarem a um programa socialista, mas por colocarem em cena a necessidade de se reestruturar as relações capitalistas sob um marco político e econômico minimamente democráticos. Dado o caráter autocrático da dominação da burguesia brasileira, tais reivindicações representavam de fato um entrave às suas demandas e à forma de desenvolvimento econômico que sustentavam.

3.2 O golpe e o PAEG

O projeto iniciado com o golpe de 1964 configurou a reorganização e retomada do domínio direto sobre o cenário econômico e político pelos setores da burguesia, ao passo que possibilitou o avanço do capitalismo monopolista sobre as bases internas do país. A instauração da ditadura acarretou profundas transformações nas relações entre Estado e sociedade, dado que a ação estatal se vinculou estritamente aos interesses das classes dominantes, de forma politicamente autocrática e economicamente restritiva. O denominado “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” atingiria o seu auge nesse período. A institucionalização da ordem ditatorial desempenhou um papel apassivador das contradições sociais geradas pela acumulação monopolista, a partir do esvaziamento dos espaços políticos e decisórios restritos cada vez mais ao escopo do Estado.

A contrarrevolução burguesa, por sua vez, explica como se passa do econômico e do social para o político: como as classes e os estratos de classes burguesas impuseram às demais classes sua própria transformação econômica, social e política, a qual acarretava profundas alterações nos padrões institucionais de relações de classes, de organização do Estado nacional e de vinculação dos interesses de classes burguesas com ritmos econômicos, sociais e políticos de integração da nação como um todo. No plano histórico, passava-se, pura e simplesmente, de uma ditadura de classe burguesa dissimulada e paternalista para uma ditadura de classe burguesa aberta e rígida. (FERNANDES, 2005, p. 397).

A etapa aberta em 1964 demarcava a contradição central no plano político do arcabouço liberal-democrático edificado no país que passava a ser conduzido por uma ditadura. As raízes autocráticas do regime se tornavam flagrantes desde sua gênese, marcada pelas consecutivas rupturas da legalidade sustentada através dos Atos Institucionais. O decreto do Ato Institucional (AI) que reconhecia o golpe e o novo governo constituído, concedia poderes excepcionais ao executivo e sua primazia perante o congresso: autorizava a presidência a cassar mandatos e suspender direitos políticos, a decretar Estado de Sítio, a apresentar emendas constitucionais a serem avaliadas no prazo de 30 dias e a prerrogativa de legislar sobre questões orçamentárias do governo.

As primeiras medidas decretadas ensejavam conformar a estabilidade do regime a partir do combate direto – através do uso da força repressora do Estado – às classes sociais que se opuseram imediatamente à ditadura. Sob o comando de Castelo Branco, a escalada repressiva limitou a atuação das forças políticas constituídas no período anterior, restringiu o movimento sindical e o direito a greve, extinguiu entidades democráticas representativas, tais como a UNE, e suspendeu direitos e mandatos de políticos reconhecidos como de oposição. A ação “saneadora” dos militares teve expressivo apoio de setores sociais e de partidos, tais como PSD e destacadamente a UDN, que passaram a compor a base parlamentar do regime subordinado ao general Castelo Branco. A sujeição ao poder executivo figurava a possibilidade de sobrevivência do Congresso dada a manutenção de parte da legalidade liberal-democrática, ao passo que o ideal anticomunista tornava-se um elemento central do discurso ideologicamente orientado, de unificação de diferentes camadas sociais em torno do regime.

Contudo, a acomodação de amplas forças políticas em torno do governo golpista deu origem a um novo conjunto de contradições, pois elas exigiam do novo governo o atendimento de múltiplas demandas que criava um ambiente de instabilidade política no interior do Bloco Histórico burguês. Por um lado, se frações da burguesia, sobretudo o capital monopolista, e os novos setores das camadas médias, tendiam a identificar seus interesses com as medidas autocráticas, por outro, o capital médio industrial, os grandes proprietários de terras, e os segmentos da classe média tradicional, defendiam a vigência da institucionalidade liberal-democrática. Este quadro se explicitou com a aproximação das eleições para o executivo e a possível ascensão do PSD à presidência resultando na cassação do então provável candidato Juscelino Kubitschek, e a prorrogação do pleito para 1966, estendendo o mandato de Castelo Branco até 1967. Embora houvessem divergências entre os setores que apoiavam o regime, estas disputas denotavam pressões dentro da ordem, pois não

confrontavam diretamente a autocracia burguesa amparada nas franjas da ditadura (MACIEL, 2004).

Nesse contexto, o governo fortaleceu a ação institucionalizada do Estado e o avanço das forças repressoras com a expedição do AI-2, em 1965. Determinou o fim das eleições diretas para presidência, extinguiu todos os partidos políticos existentes, ampliou as prerrogativas presidenciais para declaração de Estado de Sítio e a cassação de mandatos e direitos políticos. O Ato Institucional interferiu diretamente sobre o poder judiciário, revogou as garantias constitucionais aos cargos dos magistrados, aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal e transferiu para o foro militar o julgamento de crimes contra a “segurança nacional”. A conjunção destas medidas buscava assegurar a sobreposição institucional do poder executivo sob o judiciário, ao passo que, a abolição dos partidos e do sufrágio universal representaram um duro golpe à legalidade democrática, inviabilizando a possibilidade de organização autônoma da sociedade civil, em especial, dos segmentos populares. A nova conformação Bloco Histórico Burguês, portanto, foi forjada através de mecanismos institucionais abertamente repressivos, criando um “consenso forçado” a partir das demandas das frações do capital monopolista internacional em sua aliança com a burguesia interna – associada, subordinadamente, ao imperialismo.

A ditadura não esteve circunscrita apenas à institucionalização de um governo autocrático e à redefinição da esfera política, mas também conformou um novo direcionamento econômico e uma nova forma de inserção do país na divisão internacional do trabalho. As mudanças implementadas, neste período, resultaram na retomada de uma nova etapa de desenvolvimento fundada pelo padrão monopolista de acumulação e sustentada, em grande medida, pelo financiamento externo. Os caminhos que levaram a recuperação do ciclo de acumulação foram forjados sob o PAEG. Um dos principais objetivos das reformas tributárias e financeira a partir de 1964 é criar mecanismos não inflacionários de financiamento econômico. No entanto, como veremos, antes do alvorecer do chamado “Milagre” Econômico, o país enfrentou um período de consecutivas políticas recessivas.

A edificação do PAEG foi conduzida por Roberto Campos (Ministro do Planejamento) e Octávio Bulhões (Ministro da Fazenda) e estabeleceu uma política ortodoxa, cuja principal diretriz era a retomada da estabilidade econômica e o combate à inflação. O diagnóstico do programa apontava como principais causas da inflação os déficits públicos, o crescente reajuste salarial e o excesso de crédito para o setor privado. Nessa esteira, a destacada reforma financeira, combinada às mudanças no campo tributário e ao arrocho salarial, constituíram o vetor central para superar os limites de financiamento da economia e impulsionar o

crescimento nos anos posteriores (TAVARES; ASSIS, 1985). Nesse sentido, iremos apontar as transformações que se deram no âmbito interno do país, a saber: as reformas tributárias e a política salarial. Em seguida, nos voltaremos de forma mais detida à reestruturação do sistema financeiro e seu importante impacto para internacionalização da economia e para hegemonia do capital monopolista.

A reforma tributária visava, em essência, racionalizar o sistema de impostos para adequá-lo aos objetivos definidos pelo governo, sobretudo, ao crescimento econômico de atividades elencadas como estratégicas. Em suma, isso significava recompor a capacidade de financiamento do Estado e transformar o arcabouço tributário em uma importante ferramenta de acumulação a partir de incentivos fiscais e financeiros (OLIVEIRA, 2010). Nesse sentido, as principais medidas do Plano se referiram à introdução do imposto por valor adicionado incidindo sobre os produtos industrializados (IPI), sobre a circulação de mercadorias (ICM) e sobre os serviços (ISS); também foi importante a ampliação do escopo do Imposto de Renda sobre pessoa física e a isenção aos setores econômicos considerados fundamentais, atribuída, sobretudo, a aplicações financeiras e a produção de bens de capital. Ademais, a introdução da correção monetária sobre os débitos fiscais e a adoção das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) tiveram substantivo efeito sobre a arrecadação e sobre os déficits públicos. Por um lado, o objetivo era proteger a receita fiscal dos impactos inflacionários e, por outro, ao incentivar a expansão de mercados de capitais a partir da dívida pública, reduzia-se a necessidade de emissão monetária para financiar os sucessivos déficits.

A condução do sistema tributário esteve concentrada prioritariamente no governo federal, enquanto os níveis estaduais e municipais perderam autonomia na gestão de suas contas e foram submetidos a maior disciplina orçamentária. O aperfeiçoamento dos mecanismos de controle sobre a gestão econômica tornou-se um importante dispositivo para execução dos objetivos estabelecidas pelo PAEG. O alcance de tais reformulações sobre orçamento público foi bastante significativo: a receita federal subiu de 8,3% do PIB em 1964 para 11,1% em 1966 e o déficit público foi reduzido de 3,3% do PIB em 1964 para 1,1% em 1966. Além disso, verificava-se uma evolução da participação da carga tributária no PIB: em 1960 o valor da arrecadação representava 17,4%, em 1965 subiu para 19,0% e em 1970 este índice alcançou 26,0% do PIB (OLIVEIRA, 1981, *apud* MATTOS; BASTOS; MARONE, 2015, p. 9). A despeito dos efeitos positivos para estabilidade das contas públicas e para capacidade de crescimento e financiamento da economia, as mudanças na estrutura tributária revelaram o caráter regressivo desta política, uma vez que expandiu a arrecadação sobre impostos

indiretos atingindo, sobretudo, o consumo das massas trabalhadoras, e implementou mecanismos de isenção que incidia sobre empresas e camadas de maior poder aquisitivo:

Como consequência, neste período ergueu-se um verdadeiro “paraíso fiscal” para o capital, em geral, e para as camadas de média e alta renda. Drenaram-se consideráveis fatias de recursos do conjunto da sociedade para garantir a sustentação destes segmentos e transformou-se o sistema tributário num instrumento de agravamento das desigualdades sociais, na medida em que seu ônus foi primordialmente lançado sobre os ombros dos mais fracos. (OLIVEIRA, 2010, p. 36)

Outro ponto crucial da orientação macroeconômica em curso se referia a compressão salarial e ao aprofundamento a subordinação do trabalho ao capital³⁴. Amparada sob a restrição da atuação política dos trabalhadores a partir da Lei de Greve³⁵, a fórmula salarial estabeleceu um único reajuste, de acordo com a data base, realizado no período de 12 meses. A correção, centralizada no governo federal, seria composta pela a média dos valores reais dos últimos 24 meses e neste cálculo deveria ser acrescido a taxa de produtividade e a parte da inflação projetada para o ano seguinte. Essa política resultou em maior depreciação salarial, dado que os salários não seriam reajustados de acordo com a realidade econômica do último período, e as taxas de inflação efetuadas se revelaram superiores à previsão do governo: a estimativa do índice entre 1965 e 1967 era de 25% a 5% enquanto as taxas verificadas foram, para o mesmo período, de 46% a 25% (OLIVEIRA, 1981, p. 40, *apud* MATTOS; BASTOS; MARONE, 2015, p. 4). O arrocho salarial era flagrante, calcula-se que os reajustes introduzidos associado ao aumento do custo de vida, depreciou o salário mínimo em 25% referente, entre 1965-1967 (SINGER, 1977, p. 56).

O cenário tornava-se mais dramático com a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que paulatinamente eliminava o sistema de estabilidade de emprego e ao mesmo tempo ampliava os mecanismos de transferência de renda do trabalho ao capital. A poupança voluntária acabou tornando-se um fundo público destinado ao financiamento da economia à longo prazo. O aviltamento das condições de vida das massas assalariadas se acelerava ante a política de contenção de gastos públicos e a admissão da “inflação corretiva”, desencadeando o aumento de serviços públicos e de bens produzidos por empresas públicas. O reajuste do preço de aluguéis, somado a retirada dos subsídios para o

³⁴ “Mas, num exame de mais longo prazo, importa assinalar que política salarial [...] provocou uma mudança qualitativa nas relações de trabalho: maior subordinação do trabalhador à disciplina da empresa, maior dependência face às autoridades patronais, sindicais, previdenciárias, políticas etc. e menor atenção às necessidades, aspirações e direitos do trabalhador.” (SINGER, 1977, p.79).

³⁵ A lei proibia a realização de greve de todos os setores públicos e de uma ampla gama de atividades consideradas fundamentais à economia, tornando “as greves virtualmente ilegais”. (SKIDMORE, 1988).

petróleo (e derivados) e trigo, elevaram o custo destes produtos, produzindo efeitos extremamente drásticos na capacidade de consumo dos trabalhadores.

O quadro delineado pelas reformas trabalhista e tributária explícita o caráter retrógrado no qual se amparava a acumulação capitalista do país dado que, as prioridades definidas pelo plano econômico se direcionavam à garantia das taxas de lucros das empresas, sustentadas pela desvalorização salarial e por mecanismos distributivos que favoreciam as camadas mais altas. Oliveira, aponta:

Em poucas palavras, a política de combate à inflação procura transferir às classes de renda mais baixa o ônus desse combate, buscando que as alterações no custo de reprodução de força de trabalho não se transmitam à produção, ao mesmo tempo que deixa galopar livremente a inflação que é adequada à realização da acumulação, através do instituto da correção monetária [...]. A circulação desse excedente compatibilizava altos preços dos produtos industrializados com a realização da acumulação, propiciada por um mercado de altas rendas, concentrado nos estratos da burguesia e das classes médias altas (OLIVEIRA, 2012, p. 94-95).

No bojo das reformas estruturais, destaca-se as medidas que redefiniram o setor financeiro. A estrutura de financiamento do país, tanto no âmbito do Estado como no setor privado, configurava-se de forma deficiente e apresentava-se como grande obstáculo para retomar o desenvolvimento em novas bases. Os setores bancário e financeiro eram muito atrasados se comparados com as demais economias, já consolidadas. Doravante outras circunstâncias e necessidades, o projeto econômico dos militares definiu como uma de suas prioridades a reforma do sistema financeiro.

A partir da orientação monetarista e anti-inflacionária a taxa de juros passou a crescer e deixou de ser negativa já no período de Castelo Branco, e importantes mudanças institucionais foram implementadas, sem, contudo, alterar o padrão de financiamento em vigor desde 1930, assentado no Estado e no financiamento do capital externo. As modificações desta ordem buscavam, sobretudo, estreitar as relações do Brasil com o sistema financeiro internacional, e nesse sentido, reduziu a capacidade do país de desenvolver um sistema financeiro nacionalizado. Dentre as medida e instrumentos criados nesse processo podemos destacar (BAER, 1986):

- 1) A criação do Banco Central do Brasil (BACEN) pela Lei nº 4.595/64 que substitui a SUMOC e transfere a responsabilidade pela formulação da política da moeda e do crédito ao Conselho Monetário Nacional (CMN). Tal lei reformulou o sistema bancário do país e especializou as funções de diversas instituições financeiras com objetivo de estabelecer maior mobilidade e eficiência no fluxo de capitais. Nesse

sentido, os bancos comerciais deveriam restringir sua atuação em financiamentos de curto prazo e os bancos de investimento deveriam atuar em financiamentos de médio e longo prazo direcionados ao capital fixo, e sobretudo, à produção industrial. Nessa mesma toada as sociedades financeiras (Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento) deveriam orientar seus créditos ao consumo. Posteriormente a promulgação desta lei, criou-se o Banco Nacional de Habitação (BNH) e a este caberia a função de canalizar os recursos oriundos das Sociedade de Crédito Imobiliária, Cadernetas de Poupança e Caixas Econômicas.

2) A Lei de Remessas de Lucros nº 4.131/1962 (modificada pela Lei nº 4.390/1964 e regulamentada Decreto nº 55.762 de fevereiro de 1965) que não estabelecia a distinção entre empresas públicas e privadas (nacionais e estrangeiras), considerava capital estrangeiro tanto o montante inicial que entrava no país, como os sucessivos reinvestimentos de lucros obtidos internamente, além de garantir empréstimos externos às filiais estrangeiras. A instrução nº 289/1965 aperfeiçoava este arcabouço institucional dado a autorização às empresas estrangeiras contraírem empréstimos diretamente de empresas do exterior. Deste modo, se estabeleceu uma relação mais direta e simplificada entre as multinacionais e suas filiais instaladas no país. Este arcabouço institucional revelava as explícitas vantagens concedidas ao capital internacional.

3) A implementação da Resolução nº 63 do BACEN (1967) permitia as instituições privadas domésticas tomar empréstimos externos e repassa-los internamente. Embora este mecanismo buscasse equilibrar o favorecimento dado ao capital internacional, resultou numa associação mais intrínseca entre o sistema financeiro nacional e internacional. O capital externo passou a ser uma fonte importante de recursos, principalmente quando se leva em conta a adoção de ajustes periódicos do câmbio, que praticamente equiparavam os riscos dos empréstimos externos aos riscos de empréstimos internos (BAER, 1986, p. 14)

A despeito das medidas terem sido direcionadas ao sistema financeiro interno, ficou evidente a primazia dada ao capital externo e às empresas multinacionais. Os resultados concretos dessa reestruturação foi uma maior centralização e a concentração bancária, pois a especialização das funções bancárias e as exigências que se colocavam, restringiu as atividades financeiras a poucos conglomerados. Além disso, esse processo veio associado de maior internacionalização da economia brasileira tanto na presença de capital no país como fonte de recursos para empréstimos. E se deu juntamente com a monopolização do mercado

brasileiro, onde as multinacionais do "centro" instalaram subsidiárias em outros países, geralmente periféricos, e passaram a realizar parte de sua mais-valia no exterior, importando produtos de sua própria sucursal. As grandes empresas estrangeiras foram as principais favorecidas pelas políticas de subsídios, isenções fiscais, incentivo à exportação e entrada de capitais.

A partir desse período, a política econômica brasileira abriu-se ao exterior com uma nova dimensão e sob uma nova perspectiva, especialmente após o período de recessão entre 1963 e 1967, conduzindo o Brasil ao chamado "Milagre" Econômico, iniciado em 1968, cuja marca foi de um período de expansão econômica e taxas elevadas de crescimento, associado ao controle inflacionário. Esta quadra foi marcada pelo avanço do capitalismo monopolista, pois, a partir da estrutura montada desde 1964 foram os setores que mais se apropriaram da acumulação gerada com o "Milagre". Na medida em que foi aprofundada a desigualdade econômica e a concentração de renda, explicitou-se, cada vez mais, o caráter repressivo do regime militar.

3.3 Política econômica do "Milagre"

O programa de estabilização econômica implantado nos primeiros anos da ditadura promoveu resultados substanciais no que se refere ao controle dos déficits públicos e o desenvolvimento de mecanismos tributários que elevassem a arrecadação do Estado. Contudo, no âmbito do crescimento econômico, os efeitos desta política foram menos significativos: como se atesta, o PIB entre 1964 e 1965 decaiu de 3,4% para 2,4%, em 1966 o PIB apresentou uma evolução satisfatório de 6,7%, mas tornou a cair em 1967 para 4,2% (LAGO, 1995, p. 238-239). Para a nova equipe econômica que ascendeu ao governo a partir de 1967, estes dados explicitavam os limites de medidas restritivas para estimular o crescimento em grande escala e apontavam, desse modo, que o período de "inflação corretiva" havia sido superado sendo necessário estabelecer medidas mais flexíveis. O principal eixo definido pela gestão econômica, que se seguiu entre os anos de 1967 a 1973, concentrou-se na estabilidade e fomento das atividades econômica para a acelerar rapidamente o crescimento, combinado ao controle das taxas de inflação.

Delfim Netto, então Ministro da Fazenda, esteve à frente desse processo e logo no início de sua atuação declarava a necessária reorientação da economia. Para o Ministro, o plano de estabilização implementado nos anos anteriores, que supunha a inflação de demanda, induzia aos desequilíbrios e teria resultado numa equivocada execução da política econômica.

O governo Castelo Branco não teria avaliado corretamente as mudanças conjunturais, em que o excessivo aumento dos preços e das pressões sobre os custos teria convertido a trajetória do processo inflacionário. Delfim Netto afirmava que a inflação vigente era de custo e a diretriz ortodoxa de controle da demanda com a contenção da oferta de moeda e do crédito retroalimentariam a inflação e conduziria a queda dos níveis de produção e a recessão em curso naquele momento (MACARINI, 2000). Deste modo, a reformulação econômica do Ministro da Fazenda afastou-se da ortodoxia do PAEG e se direcionou a uma política expansionista de crédito e de maiores incentivos a setores considerados estratégicos, amparados, sobretudo, pelo arcabouço financeiro forjado nos anos anteriores e pelo contínuo endividamento externo.

O ciclo de crescimento econômico inaugurado com a chegada de Costa e Silva à presidência, configurou-se num primeiro momento pela flexibilização do controle monetário e de crédito e a maior disponibilidade de linhas de financiamento. O setor produtivo reagiu substantivamente a estes estímulos, dado que o período recessivo engendrou um grande acúmulo de capacidade ociosa. Em 1968, a economia já sinalizava para uma recuperação impressionante, o PIB alcançou neste ano a taxa de 9,8% (TAVARES; ASSIS, 1985, p. 28). Contudo, foi com a ascensão de Médici ao poder, em 1969, que a estratégia econômica assumiu ativamente um caráter expansionista. O programa edificado ensejava ampliar o crédito e aperfeiçoar o financiamento da economia bem como, expandir as exportações e a produção de manufaturados.

Embora a avaliação de Delfim Netto sobre a natureza da inflação fosse bastante distinta do diagnóstico elaborado por Campos e Bulhões, o controle das pressões sobre a economia continuou a ser um dos eixos programáticos do governo. Contudo, a contenção inflacionária não se daria mais pelo controle de crédito, mas pelo controle administrativo dos preços, dos produtos industriais e dos gêneros primários. A Comissão Interministerial de Preços (CIP), criada em 1963, já operava durante o PAEG e neste período passou a ser um mecanismo amplamente utilizado pelo governo tornando-se compulsório. A tendência das autoridades era determinar os preços a partir das empresas mais eficientes e neste caso, os oligopólios eram amplamente favorecidos, enquanto as pequenas e médias empresas eram acometidas com essa medida, dado a sua grande variação de custos (SINGER, p. 1977, 86-87). Nesse bojo, vemos que a mudança da política anti-inflacionária era estratégica para possibilitar a ampliação de crédito ao se centrar no controle de preços.

O governo atribuía os limites do financiamento, em grande medida, ao valor das taxas de juros cobrados, que atingia o custo das empresas, e a um sistema bancário ineficiente.

Deste modo, a nova gestão instituiu medidas administrativas referentes a taxa de juros, sobretudo, dos bancos comerciais e de investimentos: a Resolução 134 (BACEN) reduziu a taxa de juros dos bancos comerciais em 0,2% ao mês e fixou a taxa em 1,6% a.m (operações de até 60 dias) e 1,8% a.m (operações que ultrapassem o prazo de 60 dias); a Resolução 137 (BACEN) estabeleceu uma redução de 10% das taxas cobradas por bancos de investimentos. Além disso, verificou-se o incentivo direto ao Crédito Direto ao Consumir (CDC) a partir da eliminação da taxa de juros e a supressão de prazos para as operações de crédito pessoal (MACARINI, 2005, p. 70). As taxas de juros foram frequentemente estabelecidas abaixo da inflação, especialmente, os juros incidentes sobre a agricultura, a exportação e sobre os empréstimos disponibilizados por órgãos estatais (notavelmente o BNDE).

O aperfeiçoamento das atividades bancárias era considerado fundamental para a elevação do financiamento, pois o pressuposto era de que a formação de conglomerados financeiros seria o eixo propulsor nesse processo, dada a hegemonia do capital monopolista firmada no país. A monopolização do sistema financeiro foi incentivada abertamente com a criação da Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas (Cofie), ensejando-se maior eficiência com a redução de gastos operacionais e a disponibilização de recursos em grande escala³⁶. A concentração do sistema bancário nacional aprofundou a internacionalização da economia brasileira, visto que grandes grupos financeiros do país, tais como Bradesco e Itaú, passaram a associar os seus bancos de investimentos aos bancos internacionais. Assistiu-se, deste modo, ao crescente financiamento concedido por esse tipo de instituição: se em 1970 os bancos de investimentos com participação estrangeira eram responsáveis por 44% dos recursos disponibilizados no país, entre 1975 e 1980, essa cifra se elevou, respectivamente, para 55% e 66,5% (BAER, 1968, p.30-31).

Esse processo se coadunava à conjuntura internacional forjada no pós-II Guerra Mundial e ao avanço da internacionalização do capital, que se dirigiu aos países periféricos e representou uma massiva entrada de capitais externos no Brasil, como apontamos no capítulo I. É nesse sentido que o movimento dos capitais externos ganhou novos contornos em fins da década de 1960 com a emergência do mercado de eurodólares. A expansão internacional do sistema privado de crédito possibilitou que um conjunto de bancos pudessem se deslocar dos limites de suas fronteiras nacionais para atuarem livremente no chamado euromercado. A base de sua liquidez foi alimentada pelo déficit da balança de pagamentos estadunidense, dado que

³⁶ “Entre o final de 1966 e o final de 1973, 190 bancos foram absorvidos por outros bancos ou fechados. Restavam, em fins de 1973, 4 bancos federais e 2 bancos estaduais compondo a rede oficial, e 87 bancos privados, sendo 8 estrangeiros, ou um total de 115 bancos comerciais.” (LAGO, 1990, p. 258).

os excessivos gastos dos EUA e o grande volume de dólares em circulação no mercado internacional passou a ser deslocado para o euro-mercado³⁷. As instituições financeiras estrangeiras lançam-se à busca de novos mercados, com vistas à obtenção de lucros mais fáceis e rentáveis, promovendo um aumento desenfreado de crédito, especialmente, nos países periféricos. As transações entre estes bancos e os créditos ofertados constituíram um circuito privilegiado de expansão dado as baixas taxas juros da ordem 6% ao ano (BELLUZZO, 2009, p. 289).

À luz desse cenário, o Brasil valeu-se da ampla liquidez e da baixa taxa de juros proporcionada pelo no euro-mercado para expandir a base de financiamento do país. Em consonância a esse processo, Paul Singer aponta que a entrada de capitais externos no país a partir de 1969 se deu, predominantemente, por meio de empréstimos e financiamentos superando o valor dos investimentos diretos. Vejamos: em 1965 os empréstimos e financiamentos era da ordem de US\$ 59 milhões, em 1971 essa cifra alcançou US\$ 1,168 bilhões, enquanto os investimentos diretos, para o mesmo período, representavam US\$ 70 milhões e US\$ 124 milhões (SINGER, 1977, p. 71). Convém ressaltar que a entrada de capitais externos foi abertamente estimulada pelo governo com a introdução de minidesvalorizações da taxa de câmbio³⁸, bem como, a reestruturação do sistema financeiro encetado pelo PAEG reforçava a abertura do país aos capitais internacionais.

O plano econômico formulado ambicionava ampliar a produção de manufaturados e aperfeiçoar a infraestrutura do país. As políticas estatais, desse modo, subsidiaram a composição do capital industrial e desenvolveu um robusto programa de investimentos públicos. Ensejava-se custear a formação de capital, sobretudo, pela isenção de IPI e ICM incidentes sobre as importações de máquinas e equipamentos exigidos à produção industrial. Posteriormente, esta medida foi estendida às compras de tais mercadorias produzidas no mercado interno (MACARINI, 2005, p. 77). Cabe ainda apontar, a implementação de uma política permanente de ampliação do prazo para o recolhimento dos impostos indiretos (IPI) que viabilizou o financiamento de capital de giro a custo zero para o empresariado. Os setores da indústria têxtil, calçados e aço tiveram o prazo estendido de 75 dias para 120 dias, enquanto para a grande parte dos outros setores industriais ficou estabelecido o prazo de 90

³⁷ A discussão sobre o desenvolvimento do mercado de eurodólares será aprofundada no capítulo III da presente dissertação.

³⁸ “As minidesvalorizações garantiam o alinhamento do câmbio de acordo com a inflação interna, sustentando a renda do exportador, mas descontava a inflação norte-americana. Com isso, procurava-se transferir integralmente ao tomador em cruzeiros dos dólares os efeitos da inflação mundial na desvalorização da dívida contraída no exterior. Enquanto as taxas de juros internacional estiveram baixas e estáveis, essa era uma situação francamente favorável ao aumento do crédito externo ao Brasil (...).” (TAVARES & ASSIS, 1985, p. 30).

dias. À essa medida, somou-se a redução das alíquotas de ICM e IPI em 0,5% ao ano, de 1971 a 1974 (MACARINI, 2005, p. 70-71).

O programa industrial voltado aos investimentos públicos operou, sobretudo, pela disposição de financiamento a longo prazo canalizado pelo BNDE, BNH e a CEF (Caixa Econômica Federal)³⁹. Nesse bojo, destaca-se o desenvolvimento da política habitacional e o significativo estímulo dado à construção civil. Os incentivos se conformaram através das linhas de financiamento instituídas pelo BNH (recursos canalizados do FGTS) e a organização de sociedades de crédito imobiliário ofertavam empréstimos de médio a longo prazo. Deste modo, possibilitou-se o financiamento tanto do ramo construtor como a demanda por imóveis. Ademais, a expansão de construções residências promovia o impulso a outros setores produtivos como a indústria de cimento, materiais de construção e siderurgia. O grande impulso conferido à política habitacional podia ser observado pelo expressivo aumento da participação do BNH nos empréstimos e financiamentos totais ao setor privado, evoluindo de 1% em 1966 para 11% em 1970-1972, dos quais, cerca de 75% foi direcionado ao Programa Habitacional (SUZIGAN, et. al., 1974, p. 74).

O fomento do mercado interno se deu pela ampliação da oferta de moradias e também pelas oportunidades de financiamento, amparado no sistema financeiro privado forjado pelo PAEG e a concessão de uma linha crédito dirigida ao consumo de bens duráveis, verificando-se um crescimento significativo da produção automobilística e de eletrodomésticos. A demanda orientada a estes setores correspondia à lógica concentradora de renda instituída no país, visto que os consumos de tais produtos estão vinculados às camadas de maior poder aquisitivo. No âmbito da produção esse processo se torna flagrante: entre os anos 1968 e 1971, a produção de material de transporte, no qual predomina o setor automotivo, cresceu 19,1% a.n, e o setor de material elétrico em que se inclui aparelhos eletrodomésticos, cresceu 13,9% a.n. Ao passo que a produção de bens de consumo não-duráveis associado ao consumo da classe trabalhadora, teve um desempenho bastante inferior: a indústria têxtil apresentou taxas de crescimento da ordem de 7,7% a.n, a produção de alimentos 7,5% a. e o setor do vestuário e calçados 6,8% a.n. (SINGER, 1977, p. 112). Cabe ressaltar que o plano de contenção salarial instituída nos anos anteriores foi praticamente inalterado, restringindo a capacidade de consumo dos trabalhadores, tornando suas condições de vida cada vez mais deteriorada.

³⁹ O financiamento concedido pelo BNDE e a CEF se deu, em grande medida, pela canalização dos recursos acumulados do PIS/PASP (Programa de Integral Social/Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público) criados em 1970.

No âmbito da produção para o mercado externo, conferiu-se grande importância para acelerar o crescimento do país e aumentar a cobertura de importações. O chamado crédito prêmio de IPI instituído em 1970, concedia 15% de crédito sobre o valor das mercadorias exportadas. Inicialmente utilizada para abater o IPI das empresas que exportavam tais produtos, a Portaria GB-14 (1970) autorizou a transferência deste crédito para pagamento de matérias-primas, embalagens, entre outros. E em caso de excedente, a tais fornecedores era concedido a possibilidade de utilizar estes recursos para dedução do seu correspondente IPI (MACARINI, 2005, p. 73). Estipulou-se financiamento preferencial e crédito subsidiado para a produção de manufaturados exportáveis, permitiu-se a transferência dos créditos fiscais entre empresas de um mesmo grupo que apresentassem plano de exportação e em caso de excedente, era facultado a possibilidade de transferir tal benefício para o ano seguinte. No âmbito tributário, determinou-se a dedução da arrecadação sobre o lucro referente à parcela da produção exportada e a isenção de Impostos de Importados e IPI, equivalentes à 1/3 do valor líquido das exportações (LAGO, 1990, p. 273).

Os resultados destas medidas foram bastante significativos, dado a notável evolução do valor das exportações (FOB) passando de US\$ 1.654 milhões (1967) para US\$ 6.199 milhões (1973), bem como o valor corrente das exportações entre 1967-1973 atingiu a taxa média de 24,6% e o volume das vendas externas crescia em 13,1% ao ano (LAGO, 1990, p. 274).

Nessa esteira, a agricultura foi elencada como uma das áreas prioritárias do governo Médici, sobretudo para impulsionar a agroexportação. As ações voltadas a este setor ensejavam ampliar a mecanização do campo a partir do agronegócio e não estabelecer a redistribuição de terra e a desapropriação latifundiária requerida pela Reforma Agrária. Dentre os incentivos implementados, evidenciam-se: isenção de IPI e ICM sobre máquinas agrícolas; isenção de ICM de insumos para produção de adubos e fertilizantes; isenção de IPI de matérias-primas, bens intermediários e embalagens destinados à produção de máquinas e implementos agrícolas; isenção de ICM sobre motores e engrenagens utilizados para a produção de tratores; diminuição do IR designado à agricultura através da limitação dos tributos sobre os seus rendimentos (em 1970, limitou-se o tributo em 10% e em 1971, fixou-se a faixa de 25% sobre o rendimento líquido, após abatido os investimentos); incentivo à compra de máquinas agrícolas e insumos, dado que se estabeleceu a dedução de até 80% do IR sobre rendimento líquido referentes à aquisição de tais produtos (MACARINI, 2005, p. 74).

A relevância atribuída a expansão da agricultura se justificava pelo necessário avanço das exportações e, segundo os objetivos do governo, fomentaria o mercado interno mediante a diminuição das pressões sobre os produtos agrícolas destinados ao consumo interno e ao estímulo conferido à produção industrial. Nesse período, verificamos o grande impacto da introdução da soja no mercado agrícola, que passou a representar 14,8% do total do valor exportado em 1973 (LAGO, 1990, p. 275). De modo geral, os resultados do setor primário também foram bastante satisfatórios crescendo em média 4,5% entre 1967 e 1973 (LAGO, 1990, p. 239).

A concatenação das medidas delineadas nesse período, resultou num crescimento expressivo do país, o PIB real manteve-se à taxa média de 11,2 % entre os anos de 1968 a 1973. (LAGO, 1990, p. 239). Contudo, as bases que sustentava esse projeto eram bastante frágeis e recolocava a condição de subordinação e dependência frente ao mercado internacional e aos países do centro. Embora o governo tenha desenvolvido um vasto plano de financiamento, os recursos se destinaram, sobretudo, à indústria de base e à infraestrutura. Além disso, o sucessivo aumento da capacidade produtiva do país passou a ser sustentado por recursos externos, dado que os incentivos e as bases internas eram insuficientes para manter o ritmo de crescimento acelerado. Ressaltamos ainda, que os setores industriais com maiores taxas de crescimento estavam, em grande medida, sob domínio de multinacionais, tais como a automobilística. Neste contexto, o Brasil se especializou em produtos semielaborados e dependeu essencialmente de um tripé de financiamento, qual seja: importação de bens de capitais, de tecnologia agregada e financiamento de capitais externos. Paul Singer elucida esse quadro:

Isto significa que uma parcela crescente da reposição e da ampliação da capacidade produtiva da indústria está sendo realizada com equipamentos importados, em detrimento dos produtos do Departamento I de nossa economia. Um outro indicador, no mesmo sentido, é a evolução das importações de máquinas, veículos e seus acessórios, cujos valores máximos, antes de 1964, foram alcançados em 1954, 1957, 1960 e 1961, com cerca de US\$ 520 milhões; nos últimos anos estas importações tem atingido US\$ 659,4 milhões em 1968, US\$ 774,9 milhões em 1969 e US\$ 1 002,7 bilhões em 1970. O exame destas cifras leva à hipótese de que a substituição de importações de bens de equipamentos está sendo revertida e que nossa dependência tecnológica com o exterior está aumentando. ” (SINGER, 1977, pp. 72-73)

Desse modo, a expansão das exportações não resultou em avanços tecnológicos, mas foi sustentada pela extensão dos recursos naturais e o baixo custo da mão-de-obra. Por consequência, as importações cresceram mais que as exportações gerando déficits que foram

cobertos por entrada de capitais estrangeiros, inclusive por empréstimos, impulsionando a dívida externa. A natureza desse financiamento era altamente instável e insegura, pois, apesar de terem contratos de longo prazo, as linhas de créditos eram renovadas periodicamente com a repactuação das taxas de juros tomando-se por bases a taxa em vigor no euro-mercado. Os dólares não se destinavam apenas a financiar as importações, mas grande parte se convertia em cruzeiros para pagamento às grandes construtoras, dolarizando o sistema de crédito e atrelando a política financeira interna ao destino do dólar no mercado internacional. Pressupôs-se que o sistema financeiro internacional funcionaria como um fundo de créditos permanente, o que resultou num avanço exponencial da dívida externa do país. Se no início do “milagre” o Brasil possuía uma dívida externa bruta de cerca de US\$ 3 bilhões, o período se encerrou com as cifras alcançando US\$ 12,6 bilhões (TAVARES; ASSIS, 1985, p. 93).

O que estamos buscando apontar, ao longo de todas as argumentações expostas, é que as linhas centrais da política econômica da ditadura possibilitaram a conversão dos eixos estruturantes do projeto de desenvolvimento brasileiro para uma perspectiva ainda mais dependente. Essa nova dependência teve como um dos pilares fundamentais a reestruturação do sistema financeiro, a monopolização bancária e o padrão de financiamento estabelecido a partir do capital externo. Aqui observamos a hegemonia do capital monopolista e a atuação da fração financeira no interior do rearranjo que estabeleceu no Bloco Histórico Burguês. O discurso realizado na época dava indícios de que estas políticas seriam conectores decisivos para o crescimento do país. No entanto, a trajetória da economia brasileira após o “milagre” evidenciou que o êxito quantitativo foi dos índices da dívida externa e da perda significativa de autonomia do Estado frente às intempéries do mercado internacional. Esse cenário tornou-se mais elucidativo com o aprofundamento da crise do capitalismo a partir da metade da década de 1970 e a sucessiva crise desencadeada no país.

4 A CRISE DOS ANOS 1970 E O REORDENAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO

A trajetória do capitalismo durante a década de 1970 é reconhecidamente um período de instabilidades políticas e econômicas irradiadas em nível internacional. Mais do que instabilidades, os anos que se seguiram representaram um ponto de inflexão na história do capitalismo mundial com a deflagração de uma crise econômica, apontando para o fim de um longo ciclo de expansão. Os “anos dourados do capitalismo”, destacados pelo extraordinário crescimento econômico e ampliação do comércio internacional, deslocavam-se cada vez mais para um quadro de estagflação, aumento de déficits orçamentários dos Estados e queda das taxas de lucros nos setores produtivos. Nesse bojo, as políticas de cunho social instituídas no âmbito do chamado Estado de Bem-Estar-Social recuavam a passos largos e a classe trabalhadora enfrentava medidas mais restritivas, como o avanço do capital sobre seus ganhos sociais com queda dos níveis salariais, aumento de desemprego e cortes de gastos públicos. Assistia-se, desse modo, ao desmoronamento da “Era de ouro” e ao esgotamento do padrão de acumulação engendrado no pós-II Guerra.

As transformações ocorridas no curso dos anos 1970 edificaram as bases para cristalização da reestruturação do sistema capitalista ocorrida no período posterior, cujo resultado mais evidente foi a adoção da plataforma neoliberal e a ascensão de um novo padrão de acumulação sob dominância financeira. Diante desse contexto, buscamos neste capítulo apresentar as origens e as implicações da crise, sobretudo no que se refere ao rompimento do Sistema Monetário Internacional, firmado em *Bretton Woods*, e sua articulação com a expansão das operações financeiras.

Sublinhamos ainda o aprofundamento do endividamento dos países latino-americanos ao longo da década de 1970, no qual o Brasil ocupava lugar de destaque. Essa conjuntura, aparentemente favorável à tomada de empréstimos no mercado internacional, logo se reverteu num cenário dramático para a realidade brasileira. A reorientação da estratégia econômica posta pelos EUA e Reino Unido em fins da década de 1970 teve como desfecho, nas regiões da periferia, a eclosão da crise da dívida externa. Sob as diretrizes do FMI, o Brasil passou a canalizar grande parte de seus recursos ao exterior para custear os juros dessa dívida. Procuramos, em última instância, demonstrar como se articulou os desdobramentos da esfera internacional com a dinâmica nacional e a sucessiva submissão brasileira às políticas impostas pelos centros do capital, capitulação que posteriormente se direcionaria à matriz neoliberal.

4.1 O limiar da crise do capital e o rompimento do Acordo de *Bretton Woods*

A história do capitalismo é atravessada por reiteradas crises econômicas⁴⁰ que explicitam seu caráter contraditório de desenvolvimento. À medida que o ciclo de reprodução ampliada do capital se realiza, gesta-se no seio desse processo uma série de contradições que, acumuladas no decorrer de um certo período, dificultam gradativamente a manutenção dos mesmos níveis de rentabilidade⁴¹. Isto é, a lógica expansiva do capital esbarra nos próprios limites de autovalorização até que deflagração de uma crise se torna inevitável⁴². Embora as crises possam ser consideradas um fenômeno inerente à funcionalidade do capitalismo, estas se manifestam sob determinadas particularidades nos diferentes momentos históricos.

O período denominado como os “trinta anos gloriosos”, que se estendeu de 1945 a 1975, pode ter produzido uma certa quimera de que a dinâmica do sistema capitalista poderia sustentar um equilibrado e contínuo ritmo de expansão capaz de contornar desajustes sem maiores impactos à estabilidade econômica. Contudo, ao menos desde a metade da década de 1960 sinais de mudanças na conjuntura apontavam os limites para a manutenção da arquitetura econômica e monetária montada no pós-II Guerra. Alguns setores produtivos passaram a registrar quedas nas taxas de lucros, bem como o Sistema Monetário Internacional expressava contínuas debilidades e acirrava-se a concorrência no interior do bloco capitalista. A esse cenário, somava-se a ascensão de tensões sociais e movimentos contestatórios alastrado por diversos países de vários continentes⁴³.

Devido à posição dos EUA na economia mundial, não é de se estranhar que o país esteve no epicentro da crise desencadeada nos anos 1970. Segundo Brenner, este quadro teve origem no declínio da taxa de lucratividade do setor manufatureiro norte-americano e se concatenou a dois fenômenos cruciais: a deterioração da competitividade estadunidense e o excesso de oferta provocado pela expansão da economia no pós-guerra. Os EUA

⁴⁰ Dentre os diversos desequilíbrios econômicos registrados na história do capitalismo, dois episódios se destacam dado seu caráter de crise e alcance mundial: as chamadas Grandes Depressões deflagradas em 1873 e em 1929.

⁴¹ “Mas o detonador não é a *causa* da crise. Apenas a precipita [...]. Para que ela possa desencadeá-la, é necessário que coincida toda uma série de pré-condições que não decorrem em medida alguma da influência autônoma do detonador. Assim, a falência retumbante de uma grande casa comercial ou de um grande banco não estrangulará, em geral, uma conjuntura no início de uma fase de *boom*, de expansão acelerada. Terá tal efeito somente ao final dessa fase, porque os elementos da crise próxima estão já reunidos e esperam um elemento catalisador para se manifesta.” (MANDEL, 1990, p. 212)

⁴² “O movimento automático do valor como valor não pode ser senão, em geral, o de ultrapassar seus limites quantitativos. Assim sendo, logo que seja desimpedido um limite quantitativo do tesouro, cria-se uma nova barreira que, por sua vez, deve ser destruída. O que aparece como barreira não é um limite determinado do tesouro, mas tudo é limite. O entesouramento não tem, pois, limites imanescentes; falta-lhe medida em si; é, antes, um processo sem fim, que sempre encontra um motivo para começar de novo diante do resultado obtido. Se o tesouro aumenta porque se conserva, também se conserva porque aumenta.” (MARX, 2008, p. 169).

⁴³ As manifestações genericamente denominadas “maio de 1968” expressaram esse processo de forma radical.

experimentaram um arrefecimento de seu dinamismo interno ainda no fim da década de 1950, aprofundando-se nos anos seguintes. À medida que o país deslocava grandes volumes de capitais para reconstruir as economias europeia e japonesa e sustentar a estratégica geopolítica e geoeconômica de fortalecimento do projeto capitalista, verificava uma desaceleração de seus investimentos domésticos. Assim, no âmbito internacional, os Estados Unidos deparavam-se com o vigoroso crescimento da Europa e Japão, que passaram a explorar frações cada vez maiores do mercado mundial, retraindo o espaço de acumulação estadunidense⁴⁴. Reside aqui, o nexo paradoxal, no qual se fundava a aliança do bloco capitalista ao serem, simultaneamente, aliados e concorrentes (BRENNER, 2003, p.50 e 53).

No entanto, a ampliação das exportações europeias e japonesa provocou efeitos contraditórios, uma vez que reestruturaram suas economias, em larga escala, pela considerável assimilação das bases produtivas e tecnológicas estadunidenses e, por consequência, desenvolveram uma produção de bens bastante similares aos fabricados nos EUA. A maior projeção da Europa e Japão no comércio internacional, sobretudo a partir da metade da década de 1960, correspondia à expansão de um grande volume de mercadorias equivalentes e sucessivamente, impulsionavam o excesso de capacidade produtiva das economias capitalistas do centro⁴⁵. (BRENNER, 2003, p. 55). Instaurava-se, desse modo, uma corrida intercapitalista para mitigar os custos relativos de produção e estabelecer preços menores no mercado mundial sem afetar, sobremaneira, a rentabilidade de suas empresas. Contudo, a queda das taxas de lucro foi inexorável, e o setor manufatureiro, o mais impactado: entre 1965 e 1973, os EUA registraram uma queda, sobre o estoque de capital, de 43,5%, ao mesmo tempo em que, para o conjunto do G-7, o declínio foi da ordem de 25%. (BRENNER, 2003, p. 57).

Por outro lado, é necessário destacar os conflitos decorrentes da relação entre capital e trabalho. As políticas sociais e de pleno de emprego ensejadas pelo *Welfare State* provocaram uma redução do exército industrial e a elevação dos níveis salariais. Em última instância, esse processo fortaleceu a organização dos trabalhadores e intensificou as pressões para o aumento real dos salários cujas taxas de remuneração acompanharam, em grande medida, os níveis de

⁴⁴ Segundo Moffit: “A Alemanha Ocidental e o Japão estavam competindo efetivamente no mercado de automóveis, aço, maquinaria, e em outros mercados. Eles conquistaram clientes comerciais de firmas americanas em mercados mundiais e suas exportações se tornaram cada vez mais atraentes para os consumidores americanos. Por conseguinte, o excedente americano no comércio e na indústria de serviços declinou de mais de US\$ 9 bilhões em 1964 para cerca de US\$ 3 bilhões em 1969.” (MOFFIT, 1984, p. 29).

⁴⁵ Conforme aponta Wallerstein, a recuperação produtiva da Europa e Japão conduziu a “uma saturação do mercado mundial e uma diminuição brutal da rentabilidade de muitos dos grandes setores industriais, como do aço, o de automóveis e o de produtos eletrônicos.” (WALLERSTAIN, 2003, p. 76).

produtividade da mão-de-obra. Nesse sentido, as nações do centro encontravam barreiras para implementar medidas restritivas e atenuar os efeitos da crise através do aumento da taxa de exploração. De fato, os níveis salariais não foram contidos, mas se aceleraram entre 1968 e 1973 estreitando, ainda mais, a lucratividade dos capitais do centro (ARRIGHI, 2013, p. 315 e MANDEL, 1990, p. 27).

A soberania norte-americana não foi sustentada apenas pela dimensão de sua estrutura produtiva, decorreu também, em larga parcela, pelo seu forte predomínio na determinação do Sistema Monetário Internacional erguido no pós-guerra. Como já apontado, o dólar adquiriu grande centralidade com o Acordo de *Bretton Woods*, convertendo-se na principal âncora de reservas e de meios de pagamentos. Cabia aos EUA garantir níveis adequados de liquidez internacional, sendo necessário mobilizar grandes fluxos de dólares para o mercado mundial, verificados em suas taxas de investimentos externos, na forte atuação de suas multinacionais e em seus gastos militares⁴⁶. Esse arranjo, pode operar com certa estabilidade enquanto os EUA mantiveram suas finanças relativamente equilibradas. Na realidade, em pouco tempo, os elos que sustentavam a dinâmica monetária se demonstraram bastante frágeis.

Os sucessivos déficits dos EUA se converteram num exorbitante volume de dólares em circulação, e pela primeira vez, em 1960, o passivo externo do país ultrapassou as suas reservas em ouro. Nesse bojo, a reputada tese de Robert Triffin⁴⁷ acerca das debilidades do Acordo de *Bretton Woods* e as contradições de se atribuir a uma moeda nacional a função de moeda internacional tornavam-se cada vez mais evidentes. O conhecido “dilema de Triffin” propugnava que o fornecimento de liquidez internacional resultaria em desequilíbrios crescentes na balança de pagamentos dos EUA e tornaria esse sistema fortemente instável. Por um lado, caso os fluxos de dólares fossem estancados para reduzir tais déficits, poderiam estrangular o comércio internacional. Por outro, a contínua emissão de dólares, além de aprofundar os desajustes econômicos, tenderia a minar as reservas de ouro norte-americanas, provocando incertezas sobre a capacidade dos EUA de assegurar a conversibilidade monetária⁴⁸ e, por efeito, solaparia o sistema monetário internacional (EICHENGREEN, 2000, p. 159-160).

⁴⁶ “A ajuda militar a governos estrangeiros e os gastos militares diretos dos Estados Unidos no exterior – ambos os quais aumentaram constantemente entre 1950 e 1958, e novamente entre 1964 e 1973 – forneceram à economia mundial toda a liquidez de que ela precisava para se expandir. E, como o governo norte-americano agindo como um banco central mundial extremamente permissivo, o comércio e a produção mundiais se expandiram, de fato, numa velocidade sem precedentes.” (ARRIGHI, 2013, p.307)

⁴⁷ As formulações do economista podem ser encontradas em Triffin (1961).

⁴⁸ Em 1960, já era possível constatar a reação do mercado a esta problemática e as desconfiças sobre a garantia do padrão monetário: o desequilíbrio entre dólar/ouro e o prenúncio de que este lastro estaria comprometido foi

Sob esta ótica, o “dilema de Triffin” apontava para um provável colapso das finanças internacionais, e apesar da política expansionista não ter sido revertida era imperativo estabelecer medidas de controle sobre os fluxos de capitais. O governo norte-americano recorreu a diversos mecanismos, ensejando conter as saídas de capitais e amortizar os desequilíbrios da sua balança de pagamentos. Em 1964, entra em vigor o Imposto de Equalização de Juros (IEJ), taxa que incidia sobre os empréstimos externos concedidos pelos investidores americanos ao elevar o custo das ações estrangeiras emitidas nos EUA. No ano seguinte o IEJ foi ampliado à empréstimos bancários em geral e para outros créditos ofertados pelo prazo de um a três anos (MOFFITT, 1984, p. 47). Ainda em 1965 outras duas medidas suplementares foram acionadas: o Programa Voluntário de Restrição de Crédito no Exterior (PVRCE) e as novas diretrizes do Departamento de Investimento Direto no Exterior (DIDE): o PVRCE recomendava às corporações norte-americanas restringir os empréstimos estrangeiros através de “tetos voluntários”, ao passo que o DIDE indicava às empresas residentes com filiais estrangeiras aumentar os seus fluxos monetários direcionados ao mercado doméstico, diminuindo as saídas de capitais e aumentando a repatriação de lucros. Em 1968, estas diretrizes tornaram-se normativas obrigatórias ((MOFFITT, 1984, p. 49 e LIMA, 1984, p. 82). Apesar dos objetivos apregoados pelo governo norte-americano, as iniciativas de controle de capitais revelaram-se, em verdade, um engodo em face do emergente mercado de eurodólares.

A criação dos eurodólares teve um relevante papel para a evolução das finanças internacionais, tornando-se um importante mercado de capitais livre de regulamentação (mercado *offshore*). Teve influência, da mesma maneira, na desarticulação do regime monetário em vigor. Cabe, então, nos reportar de forma mais detida a este fenômeno e seus desdobramentos. Ele constituiu, basicamente, um conjunto de praças financeiras onde as instituições bancárias atuavam à margem da política monetária e das normatizações dos bancos centrais estabelecidas neste período, tais como o reduzido controle de entrada e saída de capitais, a ausência de tetos de juros e de reservas mínimas sobre depósitos⁴⁹. Como indica

alvo de ataques especulativos em Londres, elevando o preço do ouro acima de US\$ 40,00 a onça (a âncora definida era de US\$ 35 a onça). (MOFFITT, 1984, p. 29).

⁴⁹ “A constituição obrigatória de reservas, em nível determinado pelo Banco Central, às vezes legalmente estabelecido; a obrigação de descontar os títulos emitidos além de um certo patamar; bem como medidas de controle sobre o câmbio e o movimento de capitais, constituíam os principais instrumentos da chamada política monetária. Não se trata de enfeitá-la retrospectivamente, nem de atribuir-lhe poderes que nunca teve. Mesmo assim, é fato que a intervenção dos bancos centrais foi enfraquecida (e depois esvaziada de toda substância) pelo estabelecimento de um mercado privado interbancário, que escapava totalmente a essas regras, onde não havia mais nenhuma reserva obrigatória, e onde podia haver uma “milagrosa” multiplicação de crédito.” (CHESNAIS, 1996, p. 252).

a nomenclatura, as operações eram denominadas majoritariamente em dólares e a *city of London* representava a principal praça financeira deste mercado. No início da Guerra Fria, os países soviéticos formaram, com o intuito de assegurar seus saldos em dólares, um embrionário “mercado de depósitos” fora de Nova Iorque, remetidos, em sua maioria, para Londres⁵⁰. Embora sua origem seja associada a este fato, os depósitos soviéticos eram demasiados pequenos, e apenas sob esta base dificilmente o mercado de eurodólares teria se desenvolvido. Convém também destacar que, em 1958, as moedas europeias retomaram a conversibilidade, proporcionando, assim, condições mínimas para a ampliação dos fluxos monetários no mercado mundial, bem como para a liberalização dos movimentos de capitais entre a Europa e os EUA. (LIMA, 1985, p. 72).

Parece-nos ser mais significativo articular o desenvolvimento do mercado de eurodólares à própria dinâmica econômica engendrada no pós-guerra. Dispondo de larga concentração de capitais, as corporações do centro capitalista viam as suas oportunidades de investimentos se estreitarem, como o excesso de capacidade produtiva, apontado acima, e, por outro lado, com a política de controle de capitais implementada pelo governo dos EUA, restringindo ainda mais as margens de rentabilidade das multinacionais norte-americanas. Em razão destas circunstâncias, os grandes grupos industriais, acompanhados pelas instituições bancárias, não hesitaram em recorrer à crescente internacionalização de capitais e deslocavam ampla parcela de seus recursos ao mercado de eurodólares, logrando melhores condições de empréstimos e financiamento, expandindo também sua lucratividade através de operações financeiras⁵¹ (PAULANI, 2009, p. 31 e CHESNAIS, 1995, p. 19). Entendemos, portanto, que os diferentes impulsos dado ao mercado de eurodólares coadunaram-se a este contexto mais geral, isto é, aos entraves colocados ao ciclo de acumulação e à imperativa reprodução ampliada do capital, nos quais os oligopólios, impelidos pela competitividade no mercado mundial, procuram sempre expandir as suas vantagens econômicas.

À vista disso, as atividades bancárias em âmbito internacional evoluem vertiginosamente. A transnacionalização deste setor não decorreu apenas pelo

⁵⁰ “Curiosamente, ele nasceu como resultado das transações em dólar feitas na Europa Ocidental pela União Soviética e China. Como quase todo mundo, os russos conduziam suas transações internacionais em dólares. Eles queriam que seus dólares circulassem sem risco de confisco pelo governo americano, portanto, investiram em bancos em Londres e Paris, e não em Nova Iorque.” (MOFFITT, 1984, p. 46)

⁵¹ “A aparição dos “eurodólares”, observada pela primeira vez em 1957, o desenvolvimento no mercado dessa forma de liquidez, o nascimento ulterior de mercados similares com respeito, nomeadamente o marco e o yen, testemunham o papel crescente de sociedades multinacionais. Com efeito, estes haveres, liberados em dólares (e agora noutras moedas) possuídos por não-residentes nos Estados Unidos (ou no país onde a moeda nacional foi liberada em dólares) e colocadas fora dos Estados Unidos (ou fora do país de origem), provém em larga parte das tesourarias das grandes sociedades multinacionais.” (AMIN, 1976, p. 105)

desenvolvimento dos eurodólares, mas também do próprio movimento de internacionalização do capital, intensificado no pós-guerra. Porém, a rápida expansão deste mercado, especialmente, ao longo dos anos 1960 e 1970, indicava a sua substantiva importância no seio das finanças internacionais. Segundo Chesnais, os valores líquidos movimentados no mercado de eurodólares somavam, em 1952, US\$ 2 bilhões; em 1960 US\$ cerca de 4,5 bilhões e; em 1972 tal cifra cresceu a US\$ 160 bilhões (CHESNAIS, 1996, p. 254). Mais relevante inclusive, foi a transformação promovida nas atividades bancárias, posto que o conjunto das praças financeiras atuantes no mercado de eurodólares unificaram os mercados financeiros nacionais e com efeito, forjaram as bases para a constituição de um mercado financeiro integrado em nível mundial, sustentado pela maior mobilidade de capitais e pela crescente desregulamentação (MOFFITT, 1984, p. 65). As finanças privadas, deste modo, foram largamente impulsionadas e as instituições financeiras gradualmente se fortaleciam na economia internacional, concedendo fácil acesso a empréstimos e créditos, ao passo que obtinham lucros exorbitantes⁵².

A sucessiva projeção do mercado financeiro transformava-o em um elo cada vez mais imprescindível para a manutenção do ciclo de acumulação. De acordo com Mandel, a expansão monetária⁵³ e creditícia foi um dos principais mecanismos para assegurar a fase de crescimento econômico do pós-guerra, bem como para conter – ou ao menos mitigar, por certo tempo – as contradições da acumulação capitalista e a possível eclosão de uma crise:

Assim, para frear a amplitude das crises periódicas contínuas de superprodução que vinham havia 25 anos, aplicaram a expansão do crédito e a expansão monetária (trata-se, bem entendido, de esforços para *reduzir a amplitude*, não para impedir seu desencadeamento, para o que houve tanta incapacidade quanto no passado). A característica principal da longa fase de expansão do pós-guerra, do ponto de vista foi, portanto, o aparecimento de

⁵² Alguns dados referentes ao sistema bancário norte-americano contribuem para ilustrar este quadro:

1) Entre 1950 e 1968, os bancos operando no exterior e suas agências, passaram de 07 bancos e 95 agências, para 26 bancos e 373 agências. Em 1972, esse número evoluiu mais ainda, para 107 bancos e 627 agências operando no exterior (LIMA, 1985, p. 46). 2) Os empréstimos bancários norte-americanos ao exterior expandiram de 3% em 1960, para mais de 15%, em 1972 (MOFFITT, 1984, p. 50). 3) Outro indicativo interessante, diz respeito a diferença entre os lucros domésticos e internacionais dos dez maiores dos EUA: entre 1970 e 1976, os rendimentos internacionais deste conjunto de bancos registraram um crescimento de 33,4%, enquanto os seus rendimentos domésticos apresentaram uma taxa negativa de 1,4% (MOFFITT, 1984, p. 52). 4) No âmbito do mercado de eurodólares, a participação dos bancos norte-americanos também se ampliou significativamente: em 1963, representavam 22% dos ativos, entre os bancos operando em Londres, em 1969, os seus ativos correspondiam à 46% deste mercado (LIMA, 1985, p. 143).

⁵³ “Entre 1945 e 1967, a quantidade de dinheiro cresceu 90%, aproximadamente; por volta de 1967, era sete vezes maior do que em 1929, e nove vezes maior do que em 1907. A velocidade de circulação do dinheiro dobrou entre 1945 e 1967, atingindo mais uma vez o ritmo do ano de 1929. Mas, a produção industrial total em 1967 foi apenas quatro vezes maior que a de 1929 [...]” (MANDEL, 1982, p. 300)

ciclo de crédito parcialmente autônomos com relação ao ciclo industrial, que procuravam “compensá-lo”. (MANDEL, 1990, p. 12).

Desse modo, segundo o autor: “os bancos funcionam como centros de “socialização objetiva” de capitais, coletando os excedentes de capitais de empresas e famílias para encaminhá-los para organizações [...] que tem necessidade deles para ampliar seus investimentos e compras” (MANDEL, 1990, p. 277). Por certo, Mandel não se referia necessariamente à pujança das finanças privadas e do mercado de eurodólares, mas nos parece ser um componente elucidativo diante da dinâmica financeira desenvolvida neste período. Nessa esteira, a ampliação das finanças internacionais revigorava gradualmente o poder dos agentes financeiros que poderiam lograr, cada vez mais vantagens para impor seus interesses frente a dinâmica do mercado mundial. Embora, a ampliação do mercado financeiro concorresse para o prolongamento do ciclo de acumulação, conforme esse mercado crescia e diversificava seus instrumentos projetado pelos eurodólares, tornava-se mais difícil para os governos controlarem os fluxos de capitais, bem como monitorarem a movimentação financeira e evitar ataques especulativos contra suas moedas, como se viu nos casos da libra britânica, do franco francês e, posteriormente, do dólar. (MOFFITT, 1984, p. 76).

Os consecutivos movimentos de especulação exasperavam a vulnerabilidade da política monetária vigente. A manutenção de taxas de câmbios fixas, porém ajustáveis, e do padrão dólar-ouro – dentro de um cenário de progressiva mobilidade de capital, tanto pelos eurodólares, como pela retomada da conversibilidade das contas correntes europeias – convertia o mercado de câmbio internacional em um negócio bastante lucrativo aos agentes financeiros privados, uma vez que estes recorriam a especulações frequentes diante de sinais de instabilidade e iminentes desvalorizações das moedas nacionais. Por outro lado, em seu empenho em manter a paridade de suas moedas e evitar enormes perdas de capitais, os governos e bancos centrais valiam-se de intervenções crescentes no mercado cambial e de apoio internacional, o que também exigia custos onerosos. ((MOFFITT, 1984, p. 76, e EICHENGREEN, 2000, p. 183-184). Segundo Moffitt, a estimativa dos lucros líquidos com especulação foi de US\$ 12 bilhões, entre 1967 e 1976. (MOFFITT, 1984, p. 78).

Esse cenário era mais complexo para os EUA, visto que os déficits da balança de pagamentos que geravam volumes excessivos de dólares no comércio internacional foram uma fonte propulsora do mercado de eurodólares, retroalimentando este quadro deficitário. (BELLUZZO, 2009, p. 54). Além de ampliar as dificuldades quanto à manutenção da conversibilidade de dólar em ouro, as corporações e bancos estadunidenses operantes no mercado externo (em grande parcela nas praças financeiras de eurodólares) passaram a

reduzir o repatriamento de seus rendimentos em função das limitações impostas pelas medidas de controle de capitais. Ou seja, estreitavam o financiamento das contas externas do país e contribuíam para perpetuação destes déficits. Estas contradições não ameaçavam, portanto, apenas o Acordo de *Bretton Woods*, mas o próprio poderio econômico norte-americano, que se tornava questionável. Nessa esteira, aumentavam as desconfianças e as pressões sobre o dólar, bem como os tensionamentos no interior do bloco capitalista.

Notadamente, o principal crítico à posição econômica e militar estadunidense foi o presidente francês Charles de Gaulle, o qual considerava o padrão dólar um “privilegio exorbitante” concedido aos EUA⁵⁴. Ao longo da década de 1960, o governo francês propôs, no âmbito do FMI, o retorno do padrão ouro e, sem adesão, passou então a liderar um ataque as reservas de ouro norte-americana. (EICHENGREEN, 2000, p. 163). Na esfera militar, o General de Gaulle decidiu expulsar as tropas norte-americanas do território francês, passou a desenvolver sua própria política nuclear e abandonou a OTAN em 1966. Ainda nesse sentido, a França iniciou uma reaproximação unilateral com a China. Posteriormente, também a Alemanha buscou restabelecer relações políticas com os países soviéticos. Nessa mesma época, a Europa retirou o apoio à escalada militar dos EUA no Vietnã. (FIORI, 1998, p. 111).

A Guerra do Vietnã contribuiu em diferentes flancos para a fragilizar a situação dos EUA. No âmbito econômico, os gastos militares concorreram decisivamente para o descontrole dos déficits orçamentários dos EUA⁵⁵. No âmbito político, enfrentavam crescentes oposições internas e externas ao seu empenho no conflito, no qual “a cruzada anticomunista do governo norte-americano começou a perder legitimidade no país e no exterior.” (ARRIGHI, 2013, p. 310). Propagavam-se protestos contra as atrocidades cometidas pelo exército norte-americano e que exigiam a saída dos EUA do Vietnã, dentro de um período de ascensão de movimentos contestatórios projetadas a nível mundial, um

⁵⁴ A arquitetura monetária forjada, implicava numa relação assimétrica entre as nações do centro e os EUA cuja, a prerrogativa de credor internacional e de emissor da moeda corrente mundial ensejava o país nivelar os déficits da sua balança de pagamentos de acordo com o volume de dólares demandado pelos governos e bancos centrais estrangeiros. (EICHENGREEN, 2000, p. 158). Ademais, a inversão de dólares excedentes para Tesouro norte-americano viabilizava o financiamento de parcela de seus déficits orçamentários. (MOFFITT, 1984, p. 31). Em sentido mais amplo, Belluzzo se vale das elaborações teóricas sobre a posição dos EUA no pós-guerra enquanto benefícios de *seigniorage*. A partir de Padoan (1986), o autor aponta que estes benefícios se desdobraria em três objetivos : “a) Objetivos estratégicos: os americanos suportaram a maior parte dos custos da aliança militar formalizada na Organização do Tratado do Atlântico Norte e puderam fazê-lo, em grande medida, graças à condição de emissores da reserva internacional.

b) objetivos econômicos: a *seigniorage* permitia permitiu a expansão da indústria americana e de seu estilo tecnológico (o fordismo), sobretudo através do investimento direto.

c) objetivos financeiros: a posição de “banqueiro internacional” dos Estados Unidos concedeu enorme espaço para o crescimento dos bancos americanos.” (BELLUZZO, 2009, p. 52-53).

⁵⁵ Os déficits da balança de pagamentos dos EUA, entre 1960 e 1964, registraram a média anual US\$ 742 milhões, entre 1965 e 1969, esta taxa se elevou a US\$ 3 bilhões. (MOFFITT, 1984, p. 29).

conjunto de lutas desencadeadas na metade dos 1960 e que chegaram ao ápice em 1968. Não por menos, esse período é conhecido historicamente como “tempo de rebeldia”. As manifestações foram canalizadas por diferentes insatisfações e formas de luta, notavelmente: o movimento por direitos civis junto à atuação dos *Black Panthers*; o movimento feminista em torno da bandeira da revolução sexual; as greves estudantis aliadas à “contracultura”; e as greves sindicais, as chamadas “greves selvagens”, em torno de reivindicações por melhorias salariais e melhores condições de trabalho. (RIDENTE, 2002, p. 138-148). Embora estas lutas tenham se irradiado ao redor do mundo, tiveram grande impacto, especialmente, na França e nos EUA, e no geral confluíram aos protestos contra a escalada norte-americana no Vietnã, onde enfrentariam, posteriormente, a sua primeira grande derrota militar.

Em suma, a liderança dos EUA, ao longo da década dos 1960, foi continuamente contestada em diferentes dimensões. No interior do bloco capitalista o foco das tensões convergia às instabilidades do sistema monetário internacional e à centralidade do dólar no mercado mundial. O Acordo de *Bretton Woods* caminhava ao colapso e pôde ser sustentado até início da década de 1970, dada a cooperação internacional entre as nações capitalistas, conforme aponta Eichengreen (2000). Reuniões no âmbito do Banco de Compensações Internacionais (BIS), tornaram-se recorrentes para articular medidas de estabilização do valor dólar e de outras moedas, como a libra. A criação do *Gold Pool*, em 1961, também evidencia este fato, no qual a Grã-Bretanha, a Suíça e os membros da Comunidade Econômica Europeia (CEE) estabeleceram o compromisso de não converter seus dólares e a vender ouro de seus estoques para atenuar as pressões sobre o dólar que se desvalorizava acentuadamente diante dos déficits de sua balança de pagamentos. (EINCHEGRENN, 2000, p. 168-169). A disposição à tal cooperação se devia à falta de consenso às alternativas ao sistema monetário em vigor, principalmente quando, tendo em vista a centralidade do dólar, temia-se que uma reação enérgica e unilateral dos EUA pudesse desestabilizar o comércio internacional. (*Ibidem*, p. 176). Por outro lado, Conceição Tavares aponta que os países europeus se sujeitaram a absorver os déficits das balanças de pagamentos norte-americanas diante da maciça presença de bancos estadunidenses nesta região, sendo que a instabilidade do dólar poderia comprometer largamente suas economias. (TAVARES, 1998, p. 31).

Entretanto, estas alianças eram paradoxalmente limitadas. O governo norte-americano valia-se dos mecanismos de “proteção” ao dólar, nos quais não era obrigado a desvalorizar sua moeda, a fim de sustentar sua política expansiva e não conter os déficits da sua balança de pagamentos. Em contrapartida, o aumento da base monetária por parte das nações capitalistas que absorviam os dólares implicava em transferência das pressões inflacionárias dos EUA

para estes países, além de obviamente desvalorizar as suas reservas. A admissão destes custos tinha um limite. No caso da Alemanha, dificilmente cederiam a uma margem acima de 3% (EICHEENGREEN, 2000, p. 178). A despeito da aliança capitalista, o fato é que os EUA assumiam uma defesa categórica de sua autonomia político-econômico e de bastião da ordem capitalista, não por acaso patrocinaram a escalada militar no Vietnã. Afora o aumento exorbitante de seus déficits, os gastos com o conflito provocaram a elevação da taxa inflação de 1,9%, em 1965, para 4,7% em 1968 (MOFFITT, 1984, p. 30). Inequivocamente, comprometer-se com defesa do dólar era uma decisão cada vez mais onerosa⁵⁶ e, diante de incertezas e debilidades da economia estadunidense, manter tal cooperação era uma contradição candente para as nações capitalistas.

A partir de 1968, a conjuntura se agravou acentuadamente. O acordo de *Gold Pool* se esgotou perante elevação do ouro, nos mercados privados, acima de US\$ 40 a onça. Tornava-se altamente rentável aos bancos centrais recorrerem as reservas norte-americanas e comprar ouro a US\$ 35 a onça, e eram evidentes os custos aos quais as nações do centro se submetiam para sustentar o valor dólar. O fim do *Gold Pool*, representou, em última instância, a desvinculação da conversibilidade do dólar ao ouro, posteriormente oficializada pelo governo norte-americano (HOBSBAWN, 1995, p. 239). Diante deste quadro, o mercado de eurodólares foi, novamente, um agente determinante para impulsionar as instabilidades econômicas e, com efeito, o declínio do sistema monetário internacional. Apesar do mercado de eurodólares se beneficiar da ampla mobilidade de capitais, ainda era limitado pelo padrão dólar-ouro e pelos níveis de endividamento norte-americano. A partir desse momento este cenário se modificou. O término do *Gold Pool*, associado à decisão de Londres em interromper a conversibilidade da libra em dólar⁵⁷, resultou na autonomização deste mercado, visto a desvinculação das reservas norte-americanas, passando a desenvolver o seu circuito de crédito totalmente apartado das autoridades monetárias (TAVARES, 1998, p. 31-32). Para além de comprometer substancialmente as políticas monetárias de controle cambial e de fluxos de capitais, verificou-se uma acelerada ampliação dos eurodólares que, em grande medida, foi canalizada a ataques especulativos diante do dólar sobrevalorizado. Brunhoff, aponta: “O caráter cada vez mais especulativo da demanda de dólares neste mercado de

⁵⁶ Em 1967, os membros do *Gold Pool* foram impelidos a vender US\$ 800 milhões de ouro em um mês, em decorrência da desvalorização da libra que, com efeito, pressionava o dólar. (EICHEENGREEN, 2000, p. 169).

⁵⁷ É importante salientar que a política monetária dos EUA também deu azo a esse processo. Como já apontado, em 1968 o governo norte-americano tornou obrigatórias as medidas de controle de capitais. Além de restringir os saldos externos dos agentes econômicos norte-americanos, também sobretaxou os empréstimos externos concedidos por estas corporações, e reversamente às pretensões de se conter as saídas de capitais privados, tais medidas estimularam largamente a transferência de recursos para o mercado de eurodólares.

transições internacionais privadas precipitou o divórcio entre o papel do dólar como moeda de reserva e como instrumento de circulação [...].” (BRUNHOFF, 1978, p. 31).

O tensionamento sobre a economia norte-americana era inescapável. As contradições acumuladas ao longo de uma década – deterioração da balança de pagamentos; perda de competitividade; eclosão de lutas e movimentos sociais; crise militar; acirramento da disputa intercapitalista – não eram mais passíveis de se contornar. A evidente sobrevalorização do dólar e a insistência em sustentar uma política monetária expansiva desencadeou uma inflação mundial de custos e reforçou a ciranda especulativa, provocando enormes fugas de capitais (ARRIGHI, 2013, p. 316). Em 1971, os EUA se depararam com uma fuga de capitais privados da ordem de US\$ 24 bilhões, convertidos, sobremaneira, ao marco alemão. A Alemanha, por sua vez, receando a inflação, decidiu suspender suas políticas de controle e permitiu a flutuação de sua moeda para níveis mais elevados e com efeito, outras divisas europeias também permitiram a flutuação cambial. Concomitantemente a isso, os EUA registraram o primeiro déficit na sua balança comercial, da ordem de US\$ 3 bilhões, exacerbando a patente perda de competitividade da economia norte-americana (MOFFITT, 1984, p. 83-84). A presumida cooperação político-econômica encetada pela ordem capitalista no pós-guerra esfacelava-se rapidamente, e revertia-se em sucessivos conflitos no âmbito do mercado mundial.

Nesse bojo, as supostas ameaças da Inglaterra e da França resgatarem suas reservas de dólar em ouro, foram mais um espectro diante do agravante cenário da economia estadunidense e da crise do dólar. A reação norte-americana veio em agosto de 1971, quando o governo anunciou, unilateralmente, um pacote de medidas conhecido como Nova Política Econômica (NPE), na qual decretou o fim da conversibilidade de dólar em ouro. Ademais, fixou uma sobretaxa de 10% sobre as importações ensejando reduzir as pressões sobre a balança de pagamentos estadunidense e manter a cotação oficial do dólar. No âmbito doméstico, a política se dirigiu a controles sobre preços e salários. (MOFFITT, 1984, p. 38-39). Embora as medidas norte-americanas simbolizassem o fim do padrão monetário arquitetado no pós-guerra, o Acordo de *Bretton Woods* foi definitivamente enterrado apenas em 1973, com a adoção de taxas cambiais flexíveis.

O interregno de 1971 a 1973 foi marcado por uma série de negociações e embates entre o bloco capitalista em torno de mudanças da política monetária. Enquanto os EUA se empenhavam em conservar a posição do dólar no mercado mundial, inclinavam-se cada vez mais em favor da maior mobilidade de capitais. As nações europeias e japonesa, por sua vez, sustentavam a necessária reestruturação do sistema monetário por meio da substituição do

dólar enquanto reserva mundial mesmo que a longo prazo, pelo realinhamento da taxa de câmbio norte-americana e por maior controle dos fluxos financeiros diante das constantes práticas especulativas⁵⁸. Os conflitos eram candentes, e as tentativas de negociação, assim como os acordos estabelecidos, foram poucos efetivos. A desvalorização do dólar coordenada pelo Acordo *Smithsoniano* não conteve o ciclo de especulação cambial. Em 1973, os EUA enfrentaram uma nova onda de desvalorização do dólar e de fuga de capitais⁵⁹ e, a partir deste momento, o governo norte-americano decidiu aderir a flutuação cambial, abandonando, deste modo, o Acordo *Smithsoniano* e a iniciativa de realinhamento monetário com as demais economias. Nessa esteira, os países capitalistas do centro passaram a adotar também taxas de câmbio flutuante, posteriormente oficializadas pelo FMI em 1976. Embora houvesse resistências, valer-se de medidas de controle de capitais, em um contexto de acelerada liberalização, poderia reduzir as possibilidades de investimentos financeiros e, por efeito, acarretando em perda de competitividade no âmbito do mercado mundial. (EICHENGREEN, 2000, p. 185). Decretava-se, deste modo, o fim do Acordo de *Bretton de Woods*. Entretanto, os problemas estavam longe de se dissipar, e se prolongaram ao menos até o fim dos anos 1970. O curso deste processo foi acompanhado pela eclosão da crise econômica e pelo aprofundamento da desregulamentação e expansão das finanças privadas.

4.2 Do fim de *Bretton Woods* ao avanço da acumulação financeira

⁵⁸ Podemos destacar, nesse bojo três importantes episódios: 1) O Acordo *Smithsoniano* celebrado pelo Grupo dos Dez (G-10) – composto por um grupo de economias industrializadas e considerado uma sucessão das comissões formadas em *Bretton Woods* –, onde se administrou uma desvalorização do dólar para realinhar o valor das principais moedas. O dólar foi desvalorizado em 8% e, simultaneamente, outras moedas foram valorizadas, como o marco, o iene e o franco. Além disso, elevou-se o preço oficial do ouro de US\$ 35 para US\$ 38 a onça e foi permitido níveis mais elevados de flutuação cambial para possibilitar maior flexibilização dos valores monetárias, sem romper totalmente com as taxas de câmbio fixas. (MOFFITT, 1984, p. 73). 2) Retomaram-se as discussões acerca dos Direitos Especiais de Saque (DES). Durante a década de 1960, os questionamentos acerca dos limites do padrão dólar-ouro e dos déficits da balança de pagamentos estadunidense resultaram na criação dos DES pelo G-10, a despeito de alguns países defenderem os DES enquanto uma moeda internacional que substituiria ao dólar, como se viu no caso da França. O FMI foi autorizado a criar um fundo, no qual os DES funcionariam como uma moeda internacional de reserva para suplementar as reservas em dólar e em ouro. O valor originalmente, estabelecida em ouro (US\$ 35 a onça), foi substituído, em 1971, por uma “cesta básica” de moeda e com efeito, a paridade de um conjunto de divisas foi fixada em diferentes níveis. ((BAUMANN, et. al., 1998, p. 290). 3) Em 1972, formou-se a dos Comissão dos Vinte (C-20), no âmbito do FMI, com o intuito de superar as instabilidades monetárias. A Europa e Japão defendiam o restabelecimento dos valores de paridades cambiais ajustáveis e o controle dos fluxos de capitais para coibir ataques especulativas. Enquanto os EUA, inclinados à liberalização de capitais, opunham-se frontalmente a tais propostas. (EICHENGREEN, 2000, p. 187).

⁵⁹ Segundo Moffitt, em 1973, o dólar foi desvalorizado em mais 10% e a saída de capitais privados dos EUA, foi da ordem de US\$ 10 bilhões de dólares. (MOFFITT, 1984, p. 75 e p. 85)

Amplitude estrutural da crise econômica não foi admitida de imediato, visto que a maioria dos governos reconhecia esse processo enquanto desajustes econômicos passíveis de serem superados em poucos anos. Assim, embora a legitimidade de um Estado intervencionista fosse questionada, os governos do centro continuaram a recorrer a políticas expansionistas direcionadas à recuperação da produtividade e das taxas de lucros. Ao passo que os teóricos neoliberais ganhavam espaço no âmbito ideológico, intensificavam-se as disputas e críticas sobre os modelos de desenvolvimento keynesiano, imputando-lhes a responsabilidade pela crise enfrentada neste período. Estas divergências se estenderam por toda a década de 1970 e a permanência dos desajustes econômicos fez com que os governos das nações desenvolvidas reavaliassem a concepção de um Estado indutor. A partir de 1979, os EUA e o Reino Unido inauguraram uma nova estratégia político-econômica adotando a matriz neoliberal de desenvolvimento.

Embora as resoluções para crise e a reestruturação do sistema capitalista tenham ganhado contornos mais nítidos a partir de 1980, ressaltamos que esse processo já fora forjado no período anterior, sobretudo no que tange à esfera financeira. O rompimento com o Sistema Monetário Internacional acordado em *Bretton Woods* impulsionou substantivamente a expansão de operações financeiras e proporcionou maior importância destes agentes para acumulação de capital. Certamente, não é possível atestar uma predominância da lógica financeira sob o conjunto da economia tal qual conhecemos hoje. Contudo, as transformações decorridas neste momento engendraram uma importante base para se consubstanciar, posteriormente, um padrão de acumulação com dominância financeira fomentada pela desregulamentação e liberalização econômica.

Diferentemente dos “anos dourados”, a trajetória dos anos 1970 configurou-se pelo contínuo desmonte da lógica de “repressão financeira”, com a extinção dos controles quantitativos⁶⁰ e dos controles dos fluxos de capitais. Isso permitiu a expansão de uma onda de inovações financeiras. A dinâmica da economia acomodava-se cada vez mais em função do aumento da mobilidade de capitais e da acumulação financeira. Diante da crise, tal dinâmica expressava a reafirmação das tendências fundamentais do capitalismo na medida em que encurtava o tempo de circulação e acelerava o ciclo de acumulação de capital. O que mudou foi a forma através da qual essa tendência se manifestava, agora sob um registro fortemente pautado pelas dinâmicas do capital financeiro.

⁶⁰ “Entende-se por controles quantitativos tetos sobre taxas de juros sobre os depósitos, controles sobre os fluxos de capitais internacionais, depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo, limites diretos sobre a expansão creditícia e regras sobre a transparência na gestão dos negócios nos mercados de capitais.” (CINTRA & CAGNIN, 2007, p. 298)

É impossível apreender como esse processo se desenhou no nível da economia mundial sem compreender o papel da atuação da sua principal potência, os EUA. Os desdobramentos do fim do Acordo de *Bretton Woods* e a evolução das finanças internacionais conectam-se às mudanças da político-econômica estadunidense, sendo necessário nos voltar de maneira mais detida às suas características, bem como aos nexos contraditórios gerados nesse processo.

A conduta do governo norte-americano mais agressiva e unilateral alinhada à liberalização de capitais não era fortuita. Os EUA, em um cenário de fragilidade econômica e questionamento de sua hegemonia, buscaram explorar a mobilidade de capitais para concatenar sua estratégia de recuperação doméstica, ao passo que, com o fim do padrão dólar-ouro, ensejava consolidar o dólar fiduciário e sua proeminência a nível internacional.

A resolução delineada para crise manteve-se, neste momento, atrelada à mesma lógica expansionista impulsionando a atividade econômica por meio de recorrentes déficits orçamentários. Nesse bojo, ao romper com o lastreamento da sua moeda e com a âncora cambial, os EUA prescindiam das exigências de reduzir seus déficits externos e puderam estimular seu crescimento doméstico recorrendo à “economia do endividamento” para financiar sua dívida pública⁶¹. Por outro lado, com o regime de taxas de câmbio flexível a prática de emissão monetária desvalorizava o dólar (frente ao iene e marco), favorecendo a competitividade do setor manufatureiro norte-americano no comércio internacional, bem como depreciava as reservas internacionais dos demais países. Ou seja, na esfera da concorrência intercapitalista, o plano do governo norte-americano correspondia ao deslocamento dos custos da desaceleração econômica às outras nações do centro⁶² (BRENNER, 2003, p. 69).

A liberalização dos fluxos de capitais era considerada um artifício eficiente para o programa econômico norte-americano. Em tese, o redirecionamento do capital especulativo dos EUA para outras nações do centro intensificaria o circuito de valorização de suas moedas e, por consequência, restringiria a capacidade competitiva do setor exportador destas

⁶¹ Nos EUA, a soma da dívida pública, das empresas e famílias representava um montante de US\$ 1,9 trilhão, em 1970. Em 1978 essa cifra atingiu US\$ 4 trilhões. (CHESNAIS, 1996, p. 251).

⁶² O programa econômico norte-americano introduziu também medidas de proteção comercial: “Em 1973, os Estados Unidos entraram no “Acordo Multifibras”, o qual, em um desafio aberto aos princípios de não-discriminação do GATT, impôs severas restrições aos têxteis e vestuários importados dos países em desenvolvimento. A esse acordo seguiu-se a Lei Comercial de 1974, autorizando o Departamento do Comércio dos Estados Unidos, com base na Seção 301, a exercer ação punitiva contra os países considerados negociantes “injustos” pelos Estados Unidos. Na prática, a Seção 301 foi utilizada para forçar os parceiros comerciais dos Estados Unidos a aceitarem “restrições voluntárias às exportações”, sob a ameaça de uma total expulsão do mercado americano.” (BRENNER, 2003, p. 71-72)

economias. Desse modo, as exportações dos EUA seriam reforçadas pela perda de competitividade de seus concorrentes, bem como os governos estrangeiros seriam pressionados a adotar políticas expansionistas elevando a demanda por importações. (BRENNER, 2003, 70). As nações europeias e japonesa ensejaram evitar que tal política econômica avançasse diante das grandes vantagens concedidas aos EUA. Foi nesse escopo que se realizou as negociações no âmbito do C-20 (FMI), entre 1972-1974, sob a tentativa de reforçar as medidas de controle de capital e reestabelecer o sistema de taxa de câmbio fixa. Mas a oposição direta dos EUA frustrou qualquer objetivo de seus aliados nesse sentido. Tendo em vista a dimensão do mercado norte-americano, os controles de capitais só poderiam vigorar, de fato, com a adesão do país a tais propostas. (BRENNER, 2003, p. 70).

Os esforços dos EUA para impulsionar a movimentação de capitais correspondiam, igualmente, aos propósitos de fortalecer sua atuação no mercado financeiro. Em 1974, um marco decisivo explicitou esse arranjo econômico, no qual as autoridades monetárias suprimiram as regulamentações sobre a conta de capital norte-americana e sobre o imposto de correção das taxas de juros. Como vimos, estas legislações limitavam, em certa medida, as finanças internas do país na esfera internacional em decorrência do mercado de eurodólares. A eliminação da “repressão financeira” forneceu novos meios para os capitais norte-americanos expandirem-se em maior escala no mercado externo (CHESNAIS, 1996, p. 254).

O pano de fundo, nesse processo, situava-se na eclosão do “Choque do Petróleo”, em 1973⁶³. O efeito mais notável e direto da brusca elevação do preço do petróleo foi o impacto sobre a economia internacional e o agravamento da crise do capital⁶⁴. No que tange mais

⁶³ Desde de 1971, a diplomacia norte-americana centrou esforços junto aos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – em especial, a Arábia Saudita – para manter o preço internacional do petróleo em dólar, a despeito das variações cambiais. Dada a importância do petróleo no mercado mundial, conservar a cotação do produto em dólar significava que grande parte das exportações internacionais seriam denominadas em moeda estadunidense. Mas as contínuas desvalorizações do dólar depreciavam sobremaneira o petróleo, e os membros da OPEP, em meio a Guerra do Yon Kippur, deflagraram a elevação do preço do barril de US\$ 3 para US\$ 12, entre o final de 1973 e início do ano seguinte. (METRI, 2007, p. 171-173).

⁶⁴ A economia internacional, progressivamente deteriorada, foi duramente impactada pela vertiginosa alta do preço do petróleo, sobretudo no que se refere ao comércio internacional e ao agravamento dos déficits da balança de pagamentos dos países importadores de petróleo: “O efeito da elevação do preço do petróleo foi imediato: ela aumentou os preços de praticamente quase todos os outros produtos, ainda que de maneira desigual; provocou a diminuição de muitas mercadorias, o que era uma consequência bem-vinda, em virtude da superprodução. Os países cujas as rendas dependiam da exportação de matérias-primas tiveram suas rendas reduzidas, ao mesmo tempo que o preço das importações crescia, provocando graves dificuldades em seu balanço de pagamentos.” (WALLERSTEIN, 2003, p. 79). Existe uma certa inclinação a identificar a crise dos anos 1970 à elevação do custo do petróleo, o que não pode ser menosprezado, afinal, trata-se da principal matriz energética do mundo e um produto fundamental na cadeia produtiva internacional e, como pontuada acima, os efeitos foram devastadores. Porém, destacamos que a decisão dos membros da OPEP em aumentar o preço do petróleo não foi a *causa* da crise, mas um *catalisador* da crise do capital em curso. Como buscamos enfatizar, a própria dinâmica de acumulação capitalista desencadeou um declínio das taxas de lucro e aceleração da inflação que demarcava a

diretamente a nossa discussão, a outra face desse fenômeno foi o surgimento de enormes superávits das nações exportadoras de petróleo e os impasses de como estes recursos seriam canalizados⁶⁵. O governo estadunidense, frente aos desafios da “reciclagem dos petrodólares”, além de romper com a “repressão financeira”, abdicou da proposta de seus aliados, junto ao FMI, de administrar estes capitais de forma multilateral. A reação dos EUA expressava sua política unilateral, em detrimento a seus concorrentes, na medida em que parte significativa dos capitais (em posse dos membros da OPEP) afluíram para o mercado financeiro privado norte-americano (BRENNER, 2003, p. 71). Conforme observa Chesnais:

Basta lembrar aqui o papel mundial do dólar; a capacidade dos Estados Unidos de aplicarem a política monetária que quiserem, sem se preocuparem muito com as repercussões que pode ter em praticamente todos os outros países, ricos ou dominados e pobres; a possibilidade de “compensar” as mais baixas taxas de poupança interna dos países da OCDE, drenando para si todos os capitais requeridos para financiar seu déficit orçamentário e servir de paliativo ao subinvestimento. A ascensão da esfera financeira recolocou quase todos os trunfos da rivalidade imperialista mundial nas mãos dos Estados Unidos. Os mercados financeiros são inigualáveis em suas dimensões, mas também em sua diversidade. (CHESNAIS, 1996, p. 119)

Importante observar que, na esteira da “reciclagem dos petrodólares”, os EUA pretendiam não somente apropriar-se destes recursos como também consolidar sua estratégia macroeconômica de restaurar a confiança e primazia do dólar fiduciário no mercado mundial⁶⁶. A concatenação destas medidas reforçou o poderio do sistema financeiro privado estadunidense, ao passo que acelerou, inevitavelmente, a liberalização das finanças internacionais (MARIUTTI, 2011, p. 23). Veremos adiante que essa composição econômica não deixava de ser controversa.

Outra dimensão a ser destacada, sob esse prisma, foi política assumida pelo *Federal Reserve System* (FED). Entre 1974 e 1975, o sistema bancário privado internacional enfrentou uma grave crise. Recorrendo a práticas especulativas, os grandes bancos de Nova York viram-se atrelados a um enorme volume de “dívidas inseguras” e à ameaça de insolvência de seus

crise de superprodução, gestada ao longo dos anos 1960 e 1970: “Numerosos autores não apreenderam de modo algum essa imbricação entre a “crise do petróleo” e a inversão mais a longo prazo da conjuntura econômica, assinalada pela expansão da capacidade ociosa, isto é, pela superprodução produção constante, e pela taxa queda da taxa média de lucros.” (MANDEL, 1990, p. 27).

⁶⁵ Em 1974, estima-se que, a balança comercial dos membros da OPEP registrou um superávit de US\$ 97 bilhões, dentre os quais US\$ 40 bilhões foram destinados a aplicação no mercado externo. (MANDEL, 1990, p. 40)

⁶⁶ “Tal fato reforçava ainda mais a posição da moeda norte-americana no sistema. Se, em 1971, o ouro representava cerca de 50% dos ativos de reserva internacional, depois de 1971, as moedas nacionais passaram a representar cerca de 95% dos ativos de reserva.” (METRI, 2007, p. 173).

empréstimos imobiliários perante a retração da indústria de construção civil⁶⁷ (MANDEL, 1990, p. 67-68). O risco de falência generalizada do sistema bancário norte-americano⁶⁸ provocou uma mudança crucial da atuação do FED em favor dos investidores financeiros, ao colocar-se como prestador em última instância para evitar a bancarrota de grandes bancos e empresas⁶⁹ (AGLIETA; ORLEÁN, p. 391). Isto é, a principal instituição monetária dos EUA, passou a assumir parte significativa de prejuízos dos grandes agentes econômicos e, de certa forma, “preservá-los” durante períodos de instabilidades:

A partir desse momento, todos os agentes econômicos puderam levar em conta em seu comportamento a garantia implícita de que as autoridades monetárias não hesitariam mais em monetizar maciçamente os déficits, para evitar a falência de uma empresa, de uma comunidade ou de uma instituição financeira muito importante. Eles souberam, além disso, que elas não hesitariam tampouco em deixar as inovações financeiras se desenvolver, tais como as taxas de juros flutuantes e os contratos a prazo sobre títulos financeiros, destinados a fornecer uma proteção individual contra a variação das taxas de juros. (AGLIETA; ORLEÁN, 1990, p. 391).

A gestão da economia norte-americana tornava-se cada vez mais comprometida com as finanças. Embora esta estratégia correspondesse à tentativa de favorecer os EUA em distintos cenários, tal política acentuou os desequilíbrios econômicos em diferentes âmbitos. Do ponto de vista produtivo, os estímulos conjugados por déficits públicos e crédito fácil⁷⁰, apesar de terem sustentado as economias capitalistas do centro durante a recessão entre 1974-1975, revelaram-se pouco efetivas e contraproducente. Em um cenário demarcado pelo excesso de capacidade produtiva e baixa rentabilidade, o aumento da oferta monetária não resultou na ampliação da produção e na recomposição das taxas lucro, mas na elevação de

⁶⁷ O setor de construção civil foi um dos mais afetados durante a recessão entre 1974-1975. Nos EUA, o ritmo de contratação anual de construções caiu de US\$ 2,5 milhões, em 1973, para US\$ 990.000, em 1975. (MANDEL, 1990, p. 52).

⁶⁸ “Em outubro de 1974, o “Franklin Nacional Bank of New York”, um banco de muitos bilhões de dólares, vai à falência, à época o maior banco americano a sofrer este revés. Em 1975, o bilionário “Security Nacional Bank of New York” submete-se a fusão para evitar uma falência aberta. Durante 1974-1975 o número de bancos e ativos atingido superou o de qualquer outro período desde a Segunda Guerra. O setor imobiliário (“Real Estate Investment Trust – REIT – industry) , com cerca de 20 bilhões de dólares em ativos, registrou várias quebras e encerramento de empresas.” (BRAGA, 1998, p. 210)

⁶⁹ Estamos diante dos primórdios da política do “*too big to fail*”, implementada efetivamente durante os anos 1980: “Em 1984, o presidente do Federal Reserve, P. Volcker, declarou, a propósito da suspensão de pagamento pelo banco Continental Illinois, que este era importante demais [...] para se deixar que fosse à falência. Nascia a política do *too big to fail*. Ela se confirmou quando da suspensão de pagamentos pelo Hanover Manufacturer, depois por ocasião do mini-estouro semi-fraudulento das caixas de poupança americanas. Ditou a conduta das autoridades financeiras quando do verdadeiro estouro da Bolsa de Wall Street, em outubro de 1987 [...]” (CHESNAIS, 1996, p. 261).

⁷⁰ “[...] pode-se avaliar que, entre meados de 1975 e meados de 1976, mais de US\$ 175 bilhões de poder de compra suplementar foram injetados no circuito econômico através de déficits orçamentários dos principais países imperialistas.” (MANDEL, 1990, p. 59)

preço⁷¹. (BRENNER, 2002, p. 76-77). A taxa de inflação mantida em patamares relativamente mais baixos durante os anos 1960 seguiu em ascensão nos anos posteriores. Entre 1970-1979, a média anual do índice, para o conjunto do G-7, foi de 10,7% (PLIHON, 1998, Quadro 1, p. 100). Enquanto, a média anual do PIB dos membros do G-7 recuou de 5,1% (1960-1969) para 3,6% (1969-1979) (BRENNER, 2003, p. 93). Reforçava-se, deste modo, o quadro geral de estagflação através da qual se manifestava a crise do capital: impulsionava-se uma estrutura produtiva já saturada ao mesmo tempo em que a grande oferta de crédito amparada pela expansão monetária alimentava a dinâmica inflacionária ao desvalorizar as divisas.

Por outro lado, com o regime de taxa cambial flutuante, a acumulação financeira se expandiu, em grande medida, por meio da lógica especulativa. O fim do Acordo de *Bretton Woods* tornou os preços relativos das moedas mais instáveis e os agentes econômicos não hesitaram em explorar o mercado de câmbio para aferir ganhos especulativos, em larga escala através de contratos de câmbio a prazo ou do mercado interbancário mundial⁷² (GUTTMANN, 1998, p. 83). Além do caráter especulativo das transações financeiras agravar a instabilidade econômica, aumentava-se os riscos das operações comerciais e industriais, uma vez que afetava diretamente as receitas das corporações cotadas por taxas cambiais que flutuavam diariamente, compelindo estas empresas a recorrerem também ao mercado monetário:

O vaivém do dinheiro em moedas diferentes nas contas das empresas forçou-as a entrar no mercado futuro de divisas, para se protegerem de déficits contábeis decorrentes de alterações das taxas de câmbio das moedas em que era cotadas suas receitas futuras e seus pagamentos antecipados. Além disso, as oscilações das taxas de câmbio tornaram-se um fator fundamental na determinação das variações das posições de fluxos de recursos, vendas, lucros e ativos das empresas nos diferentes países e moedas. (ARRIGHI, 2013, p. 321).

Nestas circunstâncias, os objetivos apregoados pela política monetária norte-americana provaram-se pouco exequíveis. Por um lado, a instituição do regime de taxas de câmbio flutuante não arrefeceu, mas deteriorou, sobremaneira, a capacidade de controle dos

⁷¹ A taxa de lucro líquido do setor manufaturado dos EUA, da Alemanha e do Japão manteve-se tendencialmente declinante entre 1973 e 1981; e o crescimento de produtividade do setor manufaturado dos EUA recuou de 3,3% (1964-1973) para a taxa de 0,4% (1973-1979); nas economias do G-7 (exceto os EUA), este índice diminuiu de 6,2% (1970) para 3,3% (1973-1979). (BRENNER, 2003, p. 60 e p. 65)

⁷² Segundo Guttman, o mercado interbancário atuava, nesse escopo, por meio do *Clearinghouse Interbank Payments System (Chips)*, estabelecido para o euromercado e outras transações internacionais. O grande avanço da informática e das tecnologias de comunicação, permitiu a proliferação de serviços de pagamentos pouco regulamentados e o *Chips* era o maior agente econômico operando neste mercado: “[...] vários consórcios de bancos inauguraram câmaras de compensação automatizadas e de transferências eletrônicas de fundos, a fim de oferecer a seus clientes crescente variedade de serviços de administração de liquidez.” (GUTTMANN, 1998, p. 70).

governos sobre produção e regulação monetária internacional, mitigando, inclusive, o poder das autoridades estadunidenses⁷³. Por outro, a liberalização dos fluxos de capitais externos, apesar de ter propiciado aos EUA reverter recursos para financiar seus déficits e investimentos, fortaleceu, sobretudo, a lógica de expansão dos mercados *offshore* já bastante desenvolvidos nos anos anteriores (ARRIGHI, 2013, p. 223-224). Deste modo, o rompimento com o Acordo de *Bretton Woods* e com a “repressão financeira” impôs novas restrições ao governo dos EUA em face do grande impulso às finanças internacionais privadas.

Verificava-se que as finanças privadas ampliavam seu domínio em detrimento das autoridades monetárias e os EUA viram-se diante de um cenário complexo. Além dos fluxos de capitais ficarem, em grande medida, circunscritos à esfera financeira, estabeleceu-se uma forte concorrência entre o FED e os bancos privados. Essas instituições possuíam alta capacidade de reproduzir oferta de dinheiro e acabava por restringir os benefícios dos EUA enquanto emissor de dólar. Conforme elucidada, Arrighi:

Não surpreende que apenas uma fração da liquidez criada pelas autoridades monetárias norte-americanas se transformasse em novos meios de comércio e produção. A maior parte dela transformava-se em petrodólares e eurodólares. Estes se reproduziam inúmeras vezes, através dos mecanismos de criação de dinheiro no interbancário privado, e reapareciam na economia mundial como concorrentes dos dólares emitidos pelo governo norte-americano. (ARRIGHI, 2013, p. 325).

Nessa esteira, o mercado de eurodólares cresceu exponencialmente com a proliferação de praças financeiras (Hong Kong, Bahrein, Cingapura, Bahamas, Ilhas Cayman) e de bancos operando neste mercado, bem como passou a explorar, sobremaneira, outros mecanismos de transação financeira, como o segmento a prazo, os eurobônus. Em 1973, a dimensão líquida do Euro-mercado registrou a cifra de US\$ 160 bilhões, e em 1979 esse volume alcançou o montante de US\$ 590 bilhões (CHESNAIS, 1996, p. 253-255). O desempenho extraordinário do mercado de eurodólares verificado ao longo da década de 1970 associou-se,

⁷³ A interpretação monetarista sobre o regime de taxa cambial, sustentava, de modo geral, que a implementação de taxas flutuantes resultaria em uma maior estabilidade econômica e melhor controle das nações sobre suas moedas, conforme aponta Brunhoff: “O monetarista M. Friedman, embora discutido ou parcialmente abandonado, é o que inspira a maioria das análises sobre as moedas nacionais e as relações entre elas. Já em 1953 M. Friedman preconizava a adoção de um regime de taxas flutuantes que, segundo, ele, poderia assegurar o equilíbrio econômico geral, bem melhor do qualquer sistema de câmbio fixo implementado pelo Estado. O fracionamento dos espaços monetários permitiria que cada país cuidasse da sua moeda (da sua inflação) e o confronto entre as moedas seria regulado pelo jogo de grandezas “reais”. Isto pressupõe que no mercado de câmbio flutuante os preços relativos das moedas são estabelecidos equilibrando oferta e demanda dos agentes econômicos [...]” (BRUNHOFF, 1998, p. 37). A autora continua: “O cálculo da taxa de câmbio “real” identifica-se com o cálculo da competitividade relativa de diferentes países, o que pressupõe um mundo de concorrência perfeita para o intercâmbio “real” de mercadorias.” (BRUNHOFF, 1998, p. 39).

primordialmente, à “reciclagem dos petrodólares”. Como vimos, os EUA recorreram a medidas unilaterais para angariar grande parte destes recursos e logrou vantagens, de fato, frente a outras nações do centro. Contudo, a maior parcela destes capitais afluíu para o mercado de eurodólares, ampliando as bases da oferta de crédito internacional. Ou seja, as praças *offshore* continuavam a ser o melhor espaço de investimento e de taxa de retorno. Estima-se que entre 1974-1980 os membros da OPEP tenham depositado cerca de US\$ 117 bilhões no Euro-mercado, quase um terço do excedente previsto da OPEP⁷⁴ (MOFFITT, 1984, p. 59).

Em busca de valorização, o elevado volume de capitais deslocou-se, em grande medida, para periferia, onde encontrou demanda necessária para expandir sua liquidez. A “reciclagem” configurou-se pela abertura de linhas de créditos e empréstimos dos bancos internacionais concedidos a governos de nações da periferia, sobretudo latino-americanas: “No caso dos euromercados, créditos foram criados como que por encanto, dentro de uma rede fechada de bancos ligados entre si pelo emaranhado de posições de devedores e credores, e oferecido aos países em desenvolvimento.” (CHESNAIS, 1996, p. 255). Como veremos adiante, a dinâmica de endividamento acelerado não tardou a explicitar seus limites e sua face perversa diante da eclosão crise da dívida externa da periferia, em meados da década de 1980, fenômeno que será melhor analisado no tópico seguinte, a partir da experiência brasileira.

A despeito dos impactos causados à periferia, o fato é que, durante a década de 1970, o escoamento de capitais para estas regiões sustentou, em grande medida, a dinâmica das economias do centro ao ampliar a demanda por suas exportações, ao passo que no âmbito do Euro-mercado os empréstimos assumiam um efeito multiplicador de liquidez composto por um complexo balanço de saída e entrada de capitais, no qual os bancos internacionais auferiam sua rentabilidade por valorizações estritamente financeiras. (CHESNAIS, 1996, p. 256). De acordo com Chesnais, “Os créditos concedidos aos países em desenvolvimento criaram o primeiro processo, no período contemporâneo, de transferência de riqueza em grande escala.” (CHESNAIS, 1998a, p. 15).

Ademais, uma série de inovações financeiras se desenvolveram para aprimorar a centralização de capitais e a multiplicação da oferta de crédito privados. No início dos anos 1970 foram criados os fundos mútuos, caracterizados por sua magnitude, reunindo um conjunto de investidores de diferentes portes que centralizam em suas carteiras elevado volume de capitais. Nessa mesma toada, os bancos comerciais, de investimento e de depósitos

⁷⁴ Nesse escopo, vale ressaltar que, entre 1974-1975, cerca de 40% dos excedentes da OPEP foram destinados ao Euro-mercado, enquanto 20% foram aplicados no mercado norte-americano. (LIMA, 1985, p. 157)

também diversificaram, progressivamente, suas operações e formas de captação de recursos⁷⁵. Estas inovações ensejavam abranger uma maior gama de clientes, oferecendo distintas taxas de retorno e de juros, bem como diferentes meios de empréstimos e créditos. Em geral, tratava-se de meios de desintermediações financeiras através do qual, por exemplo, contas poupanças eram deslocadas para fundos de investimentos mais rentáveis. Em 1977, o banco de investimento Merry Lynch (uma das principais corretoras dos EUA), criou *Cash Management Account* (CMA), unindo uma conta de títulos com cartão de crédito que estabelecia um fundo de investimento com a mesma liquidez das contas correntes ou poupanças (BRAGA, 1998, p. 203-204).

Em suma, a canalização de capitais para a esfera financeira movia-se, sobretudo, em direção aos mercados privados reproduzindo um desenfreado volume de liquidez que assumia, cada vez mais, uma tendência especulativa visto os diversos mecanismos de expansão de crédito, bem como a própria flutuação cambial e a dinâmica inflacionária, que estimulavam esse comportamento dos agentes econômicos⁷⁶. Nesse escopo, os capitais acumulados na esfera produtiva também se direcionavam, largamente, à esfera financeira. As corporações, balizadas pela crise de superprodução e pela queda de taxa de lucros, mas em posse de grande concentração de capital, não revertiam, necessariamente, seus investimentos à produção. Buscavam, deste modo, outras formas mais rentáveis para auferir seus lucros por meio da “valorização puramente financeira” (CHESNAIS, 1996, p. 252).

A trajetória da internacionalização financeira, arquitetada no curso de duas décadas, provocou mudanças significativas na ordem econômica. Segundo Chesnais, o patente avanço do movimento financeiro internacional culminou em uma nova dinâmica de acumulação, denominada “mundialização financeira”⁷⁷, na qual: “O estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira.”

⁷⁵ 1) Os bancos comerciais criaram as *Now-Negotiable Order Of Withdrawal-Accounts*, as *ATS (Automatic Transfer Service-Accounts)*, as *Accounts Accessible Through Remote Service Unit*; 2) As instituições de depósito lançaram os *Money Market Deposit Accounts* (MMDA) e o Citibank criou as *Super Now-Accounts*. Em fins da década de 1970, as instituições bancárias lançaram uma conta operando 24h por dia, a *Automated Teller Machine* (ATMs). (BRAGA, 1998, p. 203-204).

⁷⁶ “[...] o comportamento mais racional de um intermediário financeiro, que vê subir perigosamente o custo de seus recursos, é expandir seus empréstimos a taxas cada vez mais elevadas. Ele pode fazê-lo deliberadamente porque sabe que seus concorrentes o acompanharão, pois, os clientes se endividam para adquirir ativos reais cuja avaliação de rendimentos excede largamente a alta das taxas de juros que eles pagam. Decorre disso que a economia produtiva dá lugar a uma economia especulativa [...]” (AGLIETA; ORLÉAN, 1990, p. 392).

⁷⁷ “A expressão “mundialização financeira” designa as estreitas interligações os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos seguintes pelos demais países industrializados.” (CHESNAIS, 1998a, p. 12).

(CHESNAIS, 1996, p. 14). Nesse sentido, a expansão das transações financeiras não representou somente o aprofundamento da internacionalização produtiva demarcada no pós-guerra, uma vez que a esfera financeira amplificou sua “autonomização”⁷⁸ em relação à economia real, estabelecendo um circuito próprio de valorização. Isso permitiu a ascensão de um novo padrão acumulação, o “regime de acumulação com dominância financeira”: “[...] em uma relação estreita com a mundialização do capital, uma etapa particular do estágio imperialista com dominação interna e internacional do capital financeiro.” (CHESNAIS, 2003, p. 46). Esse fenômeno cristalizou-se, de fato, em fins da década de 1970 e meados dos anos 1980, desencadeado pela alteração da política-econômica dos EUA diante dos consecutivos desequilíbrios econômicos.

Como vimos, as operações financeiras gestadas ao longo dos anos 60 e 70 foram atravessadas por uma série de contradições que desestabilizavam a economia internacional em crise e fragilizavam a supremacia norte-americana. Um dos efeitos mais notáveis, foram as contínuas especulações contra o dólar. Conforme pontua Chesnais (2005), o mercado de câmbio foi “o primeiro a entrar na mundialização financeira contemporânea”, a adoção do regime de taxas cambiais flexíveis intensificou as operações de compra e venda de moedas, tornando-se um negócio bastante rentável. A larga diferença entre o volume de capitais transacionados no comércio internacional e no mercado de câmbio evidenciava a hipertrofia da esfera financeira e a sua relativa “autonomia”, bem como o caráter especulativo destas operações. Estima-se que em 1977 foram movimentados cerca de US\$ 50 trilhões no mercado de câmbio, enquanto o volume total do comércio internacional foi de US\$ 2 trilhões⁷⁹ (MOFFITT, 1984, p. 138).

Nesse escopo, a contínua desvalorização do dólar para fortalecer o setor manufatureiro norte-americano tornou-se alvo de especulações que atuavam no sentido de enfraquecer a moeda estadunidense. Em fins da década de 1970, as instabilidades econômicas se

⁷⁸ “Os termos “autonomia”, “autonomização” etc., devem ser utilizados com muita cautela. É verdade que uma parcela extremamente elevada das transações financeiras tem lugar no campo fechado formado pelas relações entre instituições especializadas, e não nenhuma contrapartida a nível de intercâmbio de mercadorias e serviços nem investimento. [...]. Mas isso não significa que não existam vínculos muito fortes, e sobretudo de grande alcance econômico e social, entre a esfera da produção e comércio internacional e a das finanças. A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de certa força de trabalho de múltiplas qualificações. [...]. Uma parcela desses rendimentos – hoje em dia, uma parcela elevada – é captada e canalizada em benefício da esfera financeira, e transferida para esta. Só depois dessa transferência é que podem se dar, dentro do campo fechado da esfera financeira, vários processos, em boa parte fictícios, de valorização, que fazem inchar ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros.” (CHESNAIS, 1998a, p. 15).

⁷⁹ À guisa de exemplo, da alta rentabilidade do mercado de câmbio, estima-se que o Citibank (maior banco de Nova York), registrou uma elevação da sua taxa de lucro de US\$ 13 milhões (1977) para US\$ 105 milhões (1978), através deste mercado. (MOFFITT, 1984, p. 150).

exacerbaram, o dólar havia se desvalorizado cerca de 10% ante ao iene e ao marco, ao passo que a inflação norte-americana atingiu o pico de 13% em 1979, provocando uma violenta fuga de capitais dos EUA em direção a outras divisas e sobretudo, ao ouro, este último refúgio dos investidores. (MOFFITT, 1984, p. 169-171). A fragilidade do dólar e a perda de confiança na moeda enquanto divisa mundial não impactava apenas o poderio norte-americano, mas o próprio sistema de crédito internacional pautado, em grande medida, na moeda estadunidense, encontrando-se diante de um possível colapso (ARRIGHI, 2013, p. 329). Somado a isso, os membros da OPEP aplicaram o segundo “choque do petróleo” visto a desvalorização do dólar, provocando novos aumentos nos preços internacionais, enquanto os países das periferias, cada vez mais endividados e deficitários, denotavam o risco crescente de moratória.

O grave cenário da economia internacional alavancou uma guinada abrupta da político-econômica dos EUA, acompanhado pelo Reino Unido. Os poucos resultados do programa expansionista de cunho keynesiano para recuperar a economia em crise, junto aos conflitos no âmbito das finanças internacionais, resultaram no deslocamento da estratégia de desenvolvimento destas nações em razão da matriz neoliberal e da consolidação da “mundialização financeira”. Demarcadas ao longo da década de 1970, as resistências e disputas entre as políticas monetaristas e liberais em contraponto à manutenção das orientações keynesianas chegaram ao fim com a vitória da ala liberal. Neste interregno, a diretriz neoliberal havia conquistado vasto terreno perante a continuidade estagflação, visto que seus teóricos diagnosticavam no estado regulador, na falta de controle monetário e nos gastos públicos (sobretudo sociais) o pilar deste quadro econômico. Do mesmo modo, reconheciam nas “concessões democráticas”, forjadas desde o pós-guerra, um vetor pujante dos gastos públicos⁸⁰ (HOBSBAWN, 1995, p. 399). Entre 1979 e meados de 1980, a ascensão de dirigentes institucionais comprometidos com a ideologia neoliberal, foi o estopim para implantação de tal plataforma política. Trata-se, da chegada de Paul Volker à presidência do FED, a ascensão no governo britânico de Margaret Thatcher e, nos EUA, o triunfo do governo Ronald Reagan.

Doravante, concatenou-se um conjunto de medidas configurado pelo desmonte do “consenso keynesiano”, apregoado pelos objetivos de arrefecer a inflação e recuperar as taxas de lucros. Tratava-se, em grande medida, do avanço do capital sobre o trabalho através de políticas de: repressão salarial; cortes de gastos sociais; combate às organizações sindicais;

⁸⁰ Um dado significativo do fortalecimento das ideias neoliberais foi a vitória do recém-criado Prêmio Nobel (1969) de dois grandes teóricos do neoliberalismo, Friedrich Von Hayek e Milton Friedman, premiados, sucessivamente, em 1974 e em 1976.

programas de privatizações; redução de impostos das empresas e camadas de rendas mais altas (ANDERSON, 1995).

No âmbito monetário, as ações se concentraram na súbita elevação da taxa de juros e na completa desregulamentação e liberalização financeira, anulando, em última instância, qualquer pretensão de restaurar o arranjo monetário de *Bretton Woods*. O governo norte-americano e britânico foram, deste modo, os operadores institucionais que protagonizaram as transformações através das quais se consubstanciou o sistema financeiro contemporâneo “mundializado”. É desnecessário pontuar que essas ações foram coordenadas por duas grandes potências, a principal economia do mundo e a segunda maior praça financeira internacional. Portanto, as medidas implementadas por estas nações dificilmente seriam de um impacto menor do que a reconfiguração do sistema financeiro a nível mundial e a própria reestruturação da ordem capitalista. Em suma, estas decisões, implicavam às outras economias seguir, progressivamente, um trajeto delineado sob a égide da liberalização financeira e da reafirmação da hegemonia norte-americana, a fim de assegurar a lógica de acumulação de capital das corporações e dos agentes financeiros⁸¹ (CHESNAIS, 1996, p. 258-260). Vejamos, então, algumas características do processo da “mundialização financeira”, demarcado neste período.

Em outubro de 1979 Paul Volker, executou o denominando “choque de juros”, no qual as taxas de juros reais que variavam em torno de 1% a 2% foram elevadas ao patamar de 10%. A política monetária do FED foi subitamente alterada, o controle da inflação – visto como elemento essencial para superação da crise de estagflação – seria feito, doravante, através do controle da emissão monetária, abdicando de medidas de estabilização por meio da taxa de juros. Estas, ao contrário, foram desregulamentadas (MOFFITT, 1984, p. 176). O efeito destas medidas foi dramático para a periferia, as nações endividadas foram levadas à beira do colapso ao verem sua dívida externa se multiplicar quase instantaneamente. Em contrapartida, a elevação da taxa juros e a sobrevalorização do dólar, reestabeleceu definitivamente a supremacia do dólar no mercado mundial, ao mesmo tempo em que a inflação nas economias

⁸¹ Conforme pontua, Perry Anderson, a adesão à matriz neoliberal não foi movida apenas pelo escopo econômico, mas também pelo caráter ideológico desta política em face do combate ao comunismo: “Em 1978, a segunda guerra fria eclodiu com a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão norte-americana de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental. O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O novo combate contra o império do mal – a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek – inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte. Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos inconstrastado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado.” (ANDERSON, 1995, p.12).

do centro foi arrefecida⁸². A praça de Nova York, tornou-se um espaço altamente rentável aos investidores financeiros cujo o sistema arquitetado em diversas praças *offshore* reorientou-se, em larga escala, ao sistema bancário norte-americano, garantindo que elevada parcela da liquidez internacional afluísse aos EUA⁸³:

“A partir daí o sistema de crédito interbancário orientou-se decisivamente para os EUA e o sistema bancário passou a ficar sob o controle da política monetária dos FED [...]. As flutuações das taxas de juros e de câmbio ficaram novamente amarradas ao dólar, e através dela o movimento de liquidez internacional foi posto a serviço da política fiscal americana.” (TAVARES, 1998, p. 34).

A política iniciada por Paul Volker, foi ampliada mediante a eliminação do controle de entrada e saída de capitais estabelecendo vasta abertura do sistema financeiro nacional; a abolição das regulamentações de fixação de preços dos serviços bancários; e no caso dos EUA, a denominada “Regulação Q” foi extinta⁸⁴. A conjunção destas medidas forjou elos constitutivos das finanças mundializadas, uma vez que articulou a liberalização e desintermediação financeira⁸⁵ e integrou o sistema financeiro nacional ao mercado mundial, conforme, elucidada, Chesnais:

⁸² As taxas de inflação dos membros do G-7 recuaram, entre 1980-1989, para 5,1%. (PLIHON, 1998, Quadro I, p. 100). “O dólar, uma das moedas mais combalidas na década de 1970, tornou-se a moeda mais forte do mundo. O dólar elevou-se em mais de 20% contra as principais moedas e disparou em mais de 30% e 40% contra o marco e o iene.” (MOFFITT, 1984, p. 198)

⁸³ Alguns autores consideram que esse teria sido um dos motivos categóricos para a guinada da política monetária norte-americana pois, se os EUA permanecessem aplicando medidas permissivas, poderia entrar em confronto direto com os investidores financeiros internacionais diante dos elevados níveis de inflação, da concorrência entre o FED e os bancos privados e das especulações contra o dólar. (ARRIGUI, 2013, p. 325; GUTTMANN, 1998, p. 67-68). “A política reaganiana marca claramente o início dessa contra ofensiva dos credores, que tinham sofrido com a inflação dos anos 70. A decisão do presidente do Federal Reserve, P. Volker, de abandonarem outubro de 1979 a indexação mais ou menos rigorosa das taxas de juros à alta dos preços e de dar prioridade ao controle da progressão da massa monetária, destinada a lutar contra a inflação, marca uma inflexão maior.” (SERFATI, 2006, p. 12)

⁸⁴ Desde o crash de 1929, o FED havia proibido o pagamento de juros ao sistema bancário em relação a depósitos com prazos inferiores a 30 dias, além de estabelecer o teto máximo de 2,5% para taxa de juros.

⁸⁵ A liberalização financeira coadunada a novas formas de operações (instrumentos de emissão; de opções múltiplas, contratos de fixação de taxas de juros, entre outros), simplificou a passagem de um segmento do mercado para outro (mercado à vista/mercado a prazo; taxa variável/fixa) e de uma moeda para outra. Por outro lado, a desintermediação - afora as inovações financeiras já apontadas - permitiu aos agentes financeiros recorrerem a outros instrumentos de financiamento e investimento mais rentáveis, principalmente através da emissão de títulos de crédito (securitização), onde aplicam em fundos do mercado monetário (curto prazo) e depois buscam recursos no mercado financeiro de longo prazo. Deste modo, tais agentes, prescindiam de empréstimos bancários visto o crescente custo dos seus serviços administrativos e, em geral, cobravam maiores taxas de juros e ofereciam menor taxa de retorno. Ademais, as autoridades monetárias norte-americanas permitiram aos bancos excluir a barreira entre contas a prazo e à vista. (CHESNAIS, 1996, p. 262-263).

“O conceito de “globalização financeira” abrange tanto o dismantelamento das barreiras internas anteriores entre diferentes funções financeiras e as novas interdependências entre os segmentos dos mercados, como a interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração em mercados mundializados, ou subordinados a estes”. (CHESNAIS, 1996, p. 261).

Segundo Chesnais, a coadunação de altas taxas de juros e da liberalização das finanças internacionais engendrou um dos instrumentos mais importantes para o avanço do regime de acumulação financeira, a securitização (titularização) da dívida pública⁸⁶. O desenvolvimento destas operações correspondia tanto aos interesses dos governos centrais como de grandes instituições financeiras – sobretudo, os fundos mútuos e fundos de pensão. Isto é, a formação de um mercado de obrigações aberto aos investidores externos ensejou tais nações a financiar seus déficits orçamentários, recorrendo a aplicação de Bônus do Tesouro no mercado financeiro. Ao mesmo tempo, os títulos da dívida pública tornaram-se um instrumento altamente rentável e seguro aos grandes agentes financeiros, como os fundos mútuos e de pensão, que centralizavam elevado volume capitais e puderam canalizar os seus investimentos mediante o mercado de obrigações. Nessa esteira, as finanças públicas impulsionaram largamente a esfera financeira, visto que parte elevada do orçamento dos Estados era comprometido com o serviço da dívida. Enquanto isso, os governos acresciam, cada vez mais, a sua dívida para sustentar essa lógica de financiamento⁸⁷. Inicialmente adotado pelos EUA e pelo Reino Unido, esse mecanismo foi posteriormente incorporado por outras economias do centro (CHESNAIS, 2005, p. 40-41).

Deste modo, a securitização da dívida pública foi considerada por Chesnais um dos dispositivos primordiais que possibilitou a abertura de uma nova etapa de acumulação financeira neste período, tanto pela apropriação de parcela crescente das finanças públicas em prol do capital financeiro, como pela estruturação de um espaço através do qual os investidores poderiam revender seus ativos facilmente e, deste modo, “os dividendos se tornaram um mecanismo importante de transferência e de acumulação”⁸⁸ (CHESNAIS, 2005, p. 42). Estima-se que, entre 1980 e 1992, 30% dos ativos financeiros internacionais estavam

⁸⁶ A securitização refere-se à conversão de títulos de dívidas contratuais (de governos, empresas, instituições financeiras) em títulos negociáveis no mercado financeiro oferecendo variáveis prazos e taxas de rendimentos, adaptando-se a demanda dos diferentes agentes econômicos e possibilita certa administração de riscos. Esse mecanismo funciona como um substituto dos empréstimos bancários. (BRAGA, 1998, p. 198)

⁸⁷ A dívida norte-americana seguiu, deste modo, uma trajetória ascendente: de US\$ 322 bilhões (1970), para US\$ 906 bilhões (1980) e atingiu US\$ 4,061 trilhões (1992). No que se refere ao serviço da dívida, essa cifra elevou-se de 12,7% (1980) para 20,1% (1990). (CHESNAIS, 2005, p. 41).

⁸⁸ É possível atestar a evolução vertiginosa de transações transnacionais de ações e bônus em relação ao PIB: Nos EUA, esse volume cresceu de 9% (1980) para 86% (1990); No Japão o índice foi de 8% (1980) para 119% (1990); a Alemanha registrou a taxa de 7% passando a 57% (1990). (CINTRA, 2000, p. 108)

alocados no mercado de bônus público (CHESNAIS, 1998a, p. 28). Nesse escopo, alterou-se também a natureza dos agentes econômicos operando no mercado financeiro, uma vez que os investidores institucionais – fundos de pensão, fundos mútuos e companhias de seguro – cresceram vertiginosamente e tornaram-se os principais conglomerados atuando neste mercado em detrimento às instituições bancárias⁸⁹.

À vista disso, Conceição Tavares aponta que, a primazia do dólar fiduciário lastreando as taxas de câmbio e de juros converteu os déficits da dívida norte-americana “na prática o único elemento de estabilização temporária do mercado monetário e de créditos internacional.” (TAVARES, 1998, p. 35). A dívida dos EUA era o mecanismo que permitia o país captar a liquidez internacional e canalizar o capital financeiro de outras nações, ao passo que os títulos da dívida pública norte-americana tornaram-se um investimento bastante lucrativo e seguro, sendo o refúgio do capital financeiro em períodos de instabilidades. Em outras palavras, a “diplomacia forte do dólar”, autorizou os EUA a recorrer a déficits colossais, em larga medida de natureza financeira, sem grandes objeções, visto o seu caráter estrutural para a estabilidade da economia internacional⁹⁰. Concatenando, deste modo, os interesses do capital financeiro sob a égide do poderio norte-americana. (TAVARES, 1998, p. 35). Novamente, nas palavras de Conceição Tavares:

“O equilíbrio macroeconômico” da economia mundial, dada a “dolarização” generalizada do sistema de crédito, obriga a maioria dos países a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e a obter superávits comerciais crescentes para compensar a situação deficitária global da potência hegemônica. Estas políticas, por sua vez, esterilizam o potencial crescimento endógeno das economias nacionais e convertem os déficits públicos em déficits financeiros estruturais. (TAVARES, 1998, p. 36).

Doravante, forjou-se uma totalidade capitaneada pelas finanças e configurada por uma rígida hierarquia, onde a centralidade do dólar e da praça financeira norte-americana confere o domínio do sistema financeiro dos EUA sobre os demais, pela falta de controle e supervisão de instituições fiscalizadoras e pelo fato de a integração entre os mercados ser determinada

⁸⁹ A composição dos ativos financeiros nos EUA, entre 1980 e 1990, apresentou a seguinte estrutura: 1) Os fundos de pensão detinham US\$ 859 bilhões (1980) e chegaram ao patamar de US\$ 3,116 trilhões (1990); 2) Os fundos mútuos registraram US\$ 118 bilhões (1980) e evoluíram para US\$ 967 bilhões (1990); 3) As companhias de seguro com US\$ 519 bilhões (1980) passaram a US\$ 1,328 trilhão (1990); 4) As instituições bancárias detinham US\$ 342 bilhões (1980) e cresceram a US\$ 759 bilhões (1990). (CHESNAIS, 1996, p. 292)

⁹⁰ Dois dados contribuem para elucidar este quadro: 1) Em 1985, os EUA registrou em sua dívida pública um déficit de US\$ 1,600 trilhão, esse montante correspondia a cerca de 80% da circulação do mercado monetário no mercado interbancário internacional. (TAVARES, 1998, p. 35). 2) O montante médio, de operações diárias com títulos da dívida pública dos EUA, elevou-se de US\$ 14 bilhões (1980) para US\$ 120 bilhões (1993). (PLIHON, 1998, p. 114)

por grandes operadores financeiros (CHESNAIS, 1998a, p. 12). A ascensão do “regime de acumulação com dominância financeira”, demarcado pela hipertrofia do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, estabeleceu um novo nexo de acumulação do capital. A contração do tempo de circulação do capital, atributo próprio do sistema capitalista, ganhou nova qualidade a partir do horizonte temporal do mercado financeiro. Isto é, a lógica de curtíssimo prazo dos rendimentos oriundos do circuito financeiro passou a comandar a dinâmica de reprodução do capital nas diferentes esferas da economia. Nesse escopo, os investimentos da esfera produtiva passaram a ser balizados por parâmetros financeiros, visto que a rentabilidade dos grupos empresariais não estava mais ancorada apenas na produção, sendo determinada também pela atuação destas corporações nos diferentes segmentos do mercado financeiro. Do mesmo modo, as multinacionais, impelidas pelo encurtamento do tempo de valorização do capital, recorrem, cada vez mais, à esfera financeira para ampliar suas taxas de lucro, ao invés da implementação de nova capacidade produtiva e da expansão da produção⁹¹. (CHESNAIS, 1998b, p. 261).

A imbricação de complexas operações financeiras e a capacidade de rápida multiplicação de liquidez denotou a ascensão de uma “fragilidade sistêmica”, na qual o comportamento dos agentes financeiros, sem restrições de autoridades monetárias e deslocando-se facilmente de um segmento do mercado financeiro para outro, provocam súbitas mudanças de preços neste mercado e variações nos volumes de crédito em circulação, que abalam, em última instância, a economia internacional, como é possível atestar nas constantes crises que ascendem da esfera financeira (*crash* da bolsa de Nova York, em 1987, crises japonesa e mexicana, irrompidas durante a década de 1990). (CHESNAIS, 1998b, p. 256).

Os efeitos da transformação da ordem capitalista conjugada neste período, foram dramáticos no âmbito social e para a periferia do sistema capitalista. A concatenação político-econômico da dominância financeira sustentada pela matriz neoliberal de desenvolvimento forjou-se na esteira de uma reação conservadora, em contraposição a qualquer prerrogativa das demandas sociais e da classe trabalhadora, desencadeando elevação das taxas de

⁹¹ Podemos verificar o panorama descrito a partir de alguns dados comparativos: 1) Entre 1980-1988, o crescimento dos fluxos comerciais internacionais, foi de 2%; o crescimento do PIB dos países da OCDE foi de 1,95%; em contrapartida, as transações nos mercados de câmbio internacional, apresentou a taxa de 8,5%. O mercado de câmbio foi um dos segmentos do mercado financeiro que mais se expandiu. Estima-se que em 1992 as transações diárias neste segmento foram da ordem de US\$ 1 trilhão, quando esse montante representava apenas 3% das transações diárias vinculadas ao comércio internacional, denotando o caráter financeiro e especulativo das operações no mercado cambial. (CHESNAIS, 1996, p. 244) 2) Entre 1980-1982, o crescimento anual real do capital fixo dos países da OCDE, foi de 2,3% enquanto; este mesmo índice para os ativos financeiros foi de 6,0%. (CHESNAIS, 1996, p. 245).

desemprego e diminuição das taxas salariais e de encargos sociais⁹². À medida que novas formas de dominação se estabeleceram, aprofundou-se a vulnerabilidade e dependência das economias periféricas. Portanto, analisaremos a seguir algumas facetas do processo intensificação da submissão da periferia aos centros do capital, a partir da realidade brasileira.

4.3 Brasil: entre as contradições do “Milagre” e o endividamento externo

A transição do “milagre” brasileiro, sucedida por uma quadra histórica de instabilidades econômicas, só pode ser compreendida à luz da forma de integração nacional ao capital externo e às transformações da ordem capitalista no curso da década de 1970. A instauração da ditadura militar retomou as bases de desenvolvimento do Brasil direcionado ao aprofundamento da internacionalização da economia nacional. Embora este nexos de dependente-associado já estivesse colocado no Governo JK, algumas diferenças demarcam este novo ciclo, bem como novas contradições que emergem deste processo. Nessa esteira, buscamos demonstrar os limites do projeto do governo militar em face do esgotamento do “milagre” econômico e da articulação de uma estratégica, cada vez mais alinhada à dinâmica de acumulação financeira internacional. A coadunação destes elementos resultou no desenfreado endividamento externo, demarcando os limites do padrão de financiamento engendrado no país que entra em franco declínio, de fato, em meados da década de 1980. Isto posto, buscaremos demonstrar as vicissitudes do “milagre”, através do qual se suscitava um primeiro espectro deste processo, à medida que se acentuava os desequilíbrios internos frente à manutenção deste eixo econômico. Por certo, a crise eclodida na metade da década de 1970 não teve como resultado o imediato reordenamento do projeto econômico nacional, porém manifestava o limiar da transição do padrão de acumulação que veio a se concretizar no curso dos anos 80 e 90, perante a subordinação à matriz neoliberal de desenvolvimento.

4.3.1 O “Milagre” e o endividamento Externo

⁹² Os EUA, registraram reduções significativas nos salários reais (variação média anual): a taxa de 2,8%, entre 1960 e 1973, recuou para 0,4%, entre 1979 e 1990. Os encargos sociais também foram restringidos: a taxa de 6,5%, entre 1960 e 1975, passou para 2,7%, entre 1980 e 1985. Este movimento também se verificou nas outras economias do centro capitalista: O conjunto do G-7 apresentou uma queda dos encargos sociais de 7,6%, entre 1960-75 para 2,6%, entre 1980-85; A Alemanha registou uma queda dos salários reais de 5,4%, entre 1960-73 a 0,8%, 1979-90. (BRENNER, 2003, p. 66). Somado à isso, verificava-se um crescimento vertiginoso do desemprego: A taxa de desemprego na Europa dos 15, elevou-se de 3,7 (1970-79) a 8,8% (1980-89). Os EUA, já apresentavam uma taxa de desemprego significativa entre 1970-79, de 6,2% passando a 7,3%, entre 1980-89. (PLIHON, 1998, p. 102)

Como vimos, o florescer do “milagre” econômico foi arquitetado pelo reordenamento político-econômico imposto pelo regime militar desde 1964, onde se implementou amplas reformas no campo tributário e trabalhista e se reestruturou o sistema financeiro nacional. Tal projeto assentava-se na consolidação da ordem autocrática cuja a institucionalidade da arena política foi, definitivamente, subordinada ao poder executivo dirigido pelo comando militar e, a oposição, totalmente sufocada. A conjunção destas mudanças estabeleceu as bases do período expansivo denotado pela intensa concentração de renda e pela rearticulação das finanças internas sob a égide da internacionalização do sistema financeiro associada ao complexo multinacional. O Brasil situava-se em um cenário internacional bastante favorável à projeção do seu crescimento econômico, embora as economias do centro já sinalizassem dificuldades para sustentar o padrão de acumulação encetado no pós-guerra. Como assinalamos anteriormente, o “milagre” brasileiro ascendeu na esteira da ampliação do comércio internacional e da expansão das finanças à nível mundial.

O clima de euforia entre os anos 1968-1973 era patente. O programa econômico encabeçado por Delfim Netto – delineado por incentivos às exportações, a produção industrial e ao endividamento externo – teria, supostamente, posicionado o Brasil em uma trajetória de crescimento de longa duração. Os índices eram irrefutáveis, a economia brasileira se expandia muito acima das taxas mundiais e da América Latina e a indústria de transformação crescia a uma ordem de 17% em 1973⁹³ (MACARINI, 2008, p. 8). Apesar do discurso oficial e das expectativas de elevada expansão, contradições de diferentes ordens atravessavam o modelo encetado pelo “milagre”, esse arranjo conjugava elementos bastante frágeis para projetar a economia brasileira de forma autossustentada e prolongada, ou seja, o Brasil certamente não escaparia aos impactos provocado pela instabilidade da economia internacional. Contudo, a crise desencadeada em âmbito nacional resultou também da própria dinâmica de acumulação forjada no país. Do ponto de vista produtivo, Mello e Belluzzo (1977) destacam que a ascensão do “milagre” brasileiro acomodou-se em uma base de produção estabelecida, internamente, desde o governo JK, através da qual as multinacionais optaram por aumentar tal capacidade produtiva que apresentava elevados níveis de ociosidade, resultante da fase de recessão dos anos anteriores. Isto ocasionou um arrefecimento da produção de bens de capitais à medida que o eixo de acumulação se reverteu em razão do setor de bens duráveis de consumo, acarretando numa dissociação entre a taxa de acumulação destes dois setores (MELLO; BELLUZZO, 1977, p. 148).

⁹³ Em 1973, o PIB mundial registrou a taxa de 6,1%, e a América Latina, 8,4%, enquanto o PIB do Brasil apresentou um crescimento de 14%. (MACARINI, 2008, p. 6).

Como outrora apontamos, essa dinâmica sinalizava a uma reversão da substituição de importações cuja a estrutura interna era insuficiente para garantir a expansão da produção e dependia, portanto, do aumento da importação de bens de capitais e intermediários⁹⁴. Ao mesmo tempo, as multinacionais, concentradas no setor de bens duráveis, amplificaram suas bases no Brasil através de aquisições e fusões, intensificando o nível de desnacionalização do aparato produtivo. Deste modo, o capital estrangeiro operante no país direcionou-se, principalmente, à capacidade produtiva estabelecida internamente. De acordo com Baer (1986), dentre as filiais que adentraram no país entre 1966-1970, 52% referia-se a aquisições de indústria já instaladas, chegando este índice a alcançar o patamar de 61% no período de 1971-1973, denotando o avanço da concentração do capital externo e da desnacionalização da produção brasileira (BAER, 1986, p. 93). Esse quadro foi também elucidado por Campos (2009):

Durante o período de 1967 e 1973, contudo, o IDE que impulsionou o crescimento da economia ocorreu a partir de uma base produtiva pré-existente, em que o volume destinado à desnacionalização e às importações de insumos no âmbito do comércio intrafirma explicam o fato de o seu ingresso em moedas ser dezoito vezes maior em médias anuais do que em mercadorias. (CAMPOS, 2009, p. 56)

Segundo Belluzzo e Coutinho, vista do âmbito endógeno, a fragilidade do crescimento econômico era, exatamente, a instituição de um modelo pautado na produção de bens de consumo duráveis pré-existente e no hiato estabelecido com o setor de bens de capitais. Nestes termos, a expansão dos produtos de consumo duráveis demandava a existência de capacidade ociosa e de níveis de endividamento das famílias. Como vimos, o projeto do “milagre” favoreceu largamente o acesso a créditos às camadas de renda mais alta, possibilitando maior alcance a um mercado de custos mais elevados – como o de bens duráveis de consumo –, bem como evidenciava o panorama de aguda desigualdade na distribuição de renda nacional. De acordo com os autores, a aceleração da economia tendia a se esgotar com relativa rapidez diante do caráter desse ciclo de acumulação. Por um lado, o cunho regressivo da pirâmide salarial do Brasil limitava, sobremaneira, o maior acesso aos

⁹⁴ Conforme argumenta Campos: “Alguns dados sinalizam para a tendência de desaceleração da substituição de importações durante o “Milagre”. A participação da importação no total do produto interno era de 8,8% para o ano de 1949; em 1951 atingiu 14% – tendo, entretanto, uma queda significativa entre 1957 e 1965, de 7,2% para 3,4% –, ao passo que, a partir da segunda metade dos anos 60, mesmo com os níveis do PIB real semelhantes aos da época do Plano de Metas, a participação começou a se elevar, visto que em 1966 foi de 4,5%, em 1972 chegou a 8,6% e em 1972 já tinha atingido o mesmo patamar de 1949.” (CAMPOS, 2009, p. 57). Os dados citados pelo autor encontram-se em PEREIRA, J. E. C. *Financiamento externo e crescimento econômico no Brasil: 1966/73*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES (Relatório de Pesquisa nº 27), 1974.

bens produzidos pela indústria de bens duráveis. Por outro, além do hiato entre as esferas produtivas, a taxa de acumulação do setor de bens de capitais era induzida diretamente e indiretamente pela indústria de bens duráveis (MELLO; BELLUZZO, 1977, p. 151-52).

Em outras palavras, a acumulação do setor de bens duráveis teria projeção de curto tempo, tendo em vista a dependência de uma determinada estrutura de demanda do mercado interno, ao mesmo tempo que o aparato produtivo interno não dispunha de um eixo autossustentado, dadas as limitações da produção de bens de capitais, incentivada via importações. Nessa esteira, uma desaceleração do setor de bens duráveis poderia se irradiar celeremente para conjunto da economia, diante da matriz econômica delineada pelo “milagre”. A economia cresceu com relativa facilidade enquanto pode amparar-se pela absorção de capacidade ociosa, mas a debilidade dessa dinâmica não demorou a se explicitar⁹⁵. Em 1972, a capacidade produtiva instalada foi ocupada quase por completa, e o setor de bens duráveis atingia seu limite, o que foi sinalizado pelo seu decréscimo. No final de 1973 e início do ano seguinte, os efeitos do declínio da indústria de bens duráveis já se manifestavam nos demais setores e na aceleração da inflação⁹⁶. (MELLO; BELLUZZO, 1977, p. 154-155). Apesar de Mantega (1979) não concordar que o detonador mais direto da crise no Brasil tenha resultado de desajustes entre os setores de produção, reconhecia as problemáticas entre utilização da capacidade produtiva e os níveis de investimentos em capital fixo:

Após cerca de quatro anos de aproveitamento da capacidade ociosa (68/71), quando os dispêndios em investimentos puderam ficar aquém dos aumentos da produção, a estrutura produtiva começa a requerer maiores desembolsos na formação de capital fixo, para manter-se o ritmo de expansão da produção. A partir de 1971 passa a haver uma elevação dos investimentos, porém ainda num ritmo inferior ao aumento da produção. Somente após 1973, quando a capacidade ociosa já estava quase toda absorvida, os custos

⁹⁵ De acordo com Bonelli e Malan: “Entre 1966 e 1971 o estoque de capital industrial crescia a cerca de 8,3% ao ano, enquanto o produto da indústria de transformação aumentava à taxa média anual de 14,5% (1967/72) – o que só possível graças a existência de capacidade ociosa no início do período. A taxa de utilização da capacidade de produção elevou-se de 76%, em 1967, para 100% em 1972, o que representava um acréscimo médio de utilização de quase 6% ao ano. Isto representa um crescimento “fácil” na medida em quase metade da taxa média de crescimento da produção pode ser atribuída ao aumento da utilização da capacidade produção – o que só possível, obviamente, dada a geração da capacidade ociosa do período de 1963/67.” (BONELLI; MALAN, 1976, p. 378-379)

⁹⁶ Os dados de crescimento da indústria de transformação, evidenciavam este quadro: 1) Entre 1970-73, os bens de consumos duráveis cresceram à taxa média de 25,5, enquanto, entre 1974-76, este índice foi de 10,3%; 2) Entre 1970-73, os bens de capital, registraram a taxa média de 22,7%, e entre 1974-76, a taxa declinou a 13%; 3) Entre 1970-73, os bens intermediários apresentaram uma taxa de 13,2% e entre 1974-76, decresceu a 8,7%; 4) Entre 1970-73, os bens não duráveis registraram a taxa de 9,1% e entre 1974-76, esse índice foi de 4,8%. (CARNEIRO, 2002, p. 74).

com o capital fixo tornaram-se crescentes, pressionando a taxa de lucro para baixo. (MANTEGA, 1979, p. 60).

Cabe ponderar que uma série de controvérsias atravessam as interpretações acerca do elemento primordial que desencadeou o esgotamento do “milagre”. Sem embargo, nosso objetivo aqui é outro, e não adentraremos a essa seara. A pretensão de nosso trabalho é identificar alguns dos aspectos contraditórios que permeavam o “milagre” e, nesse espectro, demonstrar a intersecção da economia nacional com a esfera internacional, sobretudo no que se refere ao sistema financeiro. Em todo caso, pareceu-nos significativo apresentar tais apontamentos tendo em vista os artifícios do discurso da ordem autocrática, que se valeram do foro internacional para justificar a desaceleração da economia nesse período. Esse quadro tornava-se mais dramático, por certo, com o aprofundamento da crise do capital, da eclosão do “choque do petróleo” e do afunilamento do comércio internacional. Contudo, buscamos salientar que a crise instaurada no Brasil não foi impulsionada apenas pelas instabilidades externas, mas se relacionava com fatores endógenos do “milagre” brasileiro. Feita esta consideração, seguiremos o curso de nossa explanação.

A instituição desse modelo de desenvolvimento não era fortuita. O ciclo de acumulação aberto a partir de 1968 foi sustentado, em grande medida, pelo fortalecimento da atuação das multinacionais através de incentivos e subsídios estatais, e por dispositivos legais que privilegiavam largamente a associação destas corporações a finanças internacionais. Não é necessário dizer que as multinacionais dispunham de grande proeminência no setor de bens de consumo duráveis e, por certo, não hesitaram a explorar a estrutura produtiva já instalada ao invés de investir em novos setores, o que demandaria maiores custos⁹⁷. Este setor apresentou o crescimento mais expressivo ao longo do “milagre”, registrando uma média de 25,5% (1970-1973), logrando grande domínio da economia brasileira às empresas externas, bem como avolumando suas taxas de lucros⁹⁸ (CARNEIRO, 2002, p. 74). O capital

⁹⁷ O segmento da indústria automóveis explicitava o grande peso das multinacionais instaladas no país. Em 1961, 61% deste segmento estava sob o comando de empresas estrangeiras, índice elevado ao patamar de 100%, em 1970. (CAMPOS, 2009, p. 61).

⁹⁸ Conforme, assinalada, Campos, o capital estrangeiro ampliou largamente sua dominância no aparato produtivo brasileiro: “[...] a centralização do capital a favor das empresas multinacionais também reforçou seu papel na determinação do dinamismo da indústria brasileira. Em 176 de 302 setores industriais, os quatro maiores estabelecimentos (metade de toda a produção) pertenciam ao capital internacional. O patrimônio líquido das multinacionais representava no final dos anos 60 mais de 50% das dez maiores de cada setor, sendo o valor médio avaliado em US\$ 16 milhões; valor muito superior aos US\$ 7 milhões das empresas domésticas.” (CAMPOS, 2009, p. 74-75). Outro dado elucidativo, nesse escopo, refere-se à rentabilidade das 100 maiores empresas brasileiras: Entre 1968-1974, as empresas estatais elevaram seus lucros a taxa de 168,6%, as empresas nacionais alcançaram a taxa de 230% enquanto, as multinacionais incrementaram sua rentabilidade em 251,5%. (RODRIGUES, 2017, p. 74).

estrangeiro pôde desfrutar de diversas vantagens concedidas pelo governo militar para incrementar sua rentabilidade, uma vez que o Estado e as empresas estatais comprometeram-se com projetos na área produtiva de maior custo, orientados a subsidiar a acumulação do setor privado e, sobretudo, das multinacionais. Conforme destaca Mantega:

No setor produtivo, as empresas estatais concentraram-se principalmente nas áreas da siderurgia, petroquímica, hidrelétrica e mineração, procurando preencher as lacunas deixadas pelo desinteresse ou incipiência dos capitais nacionais e estrangeiros, de modo a produzir valores de uso indispensáveis para a manutenção e ampliação do ritmo de acumulação. Como se pode verificar, as empresas produtivas estatais localizaram-se nas atividades que requeriam investimentos mais vultosos e, somente elas poderiam dar-se ao luxo de, mesmo desfrutando de posição monopolista, cobrar preços menores por seus produtos para favorecer a acumulação privada (MANTEGA, 1979, p. 56-57).

Forjado sob a égide da ordem autocrática, o arco de transformações não estabeleceu uma integração nacional, mas subordinada ao capital internacional apenas no escopo produtivo. Esse processo foi acompanhado por uma nova dimensão da internacionalização da economia brasileira sublinhado pela reestruturação do sistema financeiro, como visto no capítulo II. A conjunção ao capital estrangeiro, conformada nestes termos, resultou em um padrão de financiamento demarcado, primordialmente, por empréstimos externos, o que, em contrapartida, arrefecia os investimentos diretos. O elo engendrado denotava a forte determinação do padrão de acumulação do centro nas bases da economia brasileira, à medida que a reprodução ampliada do capital deslocava-se, cada vez mais, para a esfera financeira edificada pela rede interbancária sob a égide do mercado de eurodólares. Melhor dizendo, à rearticulação do sistema financeiro acomodavam-se as expectativas financeiras das multinacionais e a farta liquidez do mercado de crédito internacional, uma vez que os dispositivos legais implementados pelo governo militar correspondiam às exigências de um espaço mais liberalizado para a mobilidade de capitais congregados nas praças *offshore*. Como já assinalado, o euro-mercado cresceu exponencialmente ao longo dos anos 1960 e 1970, correspondendo à crescente autonomização da acumulação financeira.

“[...] pode-se afirmar que o início dos anos setenta apresenta-se como o período de coroamento da política de abertura externa que vinha sendo perseguida sistematicamente desde 1964. É particularmente notável, no período, o aprofundamento das relações financeiras no exterior, tendo a economia brasileira se transformado em importante tomadora de recursos no mercado bancário internacional.” (CRUZ, 1984, p. 36)

Nesse escopo, vale retomar, brevemente, alguns pontos elucidativos dos instrumentos sancionados a tal propósito: 1) A reforma da Lei de Remessas de Lucros (4.131), além de autorizar a entrada de capitais externos sob a forma de empréstimos estrangeiros, estipulou um teto para as remessas de lucro. Uma vez ultrapassado esse limite, impostos progressivos passariam a incidir sobre estes montantes⁹⁹. Contudo, ressalta-se a não aplicação deste termo a juros e amortizações, isto é, não se estabeleceu controle sobre tais operações financeiras perante à esfera internacional (CAMPOS, 2009, p. 72); 2) A instrução nº 289 (em vigor até 1972) permitiu à Carteira de Câmbio do Banco do Brasil adquirir moedas estrangeiras concedendo cobertura cambial ao agente econômico externo, no ato da remessa de divisas. (CAMPOS, 2009, p. 146); 3) A Resolução nº 63, autorizou as empresas nacionais captar diretamente crédito no mercado internacional e realizar a intermediação destes recursos com as empresas brasileiras. Conforme destaca Campos, os bancos estrangeiros também lograram vantagens por meio dessa Resolução, visto que – como apontado no capítulo II – repassavam empréstimos aos agentes nacionais através dos bancos de investimentos, a participação do capital estrangeiro junto aos bancos de investimentos se elevou de forma significativa durante o período do “milagre”. (CAMPOS, 2009, p. 147).

A política monetária foi manejada no sentido de complementar o marco institucional em razão das prerrogativas das operações financeiras tanto no âmbito externo como no mercado interno. No plano internacional, a medida mais proeminente foi a adoção de correção cambial, conhecida como a prática de minidesvalorização, passando a vigorar a partir de 1968. O recurso de ajustes periódicos da taxa câmbio, dirimia os riscos de captação de recursos externos, nivelando-os aos riscos de financiamento oriundo de fontes internas. Esse mecanismo ampliava a integração entre o sistema financeiro nacional e internacional, dados os benefícios de recorrer às fontes externas. Do mesmo modo, ao longo do “milagre” e nos anos subsequentes, a política monetária buscou sustentar taxas de juros acima dos patamares internacionais, ensejando, novamente, alavancar a entrada de capitais externos (BAER, 1986, p. 14).

Por outro lado, foi instaurado o mecanismo de correção monetária sob o desígnio de fomentar o mercado de capitais interno, posto a garantia de remuneração real dos títulos

⁹⁹ A reforma da Lei nº 4.131 aumentou, por um lado, a alíquota das remessas de lucro de 10 para 12%, e, por outro, definiu a incidência de impostos que ultrapassassem este teto nos seguintes temas: de 12% a 15% de lucros de capital e reinvestimentos seriam cobrados 40% de impostos; de 15% a 25%, 50% de impostos; acima de 25%, 60% de impostos. (CAMPOS, 2009, p. 145).

financeiros¹⁰⁰. Ainda em 1964, a lei 4.357, autorizou a criação de ORTNs. A princípio, a correção monetária se restringiu aos títulos públicos a fim de financiar o orçamento público de forma não-inflacionária. Mas, em pouco tempo, essa medida se estendeu a outros títulos financeiros (depósitos a prazo, letras imobiliárias, debêntures...). (OLIVEIRA, p.72, 1991). Ademais, em 1968 iniciaram-se transações no mercado aberto de títulos (*open market*) por meio de ORTNs, posteriormente o *open market* se consolidou mediante o Decreto-Lei nº 1079/1970 e a criação as Letras do Tesouro Nacional (LTN). Diferente das ORTNs, as LTNs operavam a curto prazo e a aplicação da correção monetária era pré-fixada e não a posteriori, tal como, as ORTNs (MACARINI, 2005, p. 72).

Apresentada essa sumária recapitulação da política monetária e da reforma do aparato financeiro, passamos, doravante, à caracterização da natureza dos fluxos de capitais internos e externos, no que se refere à dívida pública e, principalmente, ao endividamento externo.

A entrada dos recursos externos foi viabilizada sem grandes entraves, especialmente entre 1971 e 1972. A exponencial liquidez no mercado de eurodólares conjugou componentes mais favoráveis para o acesso ao mercado de créditos, tais como a extensão de prazos médios dos empréstimos e a redução de taxas interbancárias de empréstimos, afora ter-se acentuado o direcionamento dos agentes operando no euro-mercado a outros mutuários fora dos EUA e da Europa. (WELLS, 1973, p. 13). Entre os periféricos, o Brasil ocupava lugar de destaque na captação dos créditos ofertados no euro-mercado: em 1970, dos US\$ 446 milhões destinados aos países subdesenvolvidos, US\$ 87 milhões foram absorvidos pelo Brasil; em 1974, do montante de US\$ 7,318 bilhões, concedido ao conjunto das economias subdesenvolvidas, US\$ 1,672 bilhão foram facultados ao Brasil (BAER, 1986, p. 153). Os empréstimos monetários eram, em geral, denominados na *London InterBank Offered Rate* (LIBOR), taxa de juros flexível repactuada periodicamente nos três primeiros anos da década de 1970, quando o nível de juros manteve-se relativamente baixo em virtude da farta liquidez internacional. Entretanto, não deixava de sinalizar a vulnerabilidade da integração ao mercado internacional de crédito que, em última instância, delimitava-se pela oscilação da economia internacional¹⁰¹. (BAER, 1986, p. 79). A massiva entrada de capitais externos acarretou em

¹⁰⁰ Vale pontuar, a vigência da Lei da Usura, implementada desde de 1933 e que estabelecia o teto da taxa de juros anual em 12%. Nesse escopo, as atividades bancárias foram abertamente cerceadas, uma vez que os juros chegavam à patamares negativos, tendo em vista os altos níveis inflacionários. Deste modo, os agentes financeiros, a partir de 1964, puderam lograr ganhos reais com a correção monetária acima da inflação.

¹⁰¹ “A própria origem dos empréstimos a taxas flutuantes está relacionada com a maior liberdade do mercado de Eurodólares. Podendo operar da forma que mais lhes covinha, os bancos participantes desse mercado captavam entre si recursos a curto prazo e os repassavam aos países do terceiro mundo por um prazo mais longo, com taxas flutuantes. A cláusula fazia-se necessária na medida em que o banco repassador deveria renovar seus

um salto qualitativo do endividamento externo, configurado pelo caráter proeminentemente financeiro. Apesar de condicionantes mais flexíveis para contratação de empréstimos, já em meados da década de 1970 o perfil da dívida externa era bastante precário, posto que cerca de 45% das obrigações assumidas eram de curto prazo, tendo que ser liquidadas após dois anos. (BAER, 1986, p. 81). De fato, isso significava substanciais restrições para sustentar o ciclo expansivo brasileiro, considerando que parcela reduzida destes recursos era dirigida à atividade produtiva, mantendo-se circunscrita, em larga escala, à cadeia de valorização financeira. Conforme, assinala, Baer:

[...] pela primeira vez passaram a ter acesso direto e relativamente fácil aos mercados mundiais de capitais. Isso permitiu, por um lado, que se realizasse um crescimento vertiginoso da dívida externa brasileira e, por outro, que mudassem radicalmente as fontes de financiamento. O aspecto mais importante desse processo é o que o conteúdo do endividamento externo brasileiro deixou de apresentar uma dimensão exclusivamente produtiva. Em outras palavras, a expansão da dívida externa nos anos 1970 está relacionada só em parte com a dinâmica produtiva, alcançando um conteúdo financeiro muito importante. Isto faz com que o processo de endividamento não se explique como um simples desequilíbrio externo, senão deve-se entender pela inserção mais profunda do Brasil na economia mundial. (BAER, 1986, p. 68).

O patamar da dívida externa do Brasil saltou de US\$ 3,8 bilhões para US\$ 12,6 bilhões entre 1968 e 1973, elevando a sua participação no PIB de 11% a 16,6%. O discurso oficial da equipe econômica apregoava o financiamento externo por meio de endividamento como condicionante vital para assegurar o crescimento acelerado, posto a fase de desenvolvimento no qual se encontrava o país, ainda com patentes deficiências no setor de bens de capitais e intermediários. No entanto, fatores externos e internos contradiziam tal alegação. Nesse período, reservas internacionais elevaram-se de US\$ 300 milhões a US\$ 6,4 bilhões, expressivo aumento que revelava que parcela substancial dos recursos tomados no exterior não era realocada ao setor produtivo, mas permanecia na esfera financeira, enquanto lastro dos empréstimos contraídos para cobertura de possíveis inadimplências destes pagamentos. Isto é, a poupança externa operava, acima de tudo, como garantia dos rendimentos dos credores internacionais e não como pilar do ciclo expansivo (CRUZ, 1984, p. 12-15).

Por outro lado, o comportamento da economia interna concorria para explicitar a dinâmica financeira da dívida externa. O massivo endividamento era, em tese, determinado

empréstimos com o primeiro banco periodicamente no curto prazo e, portanto, renegociar a taxa.” (PAGANO, p. 27, 1991).

por um estrangulamento do setor externo, tendo em vista a necessária promoção de importações. Entretanto, entre 1969 e 1973, a balança comercial manteve-se praticamente equilibrada e o comércio internacional, altamente favorável, ao passo que as políticas de incentivo voltadas ao setor externo projetavam largamente as exportações brasileiras. O setor externo cresceu a ordem de 37%, em 1972, chegando a 55% em 1973, enquanto as importações não ultrapassaram, sobremaneira, as exportações ao longo do quinquênio. A disposição de capacidade produtiva excedente possibilitou o crescimento da produção industrial sem o desmedido avanço de importações. (BAER, 1986, p. 89). De acordo com Cruz (1984), durante 1969-1973, a pressão das transações correntes (balança comercial e serviços produtivos) referentes aos empréstimos externos era inferior a US\$ 1 bilhão. Contudo, a entrada líquida de empréstimos e financiamentos registou o montante de US\$ 6,8 bilhões. (CRUZ, 1984, p. 17). Em contrapartida, os custos com o serviço da dívida externa bruta passaram de 18,1% para 37,8% entre 1970 e 1972 (BAER, 1986, p. 83).

À luz desse quadro, o presumido argumento da ordem militar de que a dívida externa seria fulcral para o crescimento acelerado revela-se pouco razoável diante do desempenho da economia brasileira e do caráter das contas externas. O pano fundo desse processo situava-se na conversão dos recursos externos em capitais deslocados ao circuito de valorização financeira e, ao mesmo tempo, evidenciava a acomodação da política econômica interna aos desígnios da reprodução ampliada dos capitais do centro. O alargamento da dívida externa acabava por adentrar em circuito de crescente endividamento, posto que novos recursos externos eram contraídos para cobrir os serviços acumulados da dívida. A ordem capitalista projetava-se, cada vez mais, à internacionalização financeira e as orientações da economia brasileira cediam, continuamente, maior espaço à dominação da esfera financeira, denotando o arranjo político da ordem autocrática conjugado pelo capital monopolista e, notadamente, pelos agentes financeiros internacionais.

A composição do endividamento externo configurava-se, principalmente, por operações privadas, tanto pelo lado dos credores como em relação aos emprestadores. Em 1972, 70% da dívida de médio e longo prazo era oriundo de fontes privadas, novamente demonstrando a associação do arcabouço financeiro interno à liquidez internacional privada. (BAER, 1986, p. 73). Nessa esteira, o setor privado, sobretudo ao longo do ciclo expansivo, correspondia aos principais tomadores de empréstimos externos sendo responsável, entre 1972-1973, por cerca de 67% dos empréstimos através da Lei nº4.131 (CRUZ, 1984, p. 93). Era notório que a Lei de Remessas de Lucros tornara-se um instrumento altamente favorável às multinacionais, uma vez que concedia a intermediação direta das empresas estrangeiras

com suas matrizes, dispondo de componentes vantajosos como taxa de juros menores e prazos maiores, se comparados aos praticados no mercado interno. Outrossim, o mecanismo revelou-se ainda mais atrativo tendo em vista a falta de controle de remessas de juros e amortizações. Deste modo, as multinacionais poderiam contornar o teto estabelecido para as remessas de lucros incrementando sua rentabilidade, encoberto por tais transações financeiras¹⁰² (CRUZ, 1984, p. 110).

Pode-se dizer que o impulso do endividamento externo e a intermediação financeira do setor privado – controlada, sobremaneira, pelo capital internacional – sinalizava a atrofia do sistema financeiro nacional privado e os limites do desenvolvimento do mercado de capitais interno autossustentado. Os financiamentos que demandavam recursos mais vultuosos e prazos maiores mantiveram-se, particularmente, delimitados ao capital externo e aos subsídios e investimentos estatais.

Nesse contexto, a dívida pública experimentou, igualmente, um salto qualitativo, incitada pelo próprio endividamento externo. As transações no *open market*, iniciadas em 1968 e aprofundadas a partir de 1970, vinculavam-se à expansão da base monetária diante da elevada entrada de capitais externos e do aumento expressivo de reservas internacionais, podendo acarretar em possíveis pressões inflacionárias. O governo, ensejando absorver a massa monetária em circulação, decidiu lançar elevados volumes de títulos da dívida pública no mercado. No entanto, o emprego dos ativos financeiros públicos passou a ser destinado, do mesmo modo, ao circuito de valorização financeira, a despeito da política de controle monetário. Dados apresentados por Wells (1973) apontam uma absorção monetária da ordem de Cr\$ 3.582 milhões, enquanto as reservas internacionais registraram o montante de Cr\$ 2.246 milhões no ano de 1971 (WELLS, 1973, p. 26-27). Este índice denotava o caráter da político-econômica em consonância à extensão de operações, meramente financeiras, conforme afirma, Conceição Tavares:

Estes títulos se destinam na realidade a alimentar um circuito financeiro privilegiado a pretexto de servir de contrapartida ao manejo das contas monetárias, internas e externas. Na verdade, ambos os títulos têm servido fundamentalmente de “base de expansão” para a circulação financeira, já que

¹⁰² Nesse escopo, ao analisar os empréstimos em moeda via Lei 4.131, conforme a origem do capital do prestador, evidencia-se a proeminência dos agentes externos. Em 1972, o setor privado foi responsável por 75% empréstimos e, desse montante, 27,3% era de origem nacional, enquanto 47,8% referia-se ao capital estrangeiro. (CRUZ, 1984, p.100). Do mesmo, se comparado à entrada de recursos líquidos via Lei 4.131 e Resolução 63, denotava-se o papel secundário das intermediações financeiras dos agentes nacionais: em 1972, 63% dos empréstimos em moeda foram realizados através da Lei de Remessas de Lucros, em contrapartida dos 37% efetuados mediante a Resolução 63. (CRUZ, 1984, p. 140).

o Tesouro não apresenta déficits de caixa que resultem de déficit fiscal (TAVARES, 1983b, p. 115).

Nestes termos, a oferta de títulos, projetava, ainda mais, a supremacia dos agentes financeiros e das multinacionais, ao reverterem-se em credores da dívida pública acrescentado, continuamente, sua lucratividade angariada pelos ativos financeiros públicos. É desnecessário pontuar a alta rentabilidade destes ativos afora a indexação, concediam taxas de juros elevadas e acima dos patamares internacionais, bem como operavam, sobretudo, a curto prazo em face da criação das LTNs. Ao longo dos anos 1970 e 1973, a dívida pública registrou o primeiro grande salto, passando de Cr\$ 10.111 milhões para Cr\$ 38.344 milhões (GOLDEINSTEIN, 1986, p. 106). O patente compromisso do Estado autocrático perante o capital monopolista e financeiro era de tal ordem, chegando ao ponto de o governo conceder linhas de financiamento e subsídios a custos rebaixados tanto para a esfera produtiva como para a financeira, como vimos no capítulo II. Segundo Mantega:

No centro das articulações financeiras com o exterior [estava] o imenso aparato financeiro estatal, comandando e procurando equilibrar o nada desprezível trânsito de divisas. [...]. Essas agências estatais de financiamento forneciam empréstimos a juros negativos, constituindo-se num importante sustentáculo da elevada lucratividade das empresas oligopolistas. Enquanto as empresas estatais se endividavam para produzir insumos básicos a “bon marché”, as agências estatais de financiamento forneciam empréstimos a juros negativos, arcando, na prática, com parte dos custos do capital constante e do capital de giro. [...]. De certa forma, o Estado fornece aos vários segmentos do capital monopolista quantidades de valor que ainda não [foram criadas] na estrutura produtiva local. Essas antecipações de valor contam não apenas com os recursos do exterior, como também com a crescente disponibilidade financeira interna que vai passando para as mãos do Estado. À medida em que este se tornou um dos grandes captadores da poupança nacional, negociando os papéis mais seguros e dentre os mais rentáveis do mercado financeiro (ORTN e LTN), o governo passou a deter uma disponibilidade financeira que lhe permite fornecer aos grupos oligopolistas uma quantidade de recursos maior que as suas entradas reais [...] (MANTEGA, 1979, p. 67-68).

Todo esse arcabouço pôde funcionar com relativo êxito enquanto a conjuntura internacional manteve-se favorável. A retórica oficial buscava, por sua vez, minimizar as pressões da dívida externa e encobrir os efeitos inflacionários em face expansão da base monetária. Contudo, os agudos desequilíbrios da balança de pagamentos oriundos do endividamento externo afiguravam o parco controle das contas externas brasileira. Desse modo, o quadro econômico em 1973 já era bastante preocupante e só fez agravar-se nos anos

seguintes¹⁰³. Após cinco anos de crescimento acelerado, a suposta pujança do “milagre” desmoronava a passos largos diante do “choque do petróleo”, da restrição do comércio internacional e da contração da liquidez internacional, isto é, durante a súbita desaceleração da economia mundial, demarcando a irrupção da crise do capital.

Os efeitos desse processo logo se manifestaram em bases internas, e o horizonte da crise instaurada no Brasil elucidava-se pelos alarmantes resultados da econômicos. Em 1974, a inflação alcançou a taxa de 35% e o PIB decresceu a 8%, chegando no ano seguinte, a 5%. (PRADO & EARP, 2009, p. 224). A balança comercial registrou, em 1974, o déficit da ordem de US\$ 4,5 bilhões. A deterioração das contas comerciais, vinculou-se, principalmente, à brusca elevação do preço do petróleo em vista da grande demanda interna por esse produto¹⁰⁴, ao passo que as reservas internacionais declinaram de US\$ 6,4 bilhões a uma ordem de US\$ 5,3 bilhões entre 1973 e 1974 (CRUZ, 1984, p. 42). De acordo com Baer (1984), a dívida externa líquida saltou de US\$ 7,3 bilhões (1973) a US\$ 13, 2 bilhões (1974), em decorrência da expansão do endividamento (de curto e longo prazos) e da redução das reservas internacionais (BAER, 1984, p. 72). Como já apontado, o setor produtivo foi, igualmente, impactado, salientando-se que tal fenômeno não se relacionava somente à instabilidade externa, mas também a determinações endógenas da acumulação de capital forjada ao longo do “milagre”.

Em suma, tornava-se evidente a fragilidade do “milagre”, configurado, substantivamente, pela subordinação ao capital externo e à primazia da lógica financeira no escopo interno e externo. A ditadura conduziu um projeto econômico apartado das demandas, de fato, nacionais, posto que concatenou uma dinâmica de desenvolvimento destinado ao aviltamento da classe trabalhadora, à retração do aparato produtivo sob o comando interno e ao aprofundamento da dependência brasileira através da qual parcela significativa da riqueza produzida internamente era drenada pelas multinacionais e pelo sistema financeiro

¹⁰³ De acordo com Macarini, em 1973 a equipe econômica, recorreu a mecanismos de controle preços para contornar o evidente aumento da inflação: “A heterodoxia delfiniana teve de recorrer às condenadas práticas dos governos populistas (tabelamento de alguns preços e o surgimento de ágios não computados nos índices de inflação) para obter um êxito ilusório: o IGP de 1973 foi de apenas 15,6%, o mais baixo desde 1964 – mas o deflator implícito do PIB registrou forte alta no ano (29,6%) e disseminou-se rapidamente a idéia de que ocorreria uma inflação reprimida (artificialmente).” (MARCARINI, 2008, p. 7)

¹⁰⁴ Ao lado do segmento de máquinas e equipamentos, os combustíveis e lubrificantes representavam a principal pauta de importações da economia brasileira: o coeficiente de importações referentes a máquinas e equipamentos era de 34,6% e de combustíveis e lubrificantes, 12%. O índice de importações, em 1974, apresentou um comportamento reservado, enquanto as máquinas e equipamento declinaram a 24,7%, os combustíveis alcançaram 23,4%. Quadro que denotava o peso da brusca elevação do preço petróleo sobre a balança comercial do país. (BAER, 1986, p. 156). Do ponto de vista do setor externo, revelava-se também os agravantes do afunilamento do comércio internacional: as exportações brasileiras passaram de um crescimento de 55%, em 1973, a 28%, em 1974, declinando a 8,9% em 1975. (BAER, 1986, p. 155).

internacional. Esse processo teve como resultado a atrofia da autonomia brasileira em determinar o curso do desenvolvimento nacional, tornando-se fortemente, submetido às instâncias externas. Trata-se, da reposição do nexu colonial sob bases mais agudizadas, cujo os rumos da economia nos anos subseqüentes foram redefinidos em razão da maior vulnerabilidade do país.

Se partimos do fundamento processual dos fenômenos políticos e econômicos, através do qual a totalidade histórica é conjugada por várias temporalidades, que vão determinando as particularidades da realidade social, podemos compreender, no caso da realidade brasileira, o significado da crise do “milagre”. Conforme salientamos, o esgotamento do “milagre” não foi, imediatamente, seguido por um reordenamento político-econômico. Esse quadro tornou-se ainda mais explícito em meados da década de 1980, cristalizando-se na década seguinte. A crise sinalizava os limites de um padrão de financiamento baseado no endividamento externo que assumia, cada vez mais, uma dimensão financeira, pautada pelas exigências do mercado de crédito internacional. Os eixos de articulação com o capital internacional e os dispositivos de captação de recursos externos, constituídos ao longo da ditadura, enfraqueciam a autonomia de financiamento da economia brasileira, uma vez que concederam às multinacionais a prerrogativa de captação líquida externa, manejando estes recursos conforme seus interesses de acumulação sem correspondência direta às demandas internas. Portanto, não é de se surpreender assistirmos à ascensão da lógica financeira, no bojo do endividamento externo, ao nos voltarmos à própria dinâmica da economia internacional nesse período.

Com recuo privilegiado no tempo, podemos notar que o recurso da dívida externa revelava-se bastante inseguro em face das determinações internacionais, isto é, o caráter financeiro do endividamento externo, tornando a economia brasileira mais vulnerável às políticas monetárias das nações do centro e às oscilações do sistema financeiro internacional. Por efeito, se as instabilidades da ordem capitalista provocassem forte contração da liquidez internacional, deteriorando os termos da dívida externa (elevação de juros e diminuição de prazos), restringiriam a capacidade de financiamento do país, ao passo que agravariam, sobremaneira, os desequilíbrios das contas externas, elevando as obrigações de ordem puramente financeiras. De fato, sabemos que este quadro atingiu tal magnitude apenas no início dos anos 1980. Mas, em consonância às considerações de Cruz (1984), entendemos a crise do “milagre” enquanto uma manifestação desse processo em menor escala, haja visto que a conjuntura internacional e os centros decisórios da ordem capitalista não haviam revelado ainda sua face mais perversa. Ao analisar a crise da dívida externa no Brasil, o autor afirma:

Na verdade, a importância assumida pelo componente financeiro nos desequilíbrios globais do setor externo só faz revelar uma das faces perversas do elevado endividamento externo. Isto porque a economia brasileira, à medida que aprofundou sua dívida, tornou-se [...] vulnerável a conjunturas mundiais recessivas e inflacionárias. [...] é nessas conjunturas que tendem a prevalecer, nos países centrais, políticas monetárias ortodoxas que, via elevação das taxas de juros internacionais, impactando negativamente a conta financeira das economias endividadas. Ou seja, os períodos em que se agravam os déficits na conta de mercadorias e de serviços produtivos são exatamente aqueles nos quais sobrevivem situações de “liquidez restrita” e de agravamento dos déficits puramente financeiros. Um quadro semelhante já se havia configurado no biênio 1974-75 mas com resultados menos evidentes, uma que o estoque da dívida era relativamente pequeno e que elevação da taxa de juros se processou com menor intensidade. Agora, os desequilíbrios do setor externo assumem um caráter predominantemente financeiro como resultado do impacto desequilibrador que o próprio endividamento exerce sobre o balanço de pagamentos. (CRUZ, 1984, p. 25).

À luz destas considerações, não desejamos cair em um argumento teleológico. No entanto, afora o caráter desigual do desenvolvimento histórico capitalista, atravessado por posições hierárquicas entre centro e periferia, a decisão do governo brasileiro em consolidar um padrão de financiamento sob o esteio do endividamento externo reafirmou a fragilidade desse dispositivo à medida que tal estratégia manteve-se conjugada pela mesma lógica nos anos subsequentes, resultando na crise da dívida externa. Deste modo, o cenário internacional claramente instável e as profundas transformações que se processavam na economia mundial e no Sistema Monetário Internacional exacerbavam as contradições do emprego de recursos externos para sustentar o crescimento econômico do país, e o recurso da dívida externa, tornava-se, cada vez mais, incerto e vulnerável, onde os impactos negativos tendiam a sobrepujar as apregoadas vantagens da entrada de capitais externos. Vejamos, então, o curso desse processo.

4.3.2 O padrão de financiamento do II PND e a estatização da dívida externa

O ciclo aberto após o “milagre”, sucedido pelo governo Geisel, foi marcado por um ponto de inflexão no Brasil, tanto no escopo político como no plano econômico. Esse período é notavelmente reconhecido pela emergência do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e pelo Projeto Distencionista que estabeleceu o início da transição “lenta, gradual e segura”. Nessa esteira, buscaremos demonstrar o fenômeno econômico mais proeminente desse processo: a exorbitante expansão da dívida externa que ganhou novos contornos por meio da estatização do endividamento externo. Assim sendo, procuraremos, em seguida, apresentar

também o caráter político dessa quadra histórica, caracterizado pelo aprofundamento das contradições entre o regime autocrático e as classes dominantes, bem como pelo impulso dos tensionamentos sociais.

O II PND foi anunciado na tentativa de superar a crise instalada no Brasil. O plano estabelecia, como principais objetivos, a manutenção do crescimento acelerado (previsão para o PIB de 10% a.a e da indústria de transformação em 12% a.a), a contenção gradualista da inflação e o reequilíbrio da balança de pagamentos. O programa, previsto para o próximo quinquênio (1975-1979), apresentava como diagnóstico dos desequilíbrios econômicos o desordenado desenvolvimento do aparato produtivo, onde os obstáculos identificados encontravam-se na atrofia do setor bens de capitais. A estratégia do crescimento econômico assumia então uma nova faceta, em que a produção de bens capitais obtinha proeminência no projeto de desenvolvimento nacional. Deste modo, dois eixos fundamentais orientavam tais objetivos: os ramos do setor intermediário – especialmente os segmentos metalúrgico, petroquímico e de energia – seriam reservados à atuação das empresas estatais, associadas ao capital tecnológico e financeiro externo; e os bens de capitais, máquinas e equipamentos, seriam desenvolvidos pelas empresas privadas nacionais por meio de linhas de financiamentos e créditos concedidos pelo Estado¹⁰⁵ (GOLDENSTEIN, 1986, p. 112-113).

Conforme assinala Tavares e Assis (1986), o comando da economia no governo Geisel foi conjugado por uma espécie de misto de ortodoxia e de pragmatismo (“desenvolvimentismo”), composto por Mário Henrique Simonsen, no Ministério da Fazenda, e por João Reis Veloso, no Ministério de Planejamento. Na Fazenda encontrava-se o controle mais direto da política econômica, sobretudo de curto prazo. Ao Ministério de Planejamento caberia a condução do II PND. Os autores destacam que diante de um quadro de crise acentuada interna e externamente “são as políticas de curto de curto prazo que tendem a predominar, pois se trata de superar restrições imediatas.” (TAVARES; ASSIS, 1986, p. 48). Nesse escopo, as medidas voltadas à questão inflacionária foram direcionadas a redução dos controles do CIP, permitindo a gradativa liberalização de preços: “aceitando como inevitável algum efeito inflacionário sob o eufemismo de inflação corretiva.” (TAVARES; ASSIS,

¹⁰⁵ Entre os mecanismos criados, no âmbito do aparato estatal, para alavancar recursos voltados ao setor privado, podemos destacar as medidas voltadas ao BNDE: “Por fim, a criação de três subsidiárias do BNDE, a Insumos Básicos – FIBASE, a Mecânica Brasileira S/A – EMBRAMEC e a Investimentos Brasileiros S/A - IBRASA, em maio de 1974, todas com o intuito de permitir ao Banco atuar na capitalização de empresas privadas por meio de participação acionária. Além destas três medidas, teve papel fundamental para a estratégia de desenvolvimento posterior, a reativação da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, com a finalidade de ampliar o crédito ao setor de bens de capital.” (MORAES, 2018, p. 118)

1986, p. 48). Por outro lado, as políticas monetárias, em consonância ao padrão de financiamento, foram demarcadas por constantes incentivos à tomada de recursos externos.

Foge ao escopo de nosso trabalho adentrar aos desdobramentos mais gerais acerca do II PND. O que buscamos salientar é que, embora o governo Geisel tenha ensaiado uma nova fase de “substituições” de importações sob a prerrogativa de superar os desequilíbrios estruturais da economia brasileira, o padrão de financiamento manteve-se inscrito nos mesmos termos do período anterior. Esse fenômeno foi, em grande medida, uma das contradições do II PND, que limitaram a concretização do projeto econômico ambicionado pela ordem militar. Nessa esteira, podemos constatar que os objetivos apregoados, nesse período, buscavam conciliar, paradoxalmente, medidas de curto prazo para estabilizar a economia e arrefecer os desajustes da balança de pagamentos, ao mesmo em que projetavam políticas de longo prazo para o desenvolvimento do país. Conquanto, como apontado por Tavares e Assis, o contexto de desaceleração da economia interna e de agudização da crise do capital revelava que a conformação destes dois objetivos era ainda mais contraditória e, com efeito, as políticas econômicas ficaram, em grande medida, circunscritas as prerrogativas de curto prazo, bem como de diretrizes voltadas à superação dos problemas de contenção da liquidez internacional¹⁰⁶.

A emergência da crise internacional em nada arrefeceu as assertivas do governo militar em atribuir às fontes externas o elo fulcral para financiamento da economia interna. O diagnóstico do governo Geisel acerca da conjuntura internacional era de que as instabilidades externas seriam breves e, portanto, o II PND poderia ser levado adiante sem maiores reservas, sustentado por recursos externos: “o aprofundamento do endividamento externo era visto como desejável, de vez que financiaria não mais um crescimento desequilibrado, como o do período anterior, mas sim a erradicação estrutural da dependência da economia brasileira em relação aos países centrais” (CRUZ, 1984, p. 19-20). A equipe econômica do regime militar

¹⁰⁶ Cabe ponderar que, tal apontamento não significa que o II PND não apresentou resultados apreciáveis ou que foi totalmente fracassado, contudo, o abandono do plano em meados de 1977, representava, em grande medida, as dificuldades de retomar a estabilidade econômico, em cenário de crise, e de congregar os objetivos de curto prazo ao ambicioso plano de concretizar as bases industriais do Brasil. Conforme pontua, Cruz: “As políticas restritivas implementadas ao longo de 1976, cujo coroamento se dava com o anúncio da contenção dos gastos públicos, significavam o golpe de misericórdia do projeto Brasil-potência consubstanciado no II PND. [...]. O anúncio de contenção de gastos, mesmo que não implicasse – como de fato não implicou naquele momento – corte real do investimento estatal, tinha um impacto fortemente desestabilizador sobre a indústria de bens de capital [...]. A recomposição das fontes de financiamento a favor dos recursos externos tinha, por sua vez, importantes reflexos sobre a política de compra das empresas estatais, que, passaram a receber maiores quantidades de *supplier’s credits*, muitos dos quais em detrimento da indústria doméstica de bens de capital. Nesse quadro, tornava-se claro o rompimento da principal articulação prevista no II PND: não só os grandes projetos públicos nas áreas de insumos básicos e de infra-estrutura começavam a ser postas em xeque como, principalmente, deixavam de viabilizar o “salto” do setor de bens de capitais.” (CRUZ, 1984, p. 49-50).

defendia ainda a necessidade de “hiato de recursos” como basilar para pôr em marcha o II PND, isto é, a dívida externa “teria a função de financiar o déficit na conta de mercadorias e de serviços produtivos que necessariamente acompanharia a trajetória de crescimento acelerado de uma economia atrasada.” (CRUZ, 1995, p. 123).

A desestabilização da balança de pagamentos era atribuída, primordialmente, às contas comerciais em face do aumento do custo do preço petróleo. Assim, foram empregadas medidas de contenção de importações, exceto àquelas essenciais à produção de bens de capitais e intermediários, mantendo-se a política cambial de incentivo às exportações¹⁰⁷. Por outro lado, o estímulo ao endividamento externo acomodou-se sob um novo registro, qual seja a socialização (estatização) da dívida externa. Dois importantes instrumentos que concorreram para esse processo, foram a Circular n°230/1974 e a Resolução 432/1977 do Banco Central. Perante a restrição da liquidez internacional, seguida pela irrupção da crise a nível mundial, o governo brasileiro ensejou concatenar medidas de proteção aos agentes econômicos que contraíssem empréstimos externos e, nessa esteira, preservar a entrada de capitais externos. Estes mecanismos autorizavam o depósito em moeda estrangeira junto ao BACEN e, deste modo, os recursos externos não utilizados poderiam ser aplicados no Banco Central, cabendo a este o encargo de cobrir os custos relacionados aos juros, aos spreads bancários e às desvalorizações cambiais¹⁰⁸. (CRUZ, 1984). No âmbito da administração das taxas de juros, a política monetária tornava-se igualmente mais permissiva. A Circular n° 305/1974 do BACEN reduziu de 25% a 5% o IR sobre juros, comissões e outras despesas oriundas de transações de empréstimos externos, e no ano seguinte a taxa foi reduzida a 3,5%. (CRUZ, 1984, p. 42). Somado a isso, em 1976, a Resolução n°367 autorizou a liberação das taxas de

¹⁰⁷“Assim, em junho de 1974, é anunciado o primeiro pacote de contenção das importações compreendendo, basicamente: 1) restauração da maioria das alíquotas aduaneiras que haviam sido objeto de redução ou isenção em 1973; 2) obrigatoriedade de fechamento, ou de pagamento de câmbio prévio, para os produtos com alíquotas superiores a 55%; 3) elevação de 100 pontos percentuais da alíquota de um conjunto de bens considerados supérfluos. A par disso, é mantida a política de minidesvalorização como forma de incentivar as exportações. ”. (CRUZ, 1984, p. 40-41). Ademais, as importações do setor público foram reduzidas em 10%. (CRUZ, 1984, p. 43). Em 1975, novas medidas foram implementadas para restringir as importações, conforme aponta Cruz: “ampliação da lista de produtos atingidos pelo recolhimento compulsório de 100% do valor do FOB da importação; redução não mais de 15, como antes anunciado, mas de 25% sobre os valores de 1975, das importações a serem realizadas por órgãos governamentais em 1976. ” (CRUZ, 1984, p. 51).

¹⁰⁸ Tavares e Assis, ao analisarem a Resolução 432, apontam: “Agora, qualquer devedor ao exterior poderia, a qualquer tempo, transferir ao Banco Central, em caráter temporário ou definitivo, o remanescente de sua dívida nas condições contratadas, desde que nele depositasse os cruzeiros correspondentes ao principal da obrigação na data. Foi o sinal para a estatização crescente da dívida privada, a um custo em dólares para o Banco Central equivalente ao *spread* arbitrado pelo credor e aceito pelo devedor originais – não raro, matriz externa e subsidiária interna de um mesmo banco, ou vice-versa.” (TAVARES; ASSIS, 1986, p. 70-71).

aplicação e captações financeiras e dos bancos de investimentos, o que significou um importante impulso a completa liberalização das taxas de juros (CRUZ, 1984, p. 53).

A despeito das políticas monetárias encetarem a expansão da captação privada de recursos externos, o quadro de crise em âmbito internacional e nacional reduzia o alcance dos objetivos apregoados pelo regime militar. O comportamento dos agentes econômicos tendia a corresponder às oscilações conjunturais, nas quais o endividamento privado externo se elevava durante o ciclo expansivo, ao passo que se arrefecia a busca por estes recursos em face da desaceleração da economia. Nessa esteira, para viabilizar a entrada de capitais externos, o setor público assumiu a prerrogativa de canalizar estes recursos para garantir o financiamento do II PND, bem como para cobrir os serviços da dívida externa. “A estatização da dívida atendia ao objetivo de financiar tanto os investimentos públicos previstos no II PND, como a necessidade de recursos do balanço de pagamentos, principalmente para a reciclagem da dívida externa.” (CAVALCANTI, 1988, p. 26). Ademais, foram implementados reajustes de preços e tarifas dos bens e serviços públicos, limitando a capacidade de autofinanciamento das empresas estatais e convertendo, praticamente, as fontes externas como único recurso para financiar a economia do país.¹⁰⁹

Nessa esteira, diferente do período do “milagre”, ocorreu uma inversão do circuito do endividamento externo. Se entre 1972 e 1973 o setor privado representava quase 70% da dívida externa via Lei nº 4.131, nos anos seguintes o setor público se tornou o principal intermediador da dívida externa: em 1972, a esfera pública respondia a 24% da dívida externa via Lei nº 4.131, passando este montante a 51,1% em 1976 e a 76,8% em 1979. (CRUZ, 1984, p. 94). O novo impulso da dívida externa brasileira foi ancorado, sobretudo, pela restauração da liquidez internacional e pela grande oferta de crédito no Euro-mercado em face da “reciclagem dos petrodólares”, iniciada em meados de 1976¹¹⁰. Nesse período, o custo com o

¹⁰⁹ “Em janeiro de 1975 o CDI fixou em 20% o limite superior do reajuste dos preços e tarifas de bens e serviços públicos para todo o ano. E mesma política foi adotada nos anos imediatamente seguintes, agora no bojo das „políticas restritivas“ que prevalecem a partir de 1976. Essa política significava, em última instância, que as empresas estatais estavam impossibilitadas de exercer seu „poder de monopólio“, via preços, para assegurar um crescimento autofinanciado” (CRUZ, 1984, p. 120).

¹¹⁰ Conforme pontua Furtado: “Foram estes últimos [países do Terceiro Mundo] (e os socialistas) que absorverem o excedente da OPEP, o que foi feito com a cooperação entusiasta dos bancos privados internacionais, que transformaram a aparentemente difícil tarefa de “reciclagem” dos petrodólares em um grande negócio financeiro”. (FURTADO, 1982, p.18). De acordo com Baer: “Para os banqueiros internacionais é mais seguro emprestar ao Estado, seja à administração central ou a grandes empresas públicas, como forma de garantir o pagamento das dívidas numa conjuntura que tendia certamente à recessão” (BAER, 1986, p. 120). Em 1976, o Brasil absorveu cerca de 11%, dos 52,2% de créditos concedidos pelo Euro-mercado aos países subdesenvolvidos, índice que apresentou um relativo decréscimo em 1979: dos 57,9% dos créditos disponibilizados aos países subdesenvolvidos, 7,6% foram captados pelo Brasil. Se analisarmos os montantes totais, dos créditos ofertados ao Brasil pelo Euro-mercado, verificamos a elevação crescente dos empréstimos

serviço da dívida externa elevou-se substancialmente, passando de 15,7% a.a (1970-1974) a 30% a.a (1975-1980). Assim, o afunilamento do comércio internacional e a redução das exportações – apresentando uma média de 16,6% (1975-1980) – resultaram em uma canalização, cada vez maior, dos fundos alavancados pelo setor exportador para cobrir as obrigações da dívida externa, chegando à 70% em 1979, e a 80% em 1982. (BAER, 1986, p. 83).

O caráter financeiro do endividamento externo exacerbava-se cada vez mais, fenômeno que não se expressava apenas pelo aumento com os custos dos serviços da dívida, mas também pelo comportamento das contas de mercadorias e de serviços produtivos. Entre 1977 e 1978 as contas comerciais apresentaram uma relativa melhora, registrando um déficit de US\$ 3,8 bilhões. Porém, a entrada líquida de capitais de empréstimos foi da ordem de US\$ 13,5 bilhões, ao passo que os juros líquidos alcançaram a cifra de US\$ 4,8 bilhões e as reservas internacionais chegaram a US\$ 5,8 bilhões. Desse modo, 36% da contratação de recursos líquidos externos, nesse período, referia-se à cobertura de juros, e 40% eram destinadas às reservas internacionais (CRUZ, 1984, p. 22). À vista disso, é possível visualizar que a retórica da ordem militar novamente contradizia-se, uma vez que ampla parcela da dívida externa não era, necessariamente, alocada no setor produtivo, mas era drenada pela esfera financeira.

Como já demonstrado, o contexto internacional, no curso da década de 1970, foi demarcado pelo aprofundamento da acumulação financeira através do qual a reprodução ampliada do capital reagia ao ritmo de desaceleração do setor produtivo e da queda na taxa lucro, por meio transações que auferiam rendimentos puramente financeiros. Logo, o movimento da economia brasileira correspondia, em última instância, às próprias transformações do capitalismo em escala global e à clara opção das autoridades governamentais em sustentar o padrão de financiamento dos projetos do setor público em razão da captação de capitais externos¹¹¹. Nestes termos, o endividamento externo do Brasil adentrava em um ciclo de retroalimentação da dívida desencadeada pela rolagem das crescentes obrigações financeiras que, ao invés de arrefecer, intensificava os desajustes estruturais da economia. Conforme, assinala Furtado:

líquidos adentrados no país: Em 1976, o volume de capitais foi de US\$ 3,2 bilhões e, em 1979, esse montante alcançou a cifra de US\$ 6,2 bilhões. (BAER, 1986 p. 76, e p. 153).

¹¹¹ De modo geral, os setores públicos que mais se destacaram na captação de recursos, via Lei 4.131, foram: 1) O setor de energia que representava 3,6%, em 1972 passando a 25,1% em 1980; 2) A siderurgia que correspondia a 0,2%, elevando-se a 7,9%; 3) A intermediação financeira passou de 3,5%, em 1972 a 11,1%, em 1980; 4) A administração pública, elevou-se de 1,2% a 17%, em 1980. (CRUZ, 1984, p. 96).

Ao endividar-se no exterior, a fim de compensar desequilíbrios que tem sua origem em desajuste estrutural de balanço de pagamentos, o país periférico cria as condições para que esse desajuste persista e se agrave. Os recursos do exterior são postos pelo sistema bancário à disposição de empresas, que assim podem prosseguir pela pista que já vinham trilhando. Como persiste o mesmo estilo de desenvolvimento, a insuficiência da poupança interna e a pressão no balanço de pagamentos continuam a agravar-se. Em realidade, é de se esperar que a insuficiência da capacidade para importar venha a aumentar pois ao custo da transnacionalização do sistema produtivo deve adicionar-se o serviço de uma dívida externa crescente. (FURTADO, 1982, p. 124).

O aumento desenfreado da dívida externa assumia outra faceta perversa, a “ciranda financeira” da dívida pública. O lançamento de LTNs e ORTNs – em tese para enxugar a base monetária e arrefecer as pressões inflacionárias oriundas da elevação das Reservas Internacionais – revelou-se um mecanismo especulativo que acelerava a inflação. Afóra a manutenção de alta taxa de juros, os agentes econômicos, ao prever os rendimentos dos ativos financeiros, via correção monetária, calculavam a inflação futura, em geral, acima da inflação corrente. Isto garantia a alta rentabilidade dos títulos públicos e privados, ao alavancar ainda mais os juros e impulsionar operações financeiras de caráter estritamente especulativo. No âmbito da demanda, a ampliação das taxas de juros majorava o custo do crédito ofertado às empresas, que acabavam por repassar tais custos aos preços finais, agravando o ciclo inflacionário. (TAVARES, 1983b, p. 135).

Esse circuito especulativo e inflacionário, era retroalimentado, em última instância, pela crescente valorização da LTNs e ORTNs. A despeito de absorver a base monetária e/ou beneficiar a tomada de recursos externos, os títulos públicos fortaleciam a espiral financeira-especulativa, posto que a liquidez garantida destes ativos lastreava as operações de curtíssimo prazo. Ao passo que, ao expandir a dívida pública acrescia-se, sobremaneira, os encargos com os serviços da dívida sendo, cobertos pela emissão de novos títulos. (TAVARES, 1983b, p. 138). Com efeito, tal mecanismo acelerava a velocidade da acumulação financeira propiciada por transações puramente especulativas. Para se ter uma ideia, o volume da dívida pública saltou de Cr\$ 47 milhões em 1974, para Cr\$ 240 milhões em 1977 (MANTEGA, 1979, p. 80).

Neste diapasão, padrão de financiamento Brasil, acomodava-se sob as mesmas vulnerabilidades do período anterior. Além da lógica majoritariamente financeira da entrada dos recursos externos, entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980, cerca de três quartos da dívida externa brasileira correspondiam a contratações a taxa de juros flutuantes. (BAER, 1993, p. 75). Ademais, a estatização destas obrigações já era um fato consolidado: em 1978, o endividamento externo alcançou o montante de US\$ 43,5 bilhões de

dólares, dos quais, US\$ 27,5 bilhões (63%) equivalia à dívida da esfera pública (CARNEIRO, 2002, p. 94). A liquidez internacional, aparentemente favorável à tomada de empréstimos externos em face da “reciclagem dos petrodólares”, logo se reverteu em um cenário dramático para a realidade brasileira. O grau de instabilidade da economia internacional, exprimiria, agora, a particular violência do mercado capitalista e da supremacia das nações do centro. Em suma, o capitalismo em escala mundial situava-se em um ponto de inflexão, quando a crise do capital ganhou proporções nas quais pequenos ajustes não respondiam mais às necessidades da reprodução ampliada do capital. Nesse escopo, as resoluções e alternativas postas em marcha direcionavam-se a transformações estruturais da ordem econômica que afetaram de forma bastante desigual e adversa as economias do centro e da periferia.

Este reordenamento macroeconômico consagrou-se, em termos globais, na razão direta da retomada hegemônica dos EUA. A conformação de um mercado financeiro onipotente conjugou a hegemonia estadunidense à medida que a liberalização tome conta dos mercados nacionais e das transações internacionais. A afirmação do dólar como moeda corrente nas negociatas mundiais será o restabelecimento dos EUA como bastião da ordem societal capitalista.

O ano de 1979 foi emblemático para a ordem capitalista. Doravante, encetava-se a reestruturação do padrão de acumulação sob dominância financeira e a restauração da hegemonia norte-americana. A valorização cambial do dólar e a abrupta elevação da taxa de juros do FED, somado ao segundo “choque do petróleo” em 1978, resultaram em um quadro agravante para a economia brasileira¹¹². A balança comercial brasileira, fortemente impactada pelo aumento do preço petróleo, registrou o déficit de US\$ 5,8 bilhões em 1979, chegando a US\$ 6,4 bilhões em 1980. (BAER, 1986, p. 112). Por outro lado, o aumento substantivo da taxa de juros, concatenado a contratação da dívida a taxas flutuantes, reverteu o endividamento externo do país em obrigações, puramente financeiras. Isto é, os juros líquidos ultrapassaram, pela primeira vez, os empréstimos externos, entre 1979-1980. “De fato, as tomadas líquidas totalizaram 9,2 bilhões de dólares, enquanto os juros líquidos alcançaram o montante de 10,5 bilhões de dólares” (CRUZ, 1984, p. 24). Esse movimento apresentou um ritmo crescente nos anos seguintes, deteriorando rapidamente as contas externas brasileiras: em 1982, o diferencial entre os empréstimos externos contratados e os juros líquidos chegou a

¹¹² Estima-se que as taxas de juros reais internacionais, elevaram-se do patamar de 1%-1,5% (1978-80) passaram a 7%-8% (1981-82) e que a dívida externa brasileira teve um acréscimo de US\$ 10 a 16 bilhões (1979-82) apenas pela elevação da taxa de juros. (BAER, 1993, p. 76-77).

US\$ 5,9 bilhões, passando a 9,7 bilhões, em 1983 e alcançado a extraordinária cifra de US\$ 11,4 bilhões, em 1985. (PAGANO, 1991, p.30).

Enquanto o Brasil encontrava-se à beira do colapso, o exorbitante aumento da dívida externa da periferia e os sinais de possível moratória redundaram em uma restrição da liquidez internacional a essas economias. Na verdade, os fluxos de capitais movimentavam-se, agora, no sentido oposto, deslocando-se da periferia para o centro¹¹³. Diante desse contexto, a reação do Brasil, ainda nos primeiros anos do governo Figueiredo, foi a adoção de uma política abertamente recessiva por meio de corte de gastos públicos e contenção de importações, bem como já se verificava os primeiros indícios de privatizações¹¹⁴. No entanto, os persistentes obstáculos para alavancar recursos e o encurtamento dos créditos internacionais que bloqueavam a capacidade do Brasil cobrir os elevados encargos da dívida externa, resultaram em queimas de reservas internacionais e, a partir de 1982, os déficits do Brasil passaram a ser cobertos, integralmente, pelas reservas cambiais (CANEIRO, 2002, p. 122). O baixo nível das reservas internacionais levou o Brasil quase à insolvência em 1982, o que resultou na capitulação definitiva país ao FMI em 1983.

O anúncio do documento *Programação do Setor Externo* em 1983 marcou esse processo, através do qual o regime militar reconhecia que, em última instância, a crise enfrentada pelo Brasil era determinada pela restrição externa, ao passo que, no plano interno, estabelecia-se um corte real de 20% do volume de investimento público, ajustes nos preços dos serviços públicos, aumento de impostos, contenção creditícia e aceleração das minidesvalorizações (BAER, 1986, p. 125-126). A abertura das negociações junto ao FMI para o regaste das contas externas brasileiras, apresentava como condicionantes, por parte do organismo multilateral, o cumprimento de um programa econômico direcionado a cortes

¹¹³ “Entre 1980 e 1983, houve primeiro uma diminuição brutal das entradas líquidas de crédito privado para os países em desenvolvimento, que passaram de 26 a 1,6 bilhão de dólares. Depois, a partir de 1984, o fluxo praticamente passou a correr no sentido em sentido contrário, tornando-se uma transferência líquida de 25 bilhões de dólares aos bancos devedores.” (CHESNAIS, 1996, p. 256).

¹¹⁴ “Em julho de 1980, o governo determinou um corte generalizado de 15% nos investimentos programados pelas empresas estatais para aquele ano, além de outros cortes nos gastos correntes e no crédito para o setor público. Além disso, se restringiram as importações para as empresas públicas, exigindo-lhes maiores prazos para seus financiamentos externos.” (BAER, 1986, p. p. 119). “O decreto nº 86.215, de 15 de julho de 1981, “fixa normas para transferência, transformação e desativação de empresas sob controle do Governo Federal.” Esse é, sem sombra de dúvida, o primeiro instrumento legal de normatização das privatizações no Brasil. (ALMEIDA, 2010, p. 185). Entre 1981 e 1984, vinte empresas foram vendidas a agentes privados: “As vinte empresas privatizadas, encontravam-se nos setores de papel e celulose (Rio Grande Cia. de Celulose do Sul, Florestal Rio Cell, Indústria Brasileira de Papel – Indrapel), têxtil (Cia. América Fabril, Fábrica de Tecidos Dona Isabel, Fiação e Tecelagem Lutfala), siderurgia (Nitriflex S.A – Indústria e Comércio, Cia. Brás de Cimento Portland Perus), energético (Força e Luz Criciúma S.A) e audiovisual (Encine Audiovisual). Contam também uma editora (José Olympo) e uma empresa de sistemas educacionais (Sindacta)”. (ALMEIDA, 2010, p. 187).

públicos; redução do setor público; supressão de subsídios e taxas de juros preferenciais. Na esfera do sistema financeiro, propunha-se a liberação das taxas de juros, bem como das limitações quantitativas, no qual o volume de liquidez deveria ser administrado por instrumentos convencionais, como reservas compulsórias, redescontos e transações de *open Market*. No plano comercial, sugeria-se a abertura da economia por meio da eliminação de restrições quantitativas tanto para saída de capitais como para importações. (BAER, 1986, p. 127-128).

Nesse escopo, o FMI, ressurgiu, sob a égide da hegemonia norte-americana e do capital financeiro, como organismo de regulação e fiscalização das economias periféricas que são orientadas a implementar planos econômicos restritivos. A atuação do FMI era direcionada por medidas de curto prazo em razão do cumprimento das obrigações de dívida externa da periferia. As resoluções do FMI assumem a faceta de um programa austero, cada vez mais duro, em que os ajustes de curto prazo exprimem o abandono de um desenvolvimento econômico coordenado a longo prazo, o que em geral, acarretam consequências sociais de amplas magnitudes, ao passo que representam abertamente as diretrizes de liberalização econômica e do padrão de acumulação sob dominância financeira (MOFFITT, 1984). Embora as primeiras negociações encetadas pelo Brasil com o FMI não tenham resultado na imediata adoção da plataforma neoliberal, tal episódio foi um passo significativo nesta direção. De fato, a década de 1980 foi notadamente um interregno de disputas entre as frações da burguesia em torno do projeto de desenvolvimento do país, encerradas apenas no curso dos anos 1990 sob a égide das reformas neoliberais.

A despeito das contradições que marcaram a transição ao neoliberalismo no Brasil, o que podemos notar é que, o estado recessivo da economia brasileira, prologado por toda a década de 1980, indicava o fim do ciclo de crescimento da economia aberto com o “milagre” econômico, assim como a crise da dívida externa e as restrições da liquidez internacional ao Brasil assinalavam o esgotamento do padrão de financiamento arquitetado no curso da ditadura. Este fato não pode ser considerado algo isolado, mas como parte de um constructo estimulado desde o golpe quando se deslocou o eixo central da dependência econômica do campo tecnológico e industrial para o campo financeiro.

O sentido mais amplo da crise instaurada no Brasil, articulada à internacionalização financeira foi a ascensão de uma “nova dependência”, conforme afirma Furtado. Nessa esteira, a crise da dívida externa, não representou apenas a interrupção de um padrão de financiamento uma vez que, a imposição de políticas econômicas movidas pela lógica monetarista e liberalizante, restringia a autonomia das políticas econômicas nacionais e com

efeito, interrompia, em última instância, a possibilidade de se pôr em marcha um projeto de desenvolvimento nacional¹¹⁵ (FURTADO, 1982). Doravante, um novo capítulo da história brasileira foi aberto, através da qual a subordinação do Brasil ao capital financeiro foi consubstanciada em novas bases a partir das diretrizes neoliberais.

4.3.3 II PND e os conflitos políticos do regime autocrático

A quadra histórica aberta com o Governo Geisel foi atravessada por um período de instabilidade que ameaçava o poder consubstanciado pela ordem autocrática. A crise econômica, desencadeada em meados de 1974, desdobrou-se em uma crise política de amplas proporções onde se inscreveu o início da abertura democrática. O alijamento das camadas populares e da classe trabalhadora, concatenado ao longo da ditadura, aprofundou-se em face da recessão econômica e da aceleração inflacionária¹¹⁶. Com efeito, organizações sociais e de trabalhadores reacenderam nesse cenário, acentuando as tensões sociais e fortalecendo a luta contra o regime militar, ao passo que dentro do próprio regime projetava-se o aprofundamento das contradições com o esgotamento da fase de acumulação do “milagre” econômico. Nessa esteira, o governo Geisel marcou o início da transição – “lenta, gradual e segura” – da Ditadura Militar à Nova República para alterar alguns aspectos da institucionalidade implantada com o AI-5.

O projeto tinha como principais eixos a retomada das funções do poder judiciário relacionadas à manutenção da ordem – antes concentrada no poder executivo –, o arrefecimento da repressão sobre as organizações da sociedade civil e a flexibilização da esfera política institucional. O objetivo era realizar aberturas políticas que estivessem dentro de limites aceitáveis, ou seja, não seriam aceitas “pressões indevidas”, sob o risco serem

¹¹⁵ “Com o avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, debilitam-se os sistemas econômicos nacionais. [...]. Os países marcados por acentuada heterogeneidade cultural e/ou econômica serão submetidos a crescentes pressões de forças desestabilizadoras. [...]. O intercâmbio de serviços, particularmente os financeiros e tecnológicos, cresce em detrimento do de bens tradicionais. Na dinâmica desse sistema, prevalecem as forças tendentes a reproduzir a atual clivagem desenvolvimento/subdesenvolvimento.” (FURTADO, 1998, p. 38). Nas palavras de Campos, acerca da “nova dependência” postulada por Celso Furtado: “Para Furtado a crise da dívida externa que acometeria a América Latina no limiar dos anos 1980, em especial o Brasil, não se constituiu como uma simples crise do financiamento da industrialização, mas a atrofia tanto dos meios quanto dos fins para alcançar o desenvolvimento nacional, cujos limites do desenvolvimento capitalista brasileiro descortinavam seu contínuo caráter dependente e subdesenvolvido. Mais do que um bloqueio passageiro, que poderia ser suplantado a qualquer momento pelo mero crescimento econômico, instaurou-se nesse contexto uma relação inconciliável entre dependência e desenvolvimento”. (CAMPOS, 2014, p. 82).

¹¹⁶ “A estrutura de renda no Brasil já era concentrada na década de 60, com os 20% mais ricos apropriando-se de 54% da renda nacional. Sua ampliação foi de tal ordem que em 1970 esses mesmos 20% participaram com 62% da renda total, passando ainda, em 1976, para 67% da renda nacional. De forma inversa, os 50% mais pobres da população diminuíram sua participação de 17,7% em 1960 para 11,8% da renda total em 1976.” (MENDONÇA; FONTES, 1996, p. 32).

repreendidas na mesma intensidade. Assim, encaminharam-se as mudanças na política representativa institucional, sendo este o espaço destinado aos conflitos políticos (e dentro da ordem), mas não outras formas de manifestações políticas para além do espaço institucional. Essas mudanças eram direcionadas ao poder legislativo e às eleições parlamentares, ao mesmo tempo que a atuação partidária se mantinha restrita à Arena e ao MDB. No tocante às organizações da sociedade civil, foi concedida maior atuação às Igrejas e aos veículos da grande imprensa, que mantinham uma posição crítica, mas estavam dentro da ordem (MACIEL, 2004, p. 100-101).

Com a reativação da representação política, o MDB obteve um crescimento significativo nas eleições parlamentares de 1974, ampliando sua atuação institucional e manifestando a evidente insatisfação social com o governo militar, uma vez que o partido aglutinava o campo institucionalizado da oposição ao regime. (DEO, 2014, p. 315). Embora a vitória do MDB denotasse um avanço das forças contestatórias à ordem autocrática, a reativação da representação política, como aponta Maciel, foi feita para absorver num sentido apassivador os interesses da burguesia, evitando uma “contaminação” do Estado por demandas populares. Tratou-se, em última instância, de uma abertura à representação política das classes dominantes: “Funcionando como um campo de disputa flexível para a acomodação dos conflitos interburgueses, porém, relativamente impermeável às demandas das classes subalternas.” (MACIEL, 2004, p. 87).

O fim da fase expansionista acirrou as disputas intercapitalistas através das quais as frações da burguesia, acomodadas nas franjas da ditadura, passaram se mover contra a política econômica delineada pelo governo Geisel, desencadeando fissuras do bloco histórico forjado sob a égide autocrática. Desse modo, a ampliação dos canais de participação e de tomada de decisões das frações burguesas correspondia a um arranjo político que ensejava conjugar as disputas e divergências no interior da classe dominante, sem comprometer o poder da burguesia. Ou seja, buscava-se estabelecer mediações políticas mais flexíveis para evitar que conflitos interburgueses em torno da ditadura fossem revertidos em uma caixa ressonância das demandas das camadas populares. Em suma, o Projeto Distencionista apresentou-se como uma saída para conduzir a transição salvaguardando a ordem autoritária a partir de outros marcos legais. (MACIEL, 2004, p. 86). Entre 1974 e 1976, o mais ilustrativo das contradições que se engendravam entre o governo militar e os setores capitalistas foram os questionamentos de parte do empresariado em razão da ampla atuação estatal.

O anúncio do II PND – o qual trazia muitas incertezas de como iria se configurar a economia no país – provocou mobilizações das frações do capital, sobretudo monopolista e

financeiro, contra a intervenção forte do Estado na economia. A chamada campanha anti-estatista denotava, em grande medida, a reação da esfera industrial de bens duráveis – ou seja, as multinacionais e os segmentos nacionais associados ao capital estrangeiro – uma vez que o programa econômico direcionado à expansão da produção de bens de capitais poderia mitigar os interesses econômicos deste setor, principalmente, em um cenário de crise. Por outro lado, à esfera financeira contrapunha-se a qualquer política excessiva que afetasse as medidas contra a inflação (MENDONÇA & FONTES, 1996, p. 62). De acordo com, Velasco e Cruz:

[...] a questão da intervenção estatal na economia ganharia centralidade no início de 1975, quando se converteria em objeto de uma campanha sistemática movida por alguns dos principais órgãos da grande imprensa e encampada por grande parte dos organismos de cúpua do empresariado. Durante um ano e meio, aproximadamente, o governo foi submetido ao fogo cerrado dos críticos, que denunciavam a presença crescente do Estado nos mais diversos setores da economia, o avanço irrefreável das empresas públicas, o controle exercido sobre a destinação da poupança social, os quais estariam sufocando a livre empresa, destruindo os fundamentos da economia de mercado e, dessa forma, solapando as bases do regime de liberdades encarecido por todos. (VELASCO e CRUZ, 1997, p. 94).

Nesse escopo, as diferentes tônicas das frações burguesas revelavam-se por parte do setor bens de capitais nacional e do setor agrário. Por um lado, reivindicava-se a implementação da política industrial e o estabelecimento de controle sobre competidores externos, definindo reservas de mercado de interesse do setor bens de capitais. Enquanto, o setor agrário, pleiteava a manutenção de subsídios para o financiamento do setor exportador. (MENDONÇA & FONTES, 1996, p. 62). Contudo, conforme aponta Velasco e Cruz, ainda que essas dissonâncias acerca do projeto industrial tenham reverberado oposições ao discurso anti-estatizante, tais refutações foram de pouco alcance. Em geral, não se projetou uma contraposição direta entre estes setores “coexistindo no tempo como que em departamentos estanques, sem jamais se confrontarem.” (VELASCO e CRUZ, 1997, p. 96). De todo modo, as tensões sobre o governo militar se intensificavam, uma vez que este era interpelado por distintos interesses e reivindicações por parte do empresariado. (VELASCO e CRUZ, 1997, p. 96).

No âmbito da representação instrucional, a intermediação do MDB atrelou tanto as forças populares, que se opunham desde o início a ditadura, até setores de oposição interna ao bloco no poder (frações do capital industrial médio e camadas tradicionais da classe média urbana). Ao aglutinar uma grande diversidade de grupos políticos e de diferentes classes, essa “frente” oposicionista enfrentava contradições, em especial, pelos limites do próprio MDB ao canalizar por meios eleitorais o conflito político mantendo-se dentro da ordem. (MACIEL,

2004, p. 104). De modo geral, essas ambiguidades se expressavam entre aqueles políticos definidos como “neo-autênticos” assumindo uma posição mais radicalizava contra o regime militar e apoiados por vários movimentos sociais, ao passo que os chamados “autênticos” se caracterizavam por ações mais moderadas e orientadas pela acomodação de pressões circunscritas aos limites da ordem autocrática. Os dilemas postos em torno da articulação institucional são resultados do Projeto Distencionista, que colocou como única alternativa a mediação com o MDB e a via eleitoral e resultou na relação inorgânica entre este e os movimentos sociais, os quais prezavam pela autonomia organizacional e independência política. (MACIEL, 2004, p. 130).

Mesmo com tais limites, o MDB conseguiu aglutinar diferentes movimentos populares que tiveram importância no processo de reorganização dos instrumentos de atuação das camadas populares, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), associação de moradores, ação sindical independente e movimentos específicos (estudantes, mulheres, negros). A partir do enfrentamento com o sistema capitalista e com a institucionalidade autoritária, estes movimentos ganhavam amadurecimento e autonomia na sua capacidade de organização perante o Estado e os partidos, avançando na sua pauta específica e engrossando o movimento antiautocrático. Estes movimentos estiveram imbricados ou influenciados por algumas instituições e organizações, como a Igreja e organizações de esquerda. (MACIEL, 2004, p. 105).

A concatenação da oposição ao governo militar, atravessada por diversos forças sociais e setores da burguesia era, portanto, bastante controversa. Esse cenário paradoxal pôde ser evidenciado pelo próprio liberalismo propugnado pelas frações burguesas ao assumirem uma posição considerada mais oportunista do que comprometida com a transição a uma democracia integrada às demandas sociais e da classe trabalhadora. Na esfera política, tal liberalismo era compreendido e defendido nos termos do Projeto Distencionista, ao passo que, no âmbito econômico, suas reivindicações eram sustentadas pelas garantidas às livres ações das empresas como pressuposto da democracia, ao combate ao capitalismo de Estado e ao comunismo (MACIEL, 2004, p. 115). Por outro lado, embora o Projeto Distencionista apregoasse o arrefecimento da repressão, o percurso da “abertura” foi marcado por ações extremamente autoritárias, em especial contra os movimentos antiautocráticos. Nesse bojo, dentre tantas operações repressivas, podemos descartar dois episódios emblemáticos: o assassinato do jornalista Vladimir Herzog (1975) e do operário Manual Fiel Filho (1976) nos porões do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em São Paulo. A ressonância destas duas mortes, explicitavam as

torturas praticadas pelo regime militar, acabando por acirrar as manifestações dos setores da pequena burguesia, da Igreja e classe trabalhadora contra ditadura (DEO, 2014, p. 316).

O cenário de crescente instabilidade política e econômica foi sucedido às alterações no Projeto Distencionista, e a “abertura” enfrentava novos obstáculos institucionais a partir de 1977. O avanço do MDB na esfera legislativa, fortalecido pelas eleições municipais de 1976, era retratado como risco aos setores alinhados à Arena, posto que aquele movimento constituía um recuo do controle do poder parlamentar por parte do governo, configurando uma ameaça à abertura “lenta, gradual e segura”. Nesse escopo, situava-se as negociações acerca das “reformas políticas” no âmbito parlamentar, cuja a proposta do governo encaminhada ao legislativo reduzia as reformas ao Poder Judiciário, ao passo que o MDB – liderado, nesse momento, por uma articulação “anti-moderada” – reivindicava a adoção de outras medidas, como a extinção do Conselho Nacional de Magistratura e a retomada do *habeas corpus* (MACIEL, 2004, p. 148). Diante da derrota da proposta governista e do evidente enfraquecimento do governo no parlamento, Geisel recorreu às prerrogativas vigentes pelo AI-5 e decretou o recesso temporário do Congresso Nacional. Estas medidas constituíam o chamado Pacote de Abril, através do qual foram promulgadas eleições indiretas para o governo estadual e para um terço do senado, e prorrogação dos mandatos até 1980. Cabe lembrar que 1978 seria ano de pleito eleitoral e, nesse sentido, Geisel estabeleceu “mecanismos institucionais” para salvaguardar a transição sob a égide autocrática à medida que garantiu o controle do Senado pelo Poder Executivo. Sucidadas as eleições, Geisel implementou novas disposições legais que sinalizavam medidas “democráticas”, tais como o gradual fim da censura e a Emenda Constitucional nº11, de outubro de 1978, promulgando o fim do AI-5 (DEO, 2014, p. 316).

No plano econômico, apesar dos esforços do governo em completar a indústria de bens de capitais, o II PND foi definitivamente abandonado no fim de 1976 e meados de 1977, e as medidas ortodoxas, reforçadas¹¹⁷. Como vimos, para combater os desequilíbrios e a inflação, o governo adotou uma política que ampliou a dívida externa e pública, sobretudo a partir de 1976 com recuperação da liquidez internacional em face da “reciclagem dos petrodólares”. Deste modo, a derrota do II PND não afastou o regime militar da burguesia, mas fortaleceu sua ação no horizonte desta classe, bem como concedeu poder de decisão às frações da

¹¹⁷ “A tentativa de reversão da política de demanda e a repressão aos preços públicos foram os predominantes da política de curto prazos, nos últimos dois anos do mandato do presidente Geisel. Promoveu-se uma política monetária mais restritiva, com desaceleração de meios pagamentos e dos empréstimos ao setor privado, além da fixação de uma taxa de juros básica positiva em termos reais para o sistema financeiro pela primeira vez desde 1917.” (CARNEIRO, 1990, p. 307).

burguesia acerca dos rumos das políticas econômicas. Conforme buscamos apontar, o padrão de financiamento moldado pelo endividamento externo integrava-se, abertamente, aos interesses do capital monopolista e financeiro internacional, a despeito das instabilidades provocadas na economia interna. Por outro lado, verificava-se, a partir de 1977, o fortalecimento do discurso liberal por parte do empresariado, passando a se pronunciar publicamente acerca de temas da política-instrucional, defendendo a retomada das liberdades democráticas (VELASCO e CRUZ, 1987, p. 98). O campo de interlocução liberal alçou maiores projeções no curso da transição, sobretudo por congregar forças em torno do capital monopolista. Embora tenham se desenhando algumas contestações diante condução da política econômica subordinada às demandas do capital financeiro, a capacidade destes segmentos, sobretudo da indústria nacional de bens capitais, era bastante limitada para se sobrepujar à dinâmica e potência do capital monopolista e financeiro (MENDONÇA; FONTES, 1996, p. 62).

Nesse bojo, os acentuados tensionamentos sociais e as dramáticas consequências dramáticas da crise sobre a classe trabalhadora, esta cada vez mais aviltada, fez ressurgir o movimento sindical, mesmo diante do aparelho repressivo do Estado. A luta em torno da reposição salarial em 1977, congregando trabalhadores do ABC paulista, desencadeou uma onda de greves de ampla projeção entre os anos 1978 e 1979, concentrado em núcleos do parque industrial moderno, como os metalúrgicos, irradiando-se, posteriormente, nas esferas da construção civil e dos serviços urbanos. Para termos uma ideia, a greve iniciada pelos metalúrgicos do ABC (maio de 1978), após um mês, abrangia mais de 150 mil operários. Estima-se ainda, que em 1978, houveram 24 greves, reunindo diversas categorias e abrangendo um contingente de mais 500 mil trabalhadores (MACIEL, 2004, p. 185). A luta operária ganhava nova dinâmica diante das reivindicações por autonomia em relação à estrutura do Estado e pelo reconhecimento de seus representantes sindicais. Em 1983, a reorganização sindical resultou na fundação da Central Única de Trabalhadores (CUT), estreitamente vinculada às lutas que ascenderam no ABC paulista (DEO, 2004, p. 317 e MENDONÇA; FONTES, 1996, p. 72).

Uma nova etapa se inaugura em 1979 com a entrada de Figueiredo na presidência e a passagem da distensão para a chamada “abertura”, marcada por diversas reformas políticas que modificaram aspectos importante da institucionalidade autoritária: fim do AI-5, anistia política, reforma partidária¹¹⁸ e eleições diretas para governadores em 1982. (MACIEL, 2004,

¹¹⁸ Podemos entender a reforma como uma clara tentativa das forças políticas conservadoras de fragmentar a oposição no país, proposta esta que alcançou os resultados esperados. A arena se transformou no Partido

p 151). A Lei da Anistia aprovada em agosto de 1979, concedeu liberdade aos presos políticos e o retorno ao Brasil aos perseguidos. Contudo, a anistia “ampla, geral e irrestrita” não se realizaria sem controvérsias, ao passo que seria estendida aos militares responsáveis por torturas e mortes, os quais não foram julgados pelos seus crimes e atrocidades até aos dias atuais (DEO, 2014, p. 317). Em suma, o interregno denominado de “abertura” não significou o rompimento com a perspectiva autocrática, mantendo-se a representação burocrática através da nomeação do novo governo nos moldes anteriores ao mandato de 1979 a 1985. O poder autocrático pôde ser conservado à medida que o governo militar continuou dirigindo o processo de transição com intervenções seletivas na arena política. Nesse escopo, a oposição burguesa fortaleceu sua presença na arena institucional e possibilitou o avanço do campo de interlocução liberal, dando maior capacidade de condução deste grupo no processo de transição (MACIEL, 2004, p. 152).

Conforme assinalamos, o aprofundamento da crise e o grande acúmulo na dívida externa levou o governo Figueiredo a recorrer aos recursos do FMI, valendo-se, para atender as exigências deste órgão, de uma lógica econômica pautada em medidas ortodoxas com redução de gastos públicos, reforma tributária e privatizações. No entanto, apesar das medidas terem imunizado o capital monopolista e financeiro perante os efeitos mais perversos da crise, a situação recessiva manteve a acirrada disputa pelo excedente econômico e ampliou as contradições entre o governo e as frações do bloco histórico burguês. As críticas destes setores deram-se, especialmente, pela incapacidade demonstrada pelos militares em administrar a crise para além de medidas focalizadas, e pela incapacidade dos mesmos em criar um novo padrão de acumulação, visto que, desde o fracasso do II PND a manutenção do modelo vigente aprofundou a crise e os desequilíbrios nas contas públicas. (MACIEL, 2004, p. 281). Neste momento, surgiram duas alternativas de projeto no bloco das frações burguesas: uma neoliberal e outra desenvolvimentista. A primeira propunha abertura ao capital externo, redução do Estado na gestão econômica, austeridade financeira e privatizações. A alternativa desenvolvimentista propunha, por sua vez, expansão da economia, consolidação da base industrial e correções no setor financeiro para capacitar investimentos a longo prazo (VELASCO e CRUZ, 1987, p. 107). Concomitante à posição dos próprios setores da

Democrático Social (PDS); o MDB passa a ser denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); antigos membros do MDB refundaram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo que um outro setor dos trabalhistas, com uma postura à esquerda de seus antigos aliados, funda o Partido Democrático Trabalhista (PDT); o Partido Popular (PP) tem vida curta, sendo incorporado ao PMDB em 1982; em 1980, oriundo da retomada do movimento operário e das lutas sociais, nasce o Partido dos Trabalhadores (PT); o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) só teriam existência legal a partir de 1985. (DEO, 2014, p. 316-317).

burguesia, o regime militar também enfrentava a retomada do movimento sindical entre os anos 1983 e 1984, desencadeando diversas greves pelo país que se levantam contra a intensificação do arrocho salarial, dado o programa austero ao qual o governo Figueiredo submeteu o país em sua subordinação ao FMI (MENDONÇA; FONTES, p. 93, 1996).

Chegada as eleições de 1983, a reforma da institucionalidade autoritária e abertura do campo político para as forças da burguesia possibilitam à oposição burguesa expandir sua participação no poder legislativo e executivo (Estados), ao passo que, em 1984, os movimentos da Diretas Já massificaram as lutas populares em torno Emenda Constitucional encaminhada pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB), que previa eleição diretas para presidência para o ano seguinte. Estes dois campos de forças se moviam em sentido distintos: os movimentos ligados à oposição autocrática entendiam o processo de eleições diretas como um rompimento da institucionalidade autoritária e uma reversão do modelo econômico; e a oposição burguesa, por sua vez, se limitava à questão da sucessão presidencial e do regime eleitoral, sem mudanças de fundo na estrutura econômica e na política do país. Portanto, as eleições eram uma alternativa para a própria burguesia compor um novo rearranjo em torno do poder autocrático (MACIEL, 2004, p. 290). Mesmo diante da ampla mobilização popular, o Congresso conseguiu vetar a Emenda, já que a atuação das forças conservadoras no legislativo conseguiu barrar o número de votos mínimo para sua aprovação. A derrota do movimento das Diretas Já deu-se com a derrota da proposta de Emenda no Congresso nacional e, novamente, a transição era sustentada pela lógica da conciliação de classe burguesa e da forma autocrática de dominação, obstando transformações mais radicais da estrutura social brasileira (DEO, 1996, p. 318). A formação da Aliança Democrática e eleição de Tancredo Neves consagrou o processo de transição e a abertura política nos marcos da institucionalidade autocrática, através da qual o campo liberal seria fortalecido, sinalizando os rumos da nova acomodação do poder burguês.

À luz do exposto, buscamos demonstrar que, em um sentido mais amplo, o Estado na sociedade capitalista assume a lógica de produção e relações sociais do capital e, por isso, expressa em suas instituições os interesses da burguesia e diferentes frações, resguardando, sobretudo, o direito à propriedade privada. Mas, apesar de se desenvolver com estas características, a relação entre Estado e a classe dominante não é monolítica e unilateral. Assim como vemos na sociedade, as relações com as instituições estatais são atravessadas por contradições que se colocam entre as classes dominadas e entre as próprias frações da classe dominante, pois estas se mantêm em constante competição para conseguir captar a maior parte de acumulação de capital. Por isso, a formação de um Bloco Histórico burguês expressa

uma relação de composição política entre as frações da burguesia buscando conservar a ordem capitalista, sob a preponderância política de uma fração apenas, ao passo que disputam internamente as direções que tomaram a política e economia. Portanto, entendemos o desenvolvimento das tensões e fissuras em torno do poder burguês ao longo do regime militar sob esse marco teórico.

As relações entre a classe dominante e o Estado durante a ditadura foram permeadas por contradições e disputas internas, mas estas instabilidades não implicaram uma crise do poder burguês, já que as medidas adotadas para o processo de abertura democrática mantiveram a política e economia centralizada e controlada por estas frações. Por outro lado, as forças antiautocráticas não conseguiram colocar um outro projeto para o país com a Nova República. Mesmo que consideremos os avanços significativos com o fim da ditadura, o caminho que o país seguiu foi marcado pela conservação das relações autoritárias, pela concentração de renda e desigualdade social, agora sob a égide da plataforma neoliberal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ciclo aberto a partir de 1964 com o golpe no Brasil, foi consubstanciado pela acomodação das frações da burguesia em torno do regime autocrático. O bloco histórico burguês atravessado por algumas fissuras, no limiar da década de 1960, foi rearticulado através da ditadura assegurando, deste modo, o poder das classes dominantes bem como, os elos conectores ao capital internacional. A internacionalização econômica do Brasil, encetada nos anos 1950, ganhou novos contornos nesse momento, concatenada pelo capital monopolista cuja a esfera financeira assumiu larga preponderância na dinâmica da economia brasileira. Nesse bojo, o projeto de desenvolvimento arquitetado pela ditadura correspondia às transformações da economia internacional que se movimentava, progressivamente, à lógica de acumulação do capital financeiro. O reconhecimento desse processo, em sentido mais amplo, só pode ser feito à luz da particularidade da formação histórico-social brasileira e do caráter da dominação burguesa engendrada internamente.

A entificação do capitalismo no Brasil, tem como eixo fundante as relações hierarquizadas entre centro e periferia bem como, o nexos colonial, movimentados pelo desenvolvimento desigual e combinado. Com efeito, o que podemos visualizar é que estes vínculos, são recolocados ao longo dos processos históricos, onde o *sentido da colonização*, que orienta a acumulação de capital por determinações externas se reproduz, continuamente, sob novas bases. No plano político, o caráter do capitalismo dependente do Brasil, foi engendrado pelo poder burguês articulado à dominação autocrática. Nessa esteira, os espaços democráticos se tornaram, marcadamente, restritos, uma vez que, as demandas sociais da classe trabalhadora e das camadas populares eram/são, em geral, extorquidas em razão dos interesses das classes dominantes. A esfera institucional não comporta, via de regra, demandas sociais que ultrapassem os limites circunscritos ao arrimo autocrático, posto que o Estado, acabou por tornar-se um vetor da composição do poder burguês. Se internamente, a dominação autocrática dá o tom das relações policiais/econômicas e sociais, a imputação do desenvolvimento nacional ao horizonte externo, revela a fraqueza da classe dominante brasileira ao se subordinar aos centros hegemônicos do capital. O vínculo, dependente-associado, onde se inscreve a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, reduz a capacidade da burguesia internamente instalada de comandar as diretrizes econômicas do país.

Posto isto, passamos então, as considerações de nosso trabalho. A escolha de um objeto de estudo, nem sempre se revela tarefa fácil, os caminhos à serem trilhados são

múltiplos na medida em que, busca-se demonstrar o movimento da totalidade histórica por meio de um dado recorte da realidade social. Em nosso caso, a hipótese que levantamos é de que, a crise do “milagre” representou um episódio significativo no reordenamento político-econômico do Brasil que passou se conformar a partir dos anos 1980. Para responder à tal pressuposto sem renunciar o caráter de totalidade dos processos políticos e econômicos, fez-se necessário nos voltarmos ao próprio movimento da economia internacional e as determinações dos capitais do centro, sobretudo, quando consideramos a relação de dependência onde se localiza a economia nacional. Nesse escopo, nossa análise foi orientada, de modo geral, para as origens da reestruturação do padrão de acumulação em fins da década de 1970, no qual se cristalizou a hegemonia do capital financeiro.

A internacionalização do capital, em meados da década de 1960, foi configurada pela crescente geração de valor por meio do circuito financeiro através do qual, gestava-se uma nova dinâmica econômica direcionada à mundialização financeira. Tal fenômeno, floresceu no bojo do Euro-mercado cujo os agentes econômicos engajados em acelerar o ritmo de circulação financeira, encontraram o instrumento que viabilizaria a liberalização dos fluxos de capitais, neste primeiro momento. Esse processo foi, notadamente conflituoso, posto que, teve como pano de fundo a ascensão da crise de superprodução e o acirramento das rivalidades do bloco das nações do centro. À medida que os setores capitalistas se deparam com a crescente queda de lucratividade no setor produtivo, passam a buscar outros espaços para canalizar seus recursos, impelidos pela lógica concorrencial do mercado capitalista. Contudo, a projeção das finanças privadas internacionais, revelou-se um vetor de instabilidades econômicas e das bases do Sistema Monetário Internacional, ameaçando, em última instância, a hegemonia norte-americana arquitetada pelo Acordo de *Bretton Woods*.

A crescente autonomização do capital financeiro e a desenfreada reprodução da liquidez internacional, acarretava obstáculos para a sustentação do padrão dólar-ouro, ao passo que, a moeda norte-americana era alvo de constantes ataques especulativos, o que colocava em xeque a capacidade do dólar se converter enquanto meio de circulação e reversa internacional. Estes conflitos eram provocados, tanto pela rápida fluidez do mercado financeiro como pelas rivalidades do bloco das nações do centro, uma vez que, alguns destes países tornaram-se os principais interlocutores a propugnar as incongruências do padrão ouro-dólar. Lembremo-nos que esse momento histórico foi conjugado pela emergência da crise do capital cuja a magnitude das contradições da ordem capitalista se exaspera, intensificando os conflitos e a concorrência imperialista. As resoluções impostas pela nação estadunidense foram formuladas em razão da retomada de sua hegemonia. À despeito das ameaças ao

poderio dos EUA, o fato é que, o país concentrava em suas bases a supremacia econômica – financeira e produtiva – do mercado mundial e dificilmente uma saída alheada aos seus interesses se firmaria. Esse processo se desdobrou em dois momentos.

A primeira reação do governo norte-americano resultou no rompimento com Acordo de *Bretton Woods*, entre 1971 e 1973. Doravante, as finanças internacionais floresceram aceleradamente posto que, às exigências de um espaço de circulação mais liberalizado ganha novo impulso com fim do lastro ao ouro e do regime de taxas de câmbios fixo. Deste modo, o circuito de valorização financeira orientado pela rápida circulação de capitais que, após serem captados da esfera produtiva, são reproduzidos continuamente pela expansão de liquidez – créditos e ativos financeiros – que pouco tem a ver com “base real” da economia, pôde ascender vigorosamente, com o rompimento do Acordo de *Bretton Woods*. Ademais, a adoção de taxas flutuantes de câmbio acentuou o caráter especulativo dos mercados de capitais uma vez que, manejam facilmente as expectativas futuras sobre o valor das divisas nacionais, sem as restrições de uma âncora cambial fixa. Nestes termos, o mercado financeiro se desenvolvia à margem do controle das autoridades monetárias logrando maior autonomia às suas operações econômicas. Ao passo que, a irrupção da crise, no curso da década de 1970, intensificava o comportamento dos agentes econômicos em busca de angariar rentabilidade por meio da geração de valor puramente financeiro.

A cristalização desse processo, veio a se consolidar no fim dos anos 1970 com a segunda reação dos EUA em face das dificuldades de se superar a crise por meio do padrão de acumulação encetado no pós-Guerra. Doravante, as transformações econômicas serão de ordem estruturais conjugado por um novo padrão de acumulação sob as diretrizes neoliberais. As resoluções propugnadas pela nação norte-americana, associada ao governo britânico, representaram a revitalização da hegemonia através do qual o dólar fiduciário foi admitido como meio de reserva e circulação internacional ao mesmo tempo em que consagra-se a hegemonia do capital financeiro através da adoção de uma plataforma liberalizante. Os resultados destas transformações colocaram a dinâmica econômica sob a lógica da criação de valor de curtíssimo prazo cuja a esfera produtiva foi submetida, de fato, às expectativas do mercado financeiro.

Ao deslocar o foco dessa análise às periferias e sobretudo, as particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro, nesse período, podemos verificar os impactos dessa dinâmica sobre as bases econômicas do Brasil. A articulação ao capital internacional congregado no bojo do regime autocrático consolidou um padrão de financiamento relativamente diferente ao estabelecimento até então. A reestruturação do sistema financeiro

nacional foi conjugada pela ampla abertura às finanças internacionais e às multinacionais instaladas internamente. Isto é, a reforma posta em marcha pelo regime militar, concedeu as multinacionais a integração direta ao capital financeiro internacional. O elemento-chave dessa mudança foi o deslocamento da entrada de recursos externos por meio de IED pela tomada de empréstimos junto ao capital estrangeiro. Nestes termos, o financiamento da economia nacional passou a alinhar às exigências ao aumento da rentabilidade através das cadeias de criação de valor financeiro resultando em um recuo das bases produtivas nacionais. Embora a retórica oficial do governo militar advogasse que tomadas de recursos internacionais eram fundamentais para a expansão da produção do Brasil, a dinâmica de endividamento externo pouco contribuiu para esse desenvolvimento, uma vez que grande parcela destes capitais ficava circunscrito à esfera financeira.

Nesse diapasão, o resultado mais severo desse processo foi o aprofundamento da dependência e vulnerabilidade da economia brasileira. Por um lado, o caráter financeiro da dívida externa adentrava em um circuito de retroalimentação cujo o cumprimento das obrigações acumuladas só poderia ser coberto pela tomada de novos empréstimos. Por outro lado, a reversão do padrão de financiamento representava a imputação de obstáculos substantivos ao avanço da base industrial do país. Constatamos aqui, o caráter proeminente das hierarquizações entre centro e periferia, onde se manifestam as desigualdades engendradas no seio da divisão internacional do trabalho. Isso acontece na medida em que os interesses das multinacionais e do capital financeiro estabelecem um nexo de acumulação afastado das demandas nacionais, refreando a capacidade de um desenvolvimento que fortalecesse as bases econômicas do Brasil. A escolha da ordem autocrática em sustentar esta dinâmica subordinava a estrutura nacional às intemperes e oscilações das finanças internacionais ao mesmo tempo que a entrada de capitais externos para combater os crescentes desequilíbrios resultavam em desarranjos estruturais que dilapidavam a autonomia nacional, amarrando a economia brasileira à contínua lógica internacionalizante do capital, conforme assevera Celso Furtado.

À luz destas considerações, podemos compreender os limites do crescimento acelerado engendrado ao longo “milagre” econômico, uma vez que ele foi concatenado sob essa dinâmica de financiamento. Embora o esgotamento desse ciclo econômico não tenha resultado em um imediato reordenamento da economia brasileira, a manutenção dessa lógica de acumulação não tardou a explicitar suas contradições: onde se situava o desenvolvimento nacional, bem como, a categórica vulnerabilidade e subordinação do país ao capital internacional. O Brasil foi levada à quase solvência diante dos “choques” promovidos pelos

centros hegemônicos do capital, desencadeando a crise da dívida externa brasileira. As resoluções imputadas ao país que capitula às exigências do FMI denotam, justamente, as advertências apresentadas por Furtado: de que as saídas delineadas, sob o prisma da internacionalização financeira, resultariam em sucessivos obstáculos à emergência de um projeto estabelecido sob as bases da autonomia nacional, aumentando, cada vez mais, o eixo de dependência entre o centro e a periferia do sistema capitalista.

Embora aos olhos críticos esse processo seja eminentemente controverso e nocivo ao desenvolvimento nacional, parece-nos que isso não representa exatamente uma contradição ao que consideramos o caráter do poder burguês forjado no Brasil. Os centros decisórios da classe dominante, orientados pela dinâmica do capitalismo dependente, tendem a se associar ao capital externo e a acatar a relação de subordinação, ao invés de se alinhar às necessidades internas e às demandas sociais, pondo em risco a dominação autocrática que assegura os seus privilégios. Mas, as conformações da ordem autocrática não se desenvolvem sem contradições internas às frações burguesas, bem como não está imunizada de pressões externas. A irrupção da crise ao longo da década 1970, impulsionou fissuras em torno do bloco burguês cujo pacto estabelecido sob a égide da ditadura era progressivamente dissolvido, em face dos diferentes interesses econômicos postos pela aberta disputa dos setores da classe dominante. As divergências eram de tal ordem que as conciliações do poder burguês não eram mais passíveis de serem contornadas, sob o registro da ditadura militar. Nessa esteira, ressurgem tensionamentos sociais “fora da ordem” canalizadas pelas mobilizações sindicais e por movimentos sociais que assumiam uma luta contra o regime autocrático e representavam o conflito direto à classe dominante. Embora as instabilidades políticas e econômicas tenham estabelecido cisões no bloco burguês que era, ao mesmo tempo, pressionado pelas lutas sociais, as frações da classe dominante lançaram mão de “mecanismos institucionais” para garantir a “abertura” em torno do nexo de dominação autocrático.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. Inflação, estagnação e ruptura, 1961-1964. In: ABREU, M. P (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ALMEIDA, M. P. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.
- AMIM, S. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANGLIETA, M.; ORLÉAN, A. *A violência da moeda*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ARRIGUI, G. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2013.
- BAER, M. *A Internacionalização Financeira no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986
- BAER, M. *O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BASTOS, P. P. Z. *Razões econômicas, não economicistas, do golpe de 1964*. Campinas: Unicamp, 2014. (Texto para Discussão, n. 229).
- BAUMAN, R. et al. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- BELLUZZO, L. G. M. *Os Antecedentes da Tormenta: origens da crise global*. São Paulo: Editora da UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BONELLI, R.; MALAN, P.S. Os limites do possível: nota sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. In: *Pesq. Plan. Econ.* Rio de Janeiro, 6(2), p. 353-406, ago., 1976.
- BRAGA, J. C. Financeirização global – o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C., & FIORI, L. (Org.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BRENNER, R. (2003). *O Boom e a Bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record.
- BRUNHOFF, S. *A política monetária: uma tentativa de interpretação marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BRUNHOFF, S. A instabilidade financeira internacional. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

CAMPOS, F. (2009). *A arte da Conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CAMPOS, F. Meios e fins do desenvolvimento para Celso Furtado. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 162, p. 79-83, set., 2014.

CAPUTO, A. C.; MELO, H.P. Industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. In: *Estudos Econômicos*, v. 39, p. 513-538, jul.set., 2009.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, IE – Unicamp, 2002.

CAVALCANTI, C. B. Transferência de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna. Rio de Janeiro: BNDES, 1998.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In: *Revista Economia e Sociedade*. Campinas: n. 5, p. 1-30, dez., 1995.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. Introdução geral. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã, 1998a.

CHESNAIS, F. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã, 1998b.

CHESNAIS, F. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F. (Org.). *Uma nova fase do capitalismo?*. São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CINTRA, M. A.M. A dinâmica do novo regime monetário-financeiro norte-americano: uma hipótese de interpretação. In: *Estudos Avançados*, v. 14, n. 39, p. 103-141, 2000.

CINTRA, M. A. M.; AGNIN, R. F. Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas. In: *Econômica*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 296-338, 2007.

COUTINHO, C. N. O significado de Lima Barreto em nossa cultura. In: *Cultura e sociedade no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CRUZ, P. D. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CRUZ, P. D. *Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta*. In: *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 121-144, 1995.

DEO, A. Uma transição *à long term*: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: PINHEIRO, M. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

EICHENGREEN, B. *A globalização do capital: uma história do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Ed.34, 2000.

FERNANDES, F. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.

FIORI, J. L. Estado de Bem-Estar Social: padrões e crises. In: *Revista Saúde Coletiva*, v. 7, p. 129-147, 1997.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C., & FIORI, L. (Org.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FONTES, V. O Imperialismo: de Lênin aos dias atuais. In: *Revista Outubro*, v. 17, p. 69-107, 2008.

FONTES, V. *Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJ/Ed. UFRJ, 2010.

FURTADO, C. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, C. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GOLDENSTEIN, S. *A dívida externa brasileira 1964-1982: evolução e crise*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 1.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

GUTTMANN, R. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2012.

HILFERNDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

HOBBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LAGO, L. A. C. A retoma do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: ABREU, M. P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LÊNIN, V. I. *Programa agrário da socialdemocracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

LÊNIN, V.I. *Imperialismo: Estágio Superior do Capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIMA, M. L. L. M. P. *O euromercado e a expansão do capital financeiro internacional*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

MACARINI, J. P. *A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro:1967/1969*. Campinas, Unicamp. IE, set. (Texto para Discussão, n. 99), 2000.

MACARINI, J. P. A política econômica do governo Médici. *Nova Economia* (UFMG), v. 15, n. 3, p. 53-92, set./dez, 2005.

MACARINI, J. P. *Governo Geisel: transição político-econômica? Um ensaio de revisão*. Campinas: IE/Unicamp, maio. (Texto para Discussão, n. 142), 2008.

MACEDO, R. B. M. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1962-1965). In: LAFER, B.M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

MACIEL, D. *A Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República*. São Paulo: Xamã, 2004.

MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANDEL, E.. *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MANTEGA, G. (1979). Acumulação de capital, crise e capital estrangeiro. In: MANTEGA, G., & MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MANTEGA, G.; MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Santa Catarina: Insular, 2014.

- MARIUTTI, E. B. Ordem e Desordem Internacional: tendências do capitalismo contemporâneo”. In: *Observatório da Economia Global*. Textos Avulsos. nº 9. Unicamp: Instituto de Economia, 2011.
- MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I
- MARX, K.; ENGELS, F. (2010) *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MATTOS, F. A. M.; BASTOS, P.P.Z.; BARONE, R.S. *As reformas estruturais promovidas pelo PAEG e seus efeitos distributivos*. Campinas: Unicamp.IE. (Texto para Discussão, n. 254), 2015.
- MAZZEO, A. C. *Estado e Burguesia no Brasil: Origens da Autocracia Burguesa*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.
- MELLO, J.M.C. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MELLO, J. M. C.; BELLUZZO, L.G. M. (1977). *Reflexões sobre a crise atual*. In: *Escrita Ensaio*. São Paulo, n.2, 1977.
- MENDONÇA, S.N.; FONTES, V. *História recente do Brasil: 1965-1992*. São Paulo: Ática, 1996.
- METRI, M. A diplomacia monetária dos estados unidos nos anos setenta. In: *Revista Tempo do Mundo*, v. 3 (1), p. 156-179, 2017.
- MOFFITT, M. *O dinheiro no mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MORAES, R. “*O canto do cisne do desenvolvimentismo brasileiro*”: uma análise das relações do empresariado industrial com o estado, do II PND à crise dos anos 1980. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1996.
- NETTO, J. P. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.
- NETTO, J. P. BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, F. A. *A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil*. Brasil debates: São Paulo, 1981.
- OLIVEIRA, F. A. *A evolução da estrutura tributária e do fisco brasileiro: 1889-2009*. Brasília: IPEA. (Texto para Discussão, n. 1469), 2010.

OLIVEIRA, F. *Crítica à Razão Dualista: O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PADRO, L. C. D.; EARP, F. S. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Livro 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.

PAGANO, L. (1991). *Endividamento externo das empresas estatais: o setor produtivo estatal durante o período 1980/85*. Dissertação (Mestrado em Administração), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1991.

PAULANI, L. A crise do regime de acumulação de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. In: *Revista Estudos Avançados*, n. 23 (66), p. 25-39, 2009.

PEREIRA, J. E. C. *Financiamento externo e crescimento econômico no Brasil: 1966/73*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974. (Relatório de Pesquisa nº 27).

PLIHON, D. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista keynesiano. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.

PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, N. *Poder e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1965.

PRADO JÚNIOR, C. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RIDENTE, M. 1968: Rebeliões e Utopias. In: REIS, D. A. F., FERREIRA, J., & ZENHA, C. (Org.). *O Século XX* (Vol. III. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RODRIGUES, C.H.L. *Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SAES, D. *República do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SHWARZ, R. *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SINGER, P. *A Crise do "Milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SUZIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 8, n. 4, out./dez. 1988.

SUZIGAN, W.; et. al. *Crescimento industrial no Brasi: incentivos e desempenho recente*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capital financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983a.

TAVARES, M. C. O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1983b. v. 2.

TAVARES, M. C.; DAVID, M. D. *A Economia Política da Crise: Problemas e Impasses da Política Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes; Achiamé, 1982.

TAVARES, M. C.; ASSIS, J.C. *O Grande Salto para o Caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

TRIFFIN, R. *Gold and Dóllar Crisis*. New Haven: Yale University Press, 1961.

TROTSKY, L. (2007). *História da Revolução Russa* (Tomo I). São Paulo: Sundermann, 2007.

VELASCO e CRUZ, S. C. *O presente como história: a economia e política no Brasil pós-64*. Campinas: Unicamp/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1997.

WALLERSTEIN, I. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, F. (Org.). *Uma nova fase do capitalismo?*. São Paulo: Ed. Xamã, 2003.

WELLS, J. Euro-dólares, dívida externa e o milagre brasileiro. In: *Estudos CEBRAP*, (6), 1973.